

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL – CEOSP**

PERÍODO: 2012

SUMÁRIO

1. Articulação do CEOSP com entidades, estaduais, nacionais e internacionais envolvidas no aperfeiçoamento da execução penal – pg. 02;
2. Articulação conjunta com o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais – GAECO, e com o auxílio do Departamento Penitenciário Nacional – pg. 05;
3. Atuação na ampliação das penas e medidas alternativas à prisão no Estado da Bahia – pg. 06;
4. Cumprimento das Iniciativas Estratégicas previstas no Plano Estratégico 2011-2023, *“Implantar ações para o fortalecimento do cumprimento das penas alternativas no estado”* e *“Promover medidas extrajudiciais ou judiciais objetivando a ampliação e melhoria do sistema penitenciário do estado”* – pg. 11;
5. Reuniões do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia – CISP – pg. 12;
6. Demandas e ações do CISP e CEOSP – pg. 13;
7. Articulação do CEOSP, com a participação da Defensoria Pública do Estado da Bahia, SEDES, FUNDAC e SSP, para tratar da formatação e conclusão da Portaria Conjunta que criou o Grupo de Trabalho que discutirá o transporte de adolescentes em conflito com a lei no Estado da Bahia – pg. 24;
8. Participação do CEOSP nas reuniões da Câmara Setorial de Administração Prisional e Ressocialização, de Articulação entre os Poderes, Prevenção Social e Comitê Executivo – Pacto Pela Vida, integradas pelo Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias de Estado e OAB – pg. 25;
9. Reuniões da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes do Pacto Pela Vida – pg. 27;
10. Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos – CIRA – pg. 28;
11. Coordenação do Grupo de Trabalho para discussão de procedimentos no fluxo de informações do sistema penitenciário, instituído no âmbito da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes/Pacto Pela Vida – pg. 32;
12. Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária criado no âmbito da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes, coordenado pelo MP, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo – pg.34;
13. Participação do Ministério Público da Bahia nas Reuniões do Comitê Executivo do Pacto Pela Vida, com a análise dos índices de criminalidade na capital, com proposição de ações para a prevenção e repressão dos crimes violentos, letais e intencionais – pg. 38;
14. Contribuições do CEOSP nas reuniões da Câmara Setorial de Administração Prisional e Ressocialização do Pacto Pela Vida – pg. 46;
15. Formação e Gestão do Conhecimento – pg. 52;
16. Declaração de Salvador” defende instalação de universidade das Nações Unidas na Bahia – pg. 56;
17. Projeto Comunidade Legal do CEOSP-MP – pg. 79;
18. Atendimentos Temáticos do MP nas Comunidades Nordeste De Amaralina, Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho, onde foram instaladas Bases Comunitárias de Segurança – pg. 82;
19. Articulação do CEOSP com o Poder Judiciário na “Semana do Tribunal do Júri” na capital e em mais 24 (vinte) municípios do Estado – pg. 91;
20. Participação do MP no Mutirão Carcerário no município de Jequié, em parceria com o Poder Judiciário – pg. 93;
21. Instrumentalização dos órgãos envolvidos na segurança pública e defesa social, para possibilitar um maior enfrentamento ao crime organizado – pg. 95;
22. Articulação do CEOSP acerca do combate ao transporte clandestino de passageiros no Aeroporto de Salvador – pg. 97;

- **AÇÃO:** Constante articulação do CEOSP com entidades, estaduais, nacionais e internacionais envolvidas no aperfeiçoamento da execução penal, buscando a garantia dos direitos humanos e a cidadania plena, bem como a otimização na aplicação de recursos;

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

18/01/2012 18:21:47 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Promotor de Justiça baiano representará o Ministério da Justiça
em reunião da ONU em Viena para discutir direitos dos presos**

Rediscutir as regras mínimas da Organização das Nações Unidas (ONU) para o tratamento de prisioneiros, analisando as principais experiências exitosas e boas práticas internacionais. Com esse objetivo, acontecerá entre os dias 31 de janeiro e 02 de fevereiro, em Viena, na Áustria, a 'Reunião do Grupo Intergovernamental de Especialistas de Composição Aberta Sobre as Regras Mínimas das Nações Unidas para Tratamento de Prisioneiros no Planeta'. A delegação do Brasil terá como representante do Ministério da Justiça o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), promotor de Justiça do Ministério Público baiano Geder Gomes, escolhido durante reunião da comissão mista presidida pelo CNPCCP, instituída pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, e composta por representantes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério das Relações Exteriores (MRE).

As regras em vigor hoje são as mesmas estabelecidas em 1955 durante o primeiro 'Congresso Para a Prevenção do Crime e Tratamento dos Prisioneiros', realizado pela ONU na cidade de Genebra, na Suíça, quando a comunidade internacional chegou ao consenso de que era necessário estabelecer padrões mínimos para a aplicação de penas criminais. Foram reconhecidos o direito do condenado a condições mínimas de acomodação, a necessidade de acompanhamento médico, higiene pessoal e alimentação digna, bem como o direito à assistência religiosa. Foram fixados também limites para as medidas disciplinares, como a impossibilidade de se aplicar punições cruéis, desumanas ou degradantes. A proposta de atualização das regras mínimas, elaborada por um comitê latino americano com representantes de diversos países, entre eles o promotor Geder Gomes, foi apresentada perante o 12º 'Congresso da ONU para a Prevenção do Crime e Justiça Criminal', realizado em outubro de 2009, em Salvador. Com base nessa recomendação, o Conselho Econômico e Social da ONU, através do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), determinou a criação do Grupo de Trabalho (GT) intergovernamental que vai revisar as regras.

Ao final do trabalho, o GT pode recomendar à ONU a adoção de medidas mais drásticas do que a simples revisão das regras mínimas, assegura Geder Gomes, destacando que "as regras seriam suficientes, não fosse a falta de efetividade no seu cumprimento, o que resultou num fracasso no projeto de ressocialização dos presos exemplificado na superlotação carcerária, na desconsideração dos direitos básicos dos custodiados, nas rebeliões e nas torturas". Por esta razão, prossegue o coordenador do CNPCCP, a atualização implementada pelo conselho não se deve dar nas regras mínimas já existentes, mas sim compor um documento à parte, "sob pena de retrocesso". A atualização deverá ser balizada pelas inovações da ciência penitenciária e pelas particularidades dos grupos vulneráveis, como "mulheres, estrangeiros, minorias religiosas, raciais, sexuais e de gênero", para os quais a falta de normas específicas "fica mais evidente". Por fim, com vistas a combater o déficit de implementação das normas, uma das proposições do grupo é investir na criação de uma convenção internacional. "Seria uma maneira de comprometer

formalmente os países com as regras, estabelecer instrumentos de avaliação internacional, e responsabilizar os Estados pelo seu descumprimento, inclusive com a aplicação das sanções previstas no direito internacional”, conclui o promotor baiano.

**Promotor de Justiça baiano integra grupo da ONU
que discute revisão das regras mínimas para presos
no mundo**



Um grupo intergovernamental formado por peritos do mundo inteiro que está revisando as 'regras mínimas das Nações Unidas (ONU) para o tratamentos dos prisioneiros' esteve reunido na sede da ONU, em Viena, na Áustria, entre os meses de janeiro e fevereiro. Representando o Ministério da Justiça do Brasil, o promotor do Ministério Público da Bahia Geder Gomes, que também é coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública do MP (Ceosp) e presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), é um dos autores do documento

que serviu de base para o encontro: o 'Relatório Geral do Comitê Permanente da América Latina para a Revisão e Atualização das Regras Mínimas das Nações Unidas Para o Tratamento dos Presos', apresentado pela primeira vez em abril de 2010, durante o 'XII Congresso das Nações Unidas em Crime e Justiça Criminal'.



O relatório propunha que a revisão fosse considerada como documento base para os estudos de preparação de uma 'Convenção das Nações Unidas sobre Princípios e Boas Práticas Penitenciárias', conforme afirmou Geder Gomes, asseverando ainda que no encontro houve avanços em direção a essa meta. O grupo intergovernamental de peritos reconheceu a necessidade de revisão das regras mínimas e identificou, preliminarmente, uma série de áreas que devem ser consideradas a fim de garantir que as regras mínimas reflitam os últimos avanços em ciência correcional. A revisão deve contemplar princípios básicos para o tratamento de presos; serviços médicos e de saúde; ações disciplinares e de punição, incluindo o papel do serviço médico, confinamento em solitária e redução de dieta; proteção e necessidades especiais de grupos de pessoas vulneráveis privadas de liberdade; o direito ao acesso à representação legal; reclamações e inspeções independentes; a substituição de terminologia obsoleta; e treinamento dos funcionários responsáveis pela implementação das regras mínimas.

“Havia uma resistência muito grande a esse trabalho mais amplo e, podemos dizer até, uma atmosfera inicial que sugeria uma ambiência de rejeição à reforma e, sobretudo, à convenção”, ressaltou o coordenador do Ceosp, destacando obstáculos como a crise europeia, o combate internacional ao terrorismo, além de dificuldades culturais e religiosas. “No entanto, ao longo de três dias de debate, conseguiu-se reverter esse clima, tendo a delegação brasileira exercido um papel fundamental, propondo e garantindo a continuidade das discussões”, concluiu Geder Gomes, destacando que um novo encontro ficou definido para ser realizado em Buenos Aires, na Argentina, em data a ser definida.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

19/03/2012 19:12:03 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

**Em reunião sediada no MP baiano, CNPCP discute
melhorias para sistema penitenciário
nacional**



O Ministério Público baiano sediou nesta segunda-feira, dia 19, a 382ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgão do Ministério da Justiça. A implantação no Brasil de uma



Organização das Nações Unidas (ONU) – que pode ser sediada na Bahia –, o perfil do sistema



penitenciário baiano e relatórios de inspeções realizadas nos estados de Pernambuco, Goiás e Espírito Santo foram os principais temas discutidos durante a reunião, que contou com a participação do procurador-geral de Justiça da Bahia Wellington César Lima e Silva e dos secretários estaduais de Relações Internacionais, Fernando Schimidt, e de Administração Penitenciária, Nestor Duarte. Presidido pelo promotor de Justiça baiano Geder Gomes, o CNPCP é integrado por treze

membros designados pelo Ministério da Justiça e tem dentre as suas funções propor diretrizes para a política criminal e penitenciária brasileira, promover a avaliação periódica do sistema criminal, inspecionar os estabelecimentos penais e informar-se acerca do desenvolvimento da execução penal em todo o país, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento.

Amanhã, dia 20, às 9h, os conselheiros do CNPCP voltam a se reunir no "2º Seminário Nacional de Política Criminal e Penitenciária – Região Nordeste", que acontecerá a partir das 9h no Hotel Matiz, no bairro do Costa Azul, em Salvador. Congregando os órgãos de execução penal de todo o Nordeste (como membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Magistratura, Conselhos Penitenciários e Conselhos da Comunidade), o seminário tem o objetivo de traçar a geografia dos principais problemas do sistema penitenciário na região, sugerir diretrizes da política penitenciária e trocar experiências de boas práticas. Segundo Geder Gomes, o modelo do Comitê Interinstitucional de Política Penitenciária da Bahia, que funciona há dois anos e que tem como uma das suas principais características reunir todos os órgãos envolvidos no sistema penitenciário para discutir os problemas e atuar de forma integrada, será um dos pontos apresentados.

Fotos: Humberto Filho/Ascom-MPBA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

6

AÇÃO: Articulação conjunta com o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais – GAECO, e com o auxílio do Departamento Penitenciário Nacional, foram realizadas “varreduras” nos estabelecimentos penais, onde foram encontrados diversos celulares, como sucedâneo das operações foram solicitados o bloqueio permanente das suas linhas e aparelhos e após as ações nos estabelecimentos penais foi possível perceber a redução dos índices de homicídios.

- **DEMANDA:** Atuação na ampliação das penas e medidas alternativas à prisão no Estado da Bahia.

Programa de Penas e Medidas Alternativas	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar apoio à política estadual de penas e medidas alternativas, contribuindo para a redução de pessoas que cometem delitos de menor potencial ofensivo no sistema penitenciário▪ Participar, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN do Ministério da Justiça/Coordenação Geral de Fomento ao Programa de Penas e Medidas Alternativas – CGPMA e da Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas - CONAPA, das ações voltadas à execução de penas e medidas alternativas▪ Participar, junto ao Governo do Estado da Bahia, das iniciativas voltadas para a ampliação do número de Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas no interior do Estado
-------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

- **AÇÃO:** Participação ativa do CEOSP nas diversas reuniões da Câmara Setorial de Administração Prisional e Ressocialização do Estado da Bahia do Programa Pacto Pela Vida, propondo em parceria com a área de Execução Penal da capital sugestão de texto, que culminou na portaria nº 397/2012 da lavra do Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia, que disciplina a adoção de procedimentos na revista dos visitantes nos estabelecimentos penais.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

8

MINUTA DE PORTARIA Nº XXX/2012

Disciplina a adoção de procedimentos na revista dos visitantes nos estabelecimentos penais e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 01/1995 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP que tem o escopo de viabilizar o processo de permanente aplicação das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, em todos os Estados e no Distrito Federal, em cumprimento à orientação ditada pela Resolução n.2.858, de 20 de dezembro de 1971, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU);

CONSIDERANDO o disposto no inciso III, art. 1º da nossa Constituição Federal e o disposto no art. XXII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que têm como princípio basilar o respeito à dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 09/2006 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que recomenda adoção de procedimentos quanto à revista nos visitantes, servidores ou prestadores de serviços e/ou nos presos;

CONSIDERANDO as recomendações encaminhadas pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP, do Ministério Público do Estado da Bahia;

CONSIDERANDO o disposto no ofício da lavra do Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, por intermédio do Grupo Nacional de Direitos Humanos, que recomenda a instauração de procedimentos administrativos para apurar possíveis violações dos direitos humanos no momento da revista de visitantes nos estabelecimentos penais;

CONSIDERANDO o disposto nos Títulos VIII e IX do Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia;

CONSIDERANDO o disposto no inciso X, art. 41 da Lei de Execução Penal;

CONSIDERANDO a necessidade de dotar os estabelecimentos penais de meios e procedimentos adequados à manutenção da ordem e disciplina em seu interior.

RESOLVE:

Disciplinar a revista dos visitantes nos estabelecimentos Penais do Estado da Bahia, para que atenda aos seguintes requisitos:

Art. 1º. A revista é a inspeção que se efetua, com fins de segurança, por meios eletrônicos e/ou manuais, em pessoas que, na qualidade de visitantes ou prestadores de serviços, ingressem nos estabelecimentos penais.

Parágrafo único. A revista abrange os veículos que conduzem os revistandos, bem como os objetos por eles portados.

Art. 2º. A revista a visitantes, necessária à segurança dos estabelecimentos penais, será realizada com respeito à dignidade humana, sendo vedada qualquer forma de tratamento desumano ou degradante, salientando que pode ser considerado visitante todo aquele que ingressa no estabelecimento penal, exceto os servidores, quando em serviço e

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

9

lotados no estabelecimento, a respeito dos quais serão editadas regras próprias.

§ 1º A revista será feita, preferencialmente, com o uso de equipamentos eletrônicos, como detectores de metais, raios-X e/ou congêneres, no sentido de preservar a integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada;

§ 2º O uso de cães detectores, adequadamente cuidados e sob a condução de pessoa habilitada que exerça posse responsável, poderá ser utilizado em complemento às revistas eletrônica e manual, quando necessário.

Art. 3º. Fica vedada, no âmbito dos estabelecimentos penais, qualquer forma de revista íntima em visitantes, considerando como tal, a inspeção corporal que obrigue a pessoa revistada a despir-se parcial ou totalmente, observado o disposto no art. 3º, alínea i, da Lei nº 4.898/65 (*Lei de Abuso de Autoridade*).

Parágrafo único. A retirada de calçados, casacos, jaquetas e similares, bem como de acessórios, não caracteriza o desnudamento a que se refere o caput deste artigo.

Art. 4º. Admitir-se-á, excepcionalmente, realização de revista manual, considerada como toda inspeção realizada mediante contato físico das mãos do agente sobre o corpo e a roupa da pessoa revistada, observado o disposto no art. 3º, quando:

I – o estado de saúde ou integridade física impeça o visitante a se submeter a equipamentos de revista eletrônica;

II – o visitante seja portador de qualquer tipo de prótese ou órtese metálica detectada pelos equipamentos eletrônicos;

III – houver fundada suspeita de que o visitante porte ou tenha a posse de objetos, produtos ou substâncias cuja a entrada seja proibida.

§ 1º A fundada suspeita de que trata o inciso III, deverá ter caráter objetivo, diante do fato identificado e de reconhecida procedência, e ser registrada pela Administração em livro próprio e assinado pela pessoa revistada.

§ 2º A revista manual será realizada por servidor habilitado e sempre do mesmo sexo da pessoa revistada, garantindo-se o respeito à dignidade humana, observado o disposto no art. 3º.

Art. 5º. A revista em criança, adolescente ou incapaz somente será realizada na presença de seu representante legal, exceto quando o adolescente for comprovadamente companheiro ou cônjuge de pessoa presa.

Art. 6º. Após a revista manual, se ainda persistir a suspeita revelada pelo uso de equipamento eletrônico ou uso de cão detector, a visita somente será realizada no parlatório ou local assemelhado, desde que não haja contato físico entre visitante e visitado, e, neste caso, lavrar-se-á a ocorrência em documento próprio, com assinatura do responsável e do visitante, entregando-se a respectiva cópia ao interessado.

Art. 7º. A critério da Administração Penitenciária, a revista manual será feita sempre que possível, no preso visitado, logo após a visita, e não no visitante.

Art. 8º. Os estabelecimentos penais terão o prazo máximo de 03 (três) meses para adequar-se à presente portaria, sob pena de responsabilidade.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 9º. Os estabelecimentos penais a serem construídos, contemplarão espaço próprio e adequado para realização das visitas em local externo ao pátio de celas.

Parágrafo único. Os estabelecimentos penais já existentes e não contemplados com área própria e adequada para visita, serão adaptados, sempre que possível, mediante a construção das referidas áreas.

Art. 10º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, xx.xx.2012

Nestor Duarte Neto
Secretário de Administração Penitenciária e
Ressocialização do Estado da Bahia

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

01/03/2012 19:25:45 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Ministério Público é homenageado
por atuação em prol das penas alternativas**



Em fevereiro de 2012, o 'Programa de Penas Alternativas do Estado da Bahia' completou 10 anos. Para marcar a passagem da data, a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (Ceapa), criada no âmbito do Ministério da Justiça, com a participação do Ministério Público da Bahia, promoveu o seminário '10 Anos da Ceapa: Uma Construção de Justiça e Dignidade'. A cerimônia homenageou o MP, por intermédio do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, que preside o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e fez parte do grupo de promotores de Justiça e juizes convidados pelo Ministério da Justiça para estabelecer a metodologia de caráter multidisciplinar

com o fim de acompanhar e monitorar os sentenciados. Na Bahia, a iniciativa deu origem ao próprio Ceapa e à Vara Especializada na Execução de Penas e Medidas Alternativas (Vepma). Na cerimônia, realizada ontem, 29 de fevereiro, no Instituto Anísio Teixeira, estiveram também presentes representantes do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, do Governo do Estado e da rede social que recebe os cumpridores de pena.



Desde a instalação do programa, que tinha por objetivo criar estruturas para dar efetividade à Lei 9714/98, que ampliou as penas alternativas no país, o Ministério Público teve participação ativa em todo o processo, assegura Geder Gomes, que chegou a presidir a Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas (Conapa). "O MP foi incentivador e colaborador da estadualização e interiorização do programa que, hoje, está incorporado à estrutura do Estado da Bahia com recursos próprios", destacou o presidente do CNPCP, ressaltando que a Bahia é um dos quatro estados do Brasil com autonomia nessa área. O MP participou diretamente também da elaboração do texto da lei que criou as dez centrais regionais em funcionamento e da proposição que tramita na Assembleia Legislativa contemplando a criação de outras dez. Hoje, o estado da Bahia possui mais de 3 mil pessoas cumprindo penas e medidas alternativas acompanhados pelo programa. "A pena alternativa não pune menos, pune melhor. O cumprimento total da pena supera 90% e o custo por mês para o Estado é cerca de dez vezes menor que o valor gasto com um homem preso de forma convencional. Além disso, o sistema insere o indivíduo na sociedade sem excluí-lo, o que fica constatado pela reincidência de menos de 10%. No sistema carcerário convencional esta reincidência beira os 80%", conclui o coordenador do Ceosp.

- **DEMANDA:** Com o objetivo de alcançar as Iniciativas Estratégicas previstas no Planejamento Estratégico do Ministério Público de *“Implantar ações para o fortalecimento do cumprimento das penas alternativas no estado”* e *“Promover medidas extrajudiciais ou judiciais objetivando a ampliação e melhoria do sistema penitenciário do estado”*, foi identificado que a drogadição é um dos principais entraves ao cumprimento da pena, seja ela alternativa, de semiliberdade ou de encarceramento.
- **AÇÃO: Parceria** com a Fundação Escola Superior do Ministério Público – FESMIP, foi apresentada a proposta de capacitação que foi aceita e formalizada, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia, com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD/UFBA e com a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – CEAPA, para capacitar 77 (setenta e sete) servidores que atuam diretamente com pessoas usuárias ou dependentes de substâncias psicoativas, no sistema prisional e nas CEAPAS, no período de 15 a 19/10/2012.

2012

12

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

23/10/2012 11:46:57 redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**MP capacita servidores da Justiça para
trabalhar com usuários de drogas**



Capacitar servidores da Justiça, mais especificamente ligados ao sistema prisional, para lidar com internos que usam ou abusam de substâncias psicoativas. Com esse objetivo, o Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmip) e com o apoio do Centro de Estudos e Tratamento do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia (Cetad), abriu ontem, dia 22, o 'Curso de Capacitação no Campo de Substâncias Psicoativas e Seus Usos', no auditório da Fesmip, no Jardim

Baiano, em Salvador. "Nossa meta, com esse trabalho, é encerrar a distância entre os problemas das drogas no sistema prisional e tratamento eficaz", afirmou o promotor de Justiça Geder Gomes, coordenador do Ceosp, que integrou a mesa de abertura ao lado do diretor da Fesmip, promotor de Justiça Solon Dias; do promotor de Justiça da Vara de Execuções Penais, Edmundo Reis; do coordenador acadêmico da Fesmip, promotor Gilberto Amorim; do Secretário de Administração Penitenciária do Estado, Nestor Duarte; e da defensora pública Cinara Fernandes.

Hoje, 70% dos internos do Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador, assumem que usam ou são dependentes de alguma substância psicoativa, afirmou o secretário Nestor Duarte. "As drogas dificultam o nosso trabalho de reinserção do preso na sociedade, que é a finalidade primeira do sistema prisional", destacou o secretário, que ressaltou a importância da parceria desenvolvida com o Ministério Público. Uma das metas do trabalho desenvolvido em conjunto é implantar no Complexo da Mata Escura uma estrutura de tratamento de usuários. "Treinar os profissionais que já estão no sistema, como estamos fazendo aqui, é uma etapa necessária para se atingir essa meta", ressaltou Nestor, frisando o papel de profissionais de saúde preparados para lidar com o detento. A questão também foi apontada pelo coordenador do Ceosp. "Não podemos esquecer que a questão das drogas está ligada diretamente à saúde pública e não apenas à área criminal", destacou Geder Gomes.



A palestra de abertura foi ministrada pelo Diretor do Cetad, professor Antônio Nery, que buscou quebrar paradigmas acerca da forma como a dependência química é compreendida. "primeiro é importante que quem vai lidar com o usuário de drogas saiba que ele é uma pessoa normal, e mais: que o crime não está diretamente relacionado ao uso das drogas. As questões são diferentes, mas precisam ser entendidas em paralelo", ressaltou o psiquiatra, que apontou ainda a importância da parceria estabelecida com o Sistema de Justiça. "Estar aqui, ao lado

do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Secretaria de Administração Penitenciária ajudando a conscientizar profissionais que lidam diretamente com o usuário, fornecendo a eles uma outra visão é uma grande conquista, resultado de um trabalho de 35 anos que tenho junto a essas pessoas. É um sinal de que os tempos estão mudando e que muitas coisas com as quais sonhamos ainda podem se realizar", comemorou Nery. O curso será realizado até a sexta-feira, dia 26, na Fesmip.

- **DEMANDA:** Com o objetivo de alcançar a Iniciativa Estratégica previstas no Plano Estratégico 2011-2023, *“Promover medidas extrajudiciais ou judiciais objetivando a ampliação e melhoria do sistema penitenciário do estado”*, foi identificada a necessidade do efetivo funcionamento das comissões disciplinares na apuração das faltas cometidas pelos presos.
- **AÇÃO:** Articulação junto a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, que disponibilizou (02) dois profissionais para efetuar a capacitação dos servidores com atuação nas comissões disciplinares nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia, realizada nos dias 13 e 14 de novembro de 2012.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

13/11/2012 18:02:42 Redatora: Anbar - MTbBA 690

**Servidores que atuam em comissões disciplinares
de presídios são capacitados no MP**

Utilizar um procedimento no formato da lei para que a disciplina seja mantida no sistema presidiário, agindo com rigidez mas sem excessos, no formato do que já vem sendo utilizado em São Paulo, com bons resultados e detalhamentos sobre as boas práticas daquele Estado, é um dos temas que constam da programação da capacitação conjunta iniciada hoje, dia 13, pelo Ministério Público estadual com duração de dois dias, envolvendo servidores da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia (SEAP) que atuam nas comissões disciplinares dos estabelecimentos penais do Estado.



Do evento, promovido por meio do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) do MP no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), participam Carlos Zanluchi, diretor técnico da Coordenadoria de Unidades Prisionais da região metropolitana de São Paulo, e Viviane Botoni, supervisora técnica da Penitenciária Franco da Rocha. Eles explicaram em suas palestras que



utilizam um "bê-á-bá" onde até a capa tem um padrão e já tentam implantar o procedimento em mídia para facilitar as audiências com o juiz, contendo toda a vida detalhada do preso, agilizando o andamento do processo. Para eles, que são docentes da Escola de Administração Penitenciária (EAP) da SAP no estado de São Paulo, leis já existem. É preciso que sejam operacionalizadas.

Segundo o promotor de Justiça Geder Gomes, isso é importante porque tem detectado que dentro do sistema prisional a apuração de infrações cometidas por presos nem sempre se dá como manda a lei e isso provoca problemas no momento em que, por exemplo, se analisam direitos como correção de regime e saídas temporárias dessas pessoas. Daí a importância da criação das comissões disciplinares instituídas pela Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia e da capacitação a eles destinada agora pelo MP que, por meio do Ceosp atende a estratégia de melhorar a execução penal e o sistema penitenciário.

Geder pontua que o MP tem grandes parceiros na área e com eles tem feito reuniões sistemáticas, citando que a promoção do aperfeiçoamento do sistema de defesa social foi previsto no Plano Estratégico do MP 2011-2023, sendo identificada a necessidade do efetivo funcionamento das comissões disciplinares na apuração das faltas cometidas pelos presos. Ele diz haver necessidade dessas comissões em cada unidade e da capacitação participam representantes de 22 dos 24 presídios da Bahia, estado que computa 11 mil presos no sistema penitenciário e cinco mil nas delegacias.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

15



O secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte, diz que mesmo enfrentando dificuldades ao assumir uma secretaria nova que foi desmembrada da Secretaria de Justiça e com um orçamento apertado, vem promovendo melhorias para o bom funcionamento nos presídios. No que se refere aos servidores, diz ter designado um grupo para elaborar um plano de cargos e salários para encaminhar para a Secretaria de Administração do Estado para que o servidor tenha mais que a correção anual periódica de salários. Também diz que já chamou os 500 concursados e solucionou questões internas como a de identificação

profissional e fardamento.

Ele considera significativa a capacitação dos servidores que cuidam de pessoas humanas que, apesar de terem cometido um crime, devem ser ressocializadas, até porque segundo as estatísticas, na Bahia, após cumprir pena 70% deles retorna à prisão por terem cometido crime mais grave. Por isso a luta para que eles estudem e trabalhem enquanto estão privados da liberdade, melhorando sua qualidade de vida. Registra que houve um aumento de 800 para cinco mil internos que estão se capacitando para que, quando forem devolvidos para a sociedade, se desvinculem do crime.

Da abertura da capacitação também participaram a juíza de execuções penais Andremara dos Santos e a defensora pública Betânia Ferreira de Souza que aplaudiram a iniciativa da capacitação dos servidores, considerando importante o papel das comissões nos presídios e ressaltando que os diretores da unidade devem participar ativamente delas. Segundo os facilitadores do curso, o procedimento disciplinar não atrapalha, é necessário para o controle interno do presídio, inibe novas faltas e mantém o corpo de funcionários motivado.



REUNIÕES DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA – CISP

De acordo com o art. 6º do ato nº 122/2011 – PGJ, que dispõe sobre a criação do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP, compete a este exercer as funções de Secretaria Executiva, cabendo-lhe o apoio técnico e administrativo do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública-CISP.

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

10/04/2012 15:58:48 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Publicada resolução que regulamenta funcionamento do Cisp

Instituído no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Bahia para contribuir com um Sistema de Justiça Criminal e Defesa Social mais ágil e efetivo, o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp) publicou hoje, dia 10, no Diário da Justiça Eletrônico, a resolução que aprova o seu regimento interno. Ao comitê, que é coordenado pelo Ministério Público estadual, compete, entre outras medidas, promover a atuação integrada dos 23 órgãos que o compõem para contribuir com ações que assegurem a inserção transversal da temática segurança pública, bem como propor e viabilizar uma agenda estratégica que colabore com o tema.

Ainda segundo a resolução, compete ao procurador-geral de Justiça, que é o coordenador do Cisp, presidir as reuniões e decidir questões de ordem. Ao Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP (Ceosp), que exerce as funções de secretaria-executiva, cabe a tarefa de assessorar os membros do comitê, fornecendo-lhes informações técnicas; de viabilizar a execução das ações e iniciativas propostas pelo comitê, buscando oportunidades de agregação, negociação e articulação pertinentes; promover, articuladamente com os membros do comitê, os estudos e pesquisas necessários à execução da agenda estratégica; entre outras.

Instituído de forma pioneira na Bahia, no segundo semestre de 2010, o comitê interinstitucional já propôs e implementou diversas ações relevantes para a área de segurança pública no estado. Dois termos de cooperação foram firmados com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ): um para inclusão do Cisp no "Programa Justiça Plena" e outro para implantação do "Programa de Assistência às Pessoas com Transtornos Mentais" na Bahia. O desenvolvimento do projeto "Comunidade Legal" em bairros carentes de Salvador também é uma das iniciativas do Cisp, assim como a elaboração do projeto de criação do "Núcleo de Prisão em Flagrante" e a apresentação ao Governo do Estado da proposta de ampliação do "Sistema de Execução de Penas e Medidas Alternativas".

DEMANDAS E AÇÕES DO CISP – CEOSP

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

13/04/2012 18:19:44 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Reunião do CISP expõe diagnóstico do sistema carcerário baiano e traça metas para 2012

Avanços no sistema carcerário baiano, necessidades de aperfeiçoamento legislativo em segurança pública e negociações em torno da possível instalação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) na Bahia. Estes foram os principais assuntos debatidos na primeira reunião deste ano do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia (Cisp), coordenado pelo procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva, que foi representado no encontro pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional de



Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes. Na reunião, que aconteceu hoje, dia 13, na sala de sessões do Ministério Público estadual no Centro Administrativo da Bahia, o secretário de Administração Penitenciária (Seap), Nestor Duarte, apresentou um diagnóstico da situação carcerária na Bahia. Também estiveram presentes o chefe da Procuradoria da República na Bahia (MPF-BA), Wilson Rocha Almeida Neto; e o juiz auxiliar da Corregedoria de Presídios do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), Moacyr Pitta Lima Filho.



Ao traçar o quadro da situação carcerária no estado, o secretário Nestor Duarte ressaltou que os avanços registrados nos últimos anos buscam contemplar as metas propostas pelo governo: ressocializar os ex-detentos que já cumpriram suas penas; abrir novas vagas e humanizar o sistema prisional. "Hoje, dos cerca de 10.000 internos da Bahia, aproximadamente 3.000 estão trabalhando", garantiu o titular da Seap, destacando que parte do que eles ganham como remuneração é enviada para a família e outra parte depositada numa conta para ser resgatada ao final da pena. O secretário informou também que ainda há superlotação no sistema, que conta com 10.000 presos para 7.900 vagas. "Muitos desses presos, no entanto, foram retirados de delegacias, onde estavam custodiados de forma irregular, o que representa um avanço. Além do mais, pelo menos 6.700 novas vagas devem ser abertas nos próximos meses, 2.500 delas resultantes de Parcerias Público Privadas (PPP)", frisou Nestor, ressaltando a importância da criação das Centrais de Penas Alternativas (Ceapas), voltadas para os indivíduos que cometeram crimes de menor potencial ofensivo. "Dez estão instaladas e outras dez já foram aprovadas, o que deve contribuir de forma decisiva para desafogar o sistema e ressocializar um número ainda maior de ex-detentos", concluiu.

O procurador-geral do Ministério Público Federal na Bahia, Wilson Rocha, afirmou que o estado vive uma "nova fase da segurança pública", marcada por uma integração acentuada entre os diversos operadores do sistema. "Por meio desse diálogo, que tem no Cisp seu principal núcleo decisório, detectamos questões que poderiam ser resolvidas de forma mais eficiente,



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

18

através de normas específicas, muitas das quais poderiam ser revistas ou mesmo elaboradas”, afirmou Wilson Rocha, sugerindo a criação, no âmbito do comitê, de um grupo voltado ao aperfeiçoamento legislativo e à proposição de novos atos normativos referentes à segurança pública. A ideia foi aprovada pela assembleia que ficou de deliberar sobre a sistemática de implantação do grupo no próximo encontro.



A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) também foi ponto de debate na reunião. Gestor das metas do Enasp na Bahia, o juiz Moacyr Pytta Lima informou que, com o objetivo de cumprir a meta 4, que é julgar as ações penais relativas a homicídio doloso, distribuídas até 31 de dezembro de 2007, será realizada, entre os dias 21 e 25 de maio, em Salvador e 25 comarcas do interior, a 'Semana do Tribunal do Júri'. “Haverá julgamentos todos os dias e a meta é que cada comarca realize, no mínimo, cinco júris nesse período. As comarcas que tiverem dificuldades contarão com toda a ajuda, inclusive na logística do deslocamento dos presos, por parte do TJ”, garantiu o magistrado. Outra meta traçada para este ano é “avançar

nas ações para a possível implantação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social da ONU na Bahia”, destacou o coordenador do Ceosp, Geder Gomes. Com este objetivo deve ser realizado, entre os dias 28 e 30 de maio, em Salvador, o 'II Fórum Universitário Mundial'.

Ficou definido ainda que, este ano, os encontros do Cisp acontecerão a cada dois meses, sempre às sextas-feiras. As reuniões serão realizadas nos dias 1º de junho, 3 de agosto, 5 de outubro e 14 de dezembro.

2012

19

– AÇÃO (CISP): Articulação para a realização da especialização em Segurança Pública da UNEB/Pádua, com programação de módulo de combate ao crime organizado a ser realizado na Universidade de Pádua-Itália.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

21/06/2012 16:58:13 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

**Especialização idealizada pelo Cisp terá
módulo de combate ao crime
organizado na Itália**

Reconhecida internacionalmente pelo efetivo combate ao crime organizado, a Itália sediará um dos módulos do 'Curso de Pós-graduação em nível de Especialização na Área de Segurança Pública (Master Internacional)', que será desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) por idealização do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp). O projeto do curso e a ideia de realização do módulo específico de combate ao crime organizado foram apresentados por uma delegação brasileira, integrada pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, à reitoria e à área de pós-graduação da Universidade de Pádua na última semana.



Segundo Geder Gomes, a Universidade de Pádua já tem convênio firmado com a Uneb para desenvolvimento da pós-graduação. A universidade italiana, registrou ele, tem diversos cursos na área de segurança pública e dará importante contribuição ao curso, que será iniciado na Bahia em março de 2013. De acordo com o membro do Ministério Público estadual, o módulo que será desenvolvido em Pádua contará com duas semanas de aulas (60h/aula) no segundo semestre de 2013. Além disso, professores italianos terão constante participação nos módulos que serão ministrados no Brasil. O curso será direcionado a membros do MP, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e integrantes da área de Segurança Pública do Estado.

A delegação baiana, composta ainda pela defensora pública-geral Maria Célia Padilha, defensora pública Cynara Fernandes, magistrados Moacir Pitta Lima e Ricardo Schimitt e pelo representante da Uneb, Gianni Boscolo, foi recebida também pelo presidente do Tribunal de Justiça e pelo procurador-geral de Pádua. Na oportunidade, eles visitaram a prisão feminina de Veneza e a Unidade Prisional de Pádua. "O sistema de justiça criminal brasileiro e o italiano são diferentes", registrou Geder Gomes, assinalando que, lá, existe um foco muito forte no caráter humanitário e na atividade laborativa dos presos. Na prisão feminina, o tratamento às gestantes é diferenciado e as crianças permanecem por mais tempo. As celas são adaptadas e bem estruturadas para que as crianças não se sintam aprisionadas, disse ele.



Já na Unidade Prisional de Pádua, quase metade dos internos trabalha, assinalou o promotor baiano, salientando que, ao saírem da prisão, eles têm grandes possibilidades de inclusão no mercado de trabalho. "Para se ter noção, dentro da unidade existe um call center de vendas de plano de saúde", exemplificou ele, lembrando que, conforme lhe foi informado, o índice de retorno à prisão dos que realizam algum trabalho quando lá estão é de 5%, sendo que, dos que não trabalham, 60% retornam. Para Geder Gomes, fica a percepção de que as unidades prisionais brasileiras e italianas "estão marcadas por um mesmo traço: a imposição do sofrimento. Mesmo que as condições carcerárias sejam melhores, ele existe por causa da limitação da liberdade". "O positivo é perceber que o investimento no trabalho é possível e pode minimizar os efeitos negativos da prisão", concluiu ele.



- AÇÃO (CISP): Aprovação na 10ª reunião ordinária, da proposta de criação da Universidade Estadual de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do CISP, com possibilidade da formatação em Universidade Livre.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

03/08/2012 17:07:41 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Cisp aprova criação da Universidade Estadual de Segurança e Desenvolvimento Social



Por aclamação, o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia (Cisp), aprovou hoje, dia 03, o projeto de criação da Universidade Estadual de Segurança e Desenvolvimento Social. A 10ª reunião do comitê aconteceu na sede do MP e foi presidida pelo promotor de Justiça Geder Gomes, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp). "Um passo muito importante foi dado hoje. A partir daqui, abrimos as portas para um trabalho pioneiro no Brasil", acentuou o coordenador do Ceosp, marcando já para o próximo encontro do Cisp, dia 05 de outubro, os primeiros debates sobre a matriz curricular e o



funcionamento do curso, que, uma vez instalado, deve ser chancelado pela Organização das Nações Unidas. "Um encontro com representantes da ONU acontecerá entre os dias 5 e 10 de agosto em Nova Iorque, onde apresentaremos oficialmente a proposta", informou Geder Gomes.

No encontro, a professora Adriana Freire e o juiz de Direito e também professor Moacyr Pitta Lima explicaram como irá funcionar o curso internacional de especialização em Segurança Pública, a ser desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). "Nossa meta é selecionar a primeira turma e dar início às aulas já no início do próximo ano", afirmou Pitta Lima, ressaltando

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

21

a importância da experiência internacional que o curso facultará aos alunos. "Parte das aulas acontecerá na Itália, que tem um trabalho interessante no combate ao crime organizado", explicou. Adriana Freire acrescentou que, além das aulas na Europa, professores italianos, com experiência prática e acadêmica na área, devem ministrar algumas disciplinas na Uneb, em Salvador.

O comitê debateu ainda estratégias para reduzir o número dos presos custodiados nas delegacias baianas. "A ideia é construir um novo presídio, na região de Camaçari e até o final de 2013 zerar o contingente de custodiados cumprindo pena em delegacias da região metropolitana", assegurou Moacyr Pitta Lima, anunciando para novembro a realização de um seminário sobre execução penal.

- **AÇÃO (CISP):** Aprovação na 10ª reunião ordinária, criação de Grupo de Trabalho para aprofundamento dos estudos sobre os adolescentes em conflito com a lei.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

29/06/2012 19:26:22 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

**Cisp cria grupo de trabalho para estudar
a situação dos adolescentes em conflito com a lei**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

22

Questões relevantes, relacionadas à atual situação do sistema de medidas socioeducativas voltadas aos adolescentes em conflito com a lei no estado da Bahia serão analisadas pelo grupo de trabalho criado na manhã de hoje, dia 29, pelo Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia (Cisp). Juntos, o Ministério Público estadual, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar e a Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) se dedicarão a avaliar temas fundamentais, abordando notadamente a problemática da descentralização da internação e da semiliberdade, do fortalecimento das medidas aplicadas em meio aberto, da questão educacional na execução das medidas e do transporte dos adolescentes.



Segundo dados da Fundac, atualmente, 458 adolescentes são atendidos nas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (Cases), que, no total, só têm capacidade para abrigar 393 jovens. Eles estão nas quatro unidades do estado, duas em Salvador e duas em Feira de Santana. Esse número, registrou a diretora-geral da Fundac, Ariselma Pereira, é resultado da falta ou ineficiência de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e tantas outras primordiais ao cidadão. De acordo com ela, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência no estado da Bahia é alto. Quatro cidades do interior estão entre as 100 mais violentas do país, informou Ariselma, apontando Porto Seguro, Simões Filho, Itabuna e Juazeiro. Ela assinalou ainda que há uma sequência de crescimento de homicídios praticados por jovens que têm entre 15 e 24 anos de idade.

Ao traçar um perfil dos jovens atendidos pela Fundac, a diretora-geral registrou que quase 60% dos adolescentes que lá chegam não frequentam a escola e que o índice de reincidência é de 33%. Segundo ela, a maioria dos casos de infração está relacionada a roubo (25%), seguindo-se de tráfico (18,97%); números considerados altos e desafios que são "imensos", destacou Ariselma. "É preciso haver uma articulação entre as diversas instituições para melhorarmos as condições do sistema", sinalizou ela, lembrando que, no segundo semestre, será inaugurada uma nova Case em Camaçari, mas que é preciso levar outras Cases para o interior do estado. Outro desafio apontado pela diretora da Fundac foi a ampliação dos programas de semiliberdade e a questão do transporte dos adolescentes. Todas essas questões serão agora discutidas pelo grupo de trabalho formado no Cisp.



Também na reunião de hoje, dirigida pelo procurador-chefe do Ministério Público Federal Wilson Rocha Neto; coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes; secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; defensora pública-geral, Maria Célia Padilha; e superintendente da Polícia Federal, Cesar Augusto Toselli, foi debatida a questão da segurança pública relacionada com a atividade de taxistas em Salvador. Segundo informou o presidente da Cooperativa Metropolitana de Táxis Especiais (Coometas), Vicente Barreto, a atuação de taxistas clandestinos no aeroporto, rodoviária e no porto de Salvador está

colocando em risco a integridade dos taxistas licenciados e dos próprios usuários do sistema. O assunto, disse ele, está sendo debatido na Assembleia Legislativa, mas precisa também receber a atenção de órgãos como o Ministério Público e o Poder Judiciário e, sobretudo, da Polícia Militar. Participam ainda da reunião, os promotores de Justiça Luís Cláudio Nogueira, Evandro de Jesus, Anderson Cerqueira e Fabrício Patury, integrantes do Ministério Público Militar, Secretaria de Segurança Pública, Polícia

- **AÇÃO (CISP):** Aprovação na 11ª reunião ordinária, criação de Grupo de Trabalho com o tema: “Segurança Pública e Gênero”.

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

05/10/2012 16:32:47 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Grupo de Trabalho deve ser criado no Cisp
para combater violência de gênero**



Fortalecer os equipamentos e ações existentes no âmbito da segurança pública para combater a violência de gênero. Com esse objetivo, o Cisp deve instalar o Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica e Violência de Gênero, que será coordenado pela promotora de Justiça Márcia Teixeira, coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (Gedem). A proposta foi apresentada pelo promotor de Justiça Geder Gomes durante a 11ª reunião do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública do Estado da Bahia (Cisp), hoje, dia 05, na sede do Ministério Público estadual no Centro Administrativo.



De acordo com dados do Gedem, a Bahia é o sexto estado com mais casos de violência contra mulher e Salvador ocupa a quinta posição entre as maiores cidades do país. “É um quadro grave que não pode mais ser enfrentado como uma questão privada. É um problema de estado, uma vez que filhos de casais onde existe violência doméstica estão sujeitos a um risco maior, inclusive o de se tornarem violentos e eventualmente mesmo bandidos”, alertou Márcia Teixeira. O GT deve tratar ainda de questões como o tráfico de meninas, que de acordo com a promotora tem na Bahia uma de suas rotas. “Com a aproximação da copa, esse crime precisa ser combatido de forma interinstitucional e é o que pretendemos fazer”, reforçou Geder

Gomes.

No encontro, a professora Adrianna Freire da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e o também professor e juiz de Direito Moacyr Pitta Lima apresentaram detalhes sobre os aspectos legais da implantação da Universidade Estadual de Segurança e Desenvolvimento Social, bem como alguns detalhamentos do Curso de Especialização em Segurança Pública da Uneb, em parceria com a Universidade de Pádua na Itália. A reunião foi encerrada com um resumo das ações do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), feita por seu coordenador Geder Gomes, e com outra breve explanação do promotor Evandro Luís dos Santos de Jesus, coordenador do Grupo de Trabalho de Medidas Socioeducativas. Os dois temas serão retomados, com maior detalhamento, no próximo encontro do Cisp, marcado para 14 de dezembro.

-AÇÃO: Prestação de suporte para o GT, que é coordenado pelo promotor de Justiça da Infância e Adolescência, Evandro Luis Santos de Jesus, e tem como atribuição discutir e apresentar ao CISP e à CSAP-Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes do Programa Pacto Pela Vida propostas para a melhoria do atendimento dos adolescentes em conflito com a lei nos seguintes aspectos: transporte dos adolescentes, regionalização das medidas socioeducativas e a educação no cumprimento das medidas. Integram o grupo, representantes do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, da Defensoria Pública do Estado da Bahia, das Polícias Civil e Militar e da FUNDAC.

Encaminhamentos GT de Medidas Socioeducativas

- 1 – Levar ao CISP e Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes para discussão e gestão junto ao Estado e Município sobre a possibilidade de regulamentação imediata do pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade para os Professores que atuam nas escolas municipais e estaduais;
- 2 – CISP convidar SEC, SEDES Casa Civil para discussão dos transportes dos adolescentes em conflito com a lei;
- 3 – Necessidade da assinatura imediata do termo de cooperação técnica SEC/ e FUNDAC para educação nas Unidades de Cumprimento de Medidas Socioeducativas;
- 4 – Indicativo de campanhas permanentes na comunidade escolar, a serem realizadas pelas Secretarias Municipais (UPB) e Estadual de Educação, Conselho Estadual e Municipais de Educação e Entidades Representativas das escolas particulares visando ao enfrentamento à exclusão do adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional, desconstruindo os estigmas e fortalecendo o protagonismo juvenil;
- 5 – Realização de Audiência Pública para aprofundar a discussão sobre a relação entre a

educação, segurança e disciplina dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;

6 - Celeridade na resposta da 2ª Vara da Infância e Juventude, quando os adolescentes estão descumprindo as medidas socioeducativas;

7 – Descentralização em Salvador da central de medidas socioeducativas, ampliando as Unidades de Atendimento;

8 – Recomendação ao Município de Salvador para regularização do transporte do adolescente em âmbito municipal;

9—Elaboração de um plano de acompanhamento pedagógico, contendo ações que garantam a permanência dos jovens em cumprimento de MSE nas escolas a ser apresentado na reunião do CISP, com data marcada para o dia 5 de outubro do corrente ano (SEC, SECULT e as Centrais de Medidas em Meio Aberto (Cecília vai enviar a relação em todo estado), ficando agendada a primeira reunião do grupo para o dia 17 de setembro, às 14 horas, neste mesmo local.

- **AÇÃO:** Articulação de reunião no CEOSP, no dia 20/09/2012, para tratar da formatação e conclusão da minuta da Portaria Conjunta que criará o GT que discutirá o transporte de adolescentes em conflito com a lei no Estado da Bahia, a Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia, Maria Moraes de Carvalho Mota, Ariselma Pereira Diretora – Geral da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, a Emília Blanco Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, o Promotor de Justiça Evandro Luis Santos de Jesus e o Defensor Público do Estado da Bahia Antonio Cavalcanti Reis Filho.



DEMANDA: Troca de experiências com órgãos congêneres, nas reuniões da Câmara Setorial de Administração Prisional e Ressocialização, de Articulação entre os Poderes, Comitê Executivo – Pacto Pela Vida, integradas pelo Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias de Estado e OAB;

AÇÃO: Articulação para criação e implementação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos – CIRA.

**TERMO DE CONSTITUIÇÃO DO GRUPO EXECUTIVO DE TRABALHO
PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS A RESPEITO DA CRIAÇÃO DO
COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS**

Fica constituído o grupo de trabalho, formado por representantes dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como do Ministério Público do Estado da Bahia, com o objetivo de realizar avaliações e estudos a respeito da implementação do **Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - CIRA**, que, sem criar a duplicidade de esforços com mecanismos já existentes, deverá propor medidas para serem implementadas pelos órgãos e instituições públicas, a fim de que sejam aprimoradas e aperfeiçoadas ações na busca da efetividade na recuperação de ativos.

Salvador – Bahia, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.


PODER EXECUTIVO
Governador **Jaques Wagner**


PODER JUDICIÁRIO
Desembargadora **Telma Laura Silva Britto**


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Wellington César Lima e Silva

**Assessoria de Comunicação
Social Classificação da
Notícia: Segurança Pública**

31/01/2012
17:22:01

Redatora: Maiama
Cardoso MTb/BA -
2335

**Grupo de trabalho discute
diretrizes
de funcionamento do Cira**

O grupo de trabalho criado pela



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

28

Câmara de Articulação dos Poderes para avaliar a criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), idealizado pelo Ministério Público do Estado Bahia, reuniu-se na manhã de hoje, dia 31, para discutir diretrizes de funcionamento e composição do novo órgão que deverá, por meio das suas ações, garantir aumento na recuperação de ativos do Estado. A intenção, assinalou a promotora de Justiça Mônica Barroso, é criar um comitê que impulse a recuperação dos ativos atualmente desviados, sejam eles provenientes de ilícitos fiscais, penais ou administrativos. Isso, continuou ela, no sentido de que a receita seja incrementada e de que o Estado, conseqüentemente, aumente a sua capacidade de investimento em políticas públicas. "É o MP se colocando no papel de propulsor de ideias que confirmam o seu interesse em contribuir para o fortalecimento da realização dos objetivos do Estado", concluiu a promotora de Justiça que integra o Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), e se reuniu com representantes da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e das secretarias estaduais de Administração (Saeb), de Segurança Pública (SSP), de Relações Internacionais (Serinter) e da Fazenda (Sefaz).

Reuniões da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes do Pacto Pela Vida



**Assessoria de Comunicação
Social Classificação da Notícia:
Segurança Pública**

16/03/2012 Redator: Gabriel
16:00:44 Pinheiro DRT/BA 2233

**Câmara Setorial aprova minuta pretende
criar o Comitê
Interinstitucional de Recuperação de Ativos
(Cira)**

A segunda reunião da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes (CSAP) em 2012 foi

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

29

marcada pela aprovação da minuta que pretende criar o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que agora segue para os chefes de poderes e deverá ser submetida para a assinatura do Governador. No encontro, que marca a continuidade do 2º Polo do Agenda Bahia, intitulado 'Gestão e Finanças', estiveram presentes o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) do Ministério Público, promotor de Justiça Geder Gomes; os secretários de Relações Internacionais, Fernando Schmidt; de Segurança Pública, Maurício Barbosa; de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; de Administração, Manoel Vitório; da Fazenda, Carlos Martins; o procurador-geral do Estado, Rui Moraes; a chefe da Defensoria Pública do Estado, Célia Padilha e o representante do Poder Judiciário, Ricardo Schmidt; dentre outras autoridades.

Durante o encontro foram discutidas providências judiciais conjuntas para agilizar a tramitação dos processos que envolvem os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), inclusive durante o plantão judiciário, com destaque à importância da atuação de magistrados e membros do MP nesse período. A Câmara ressaltou a importância do trabalho de articulação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia que “atuaram de forma integrada, conduzindo ações de Estado, em importantes episódios recentes envolvendo a segurança pública”, conforme ressaltou o presidente da Câmara Setorial, Secretário de Relações Internacionais Fernando Schmidt.



Ainda como fruto do “acerto da direção trilhada por esse trabalho”, o promotor de Justiça Geder Gomes noticiou que estão sendo empreendidas, com o apoio do Secretário Schmidt, articulações junto à Organização das Nações Unidas (ONU) para que a Bahia sedie o 'Segundo Fórum Mundial para a criação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social'. O encontro deve ocorrer em maio deste ano, sendo que uma reunião preparatória está marcada para o dia 27 de março e deve contar com a presença do Governador Jaques Wagner e de representantes das Nações Unidas.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

03/04/2012 09:10:38 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Ações de recuperação de ativos do Estado serão reforçadas por novo comitê

Ações de recuperação de ativos desviados do Estado serão reforçadas na Bahia com a criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). Idealizado pelo Ministério Público estadual, o comitê tem por finalidade propor medidas para o aprimoramento das ações e busca da efetividade na recuperação de ativos de titularidade do Estado, a serem implementadas pelos órgãos e instituições públicas que o integram. O Cira foi criado por ato do governador Jaques Wagner e será composto por secretários de Estado, pelo procurador-geral de Justiça Adjunto, procurador-geral do Estado e por assessor especial do Tribunal de Justiça.

Conforme o Decreto nº 13.843, de 29 de março de 2012, que cria o Comitê de Recuperação de Ativos, caberá a ele propor medidas técnicas, legais e administrativas, que visem à recuperação de ativos decorrentes de ilícitos penais, fiscais e administrativos; estabelecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento de ações operacionais integradas entre os órgãos e instituições envolvidas, respeitando o planejamento de cada uma delas; realizar discussões sobre questões estratégicas e técnicas que visem ao aprimoramento da legislação aplicável, bem como dos

mecanismos administrativos e gerenciais, no âmbito de cada órgão e instituição que o integra; e promover e incentivar encontros e seminários, que visem a valorização e o aperfeiçoamento técnico dos servidores de órgãos e entidades da Administração Pública. A secretaria-geral do Cira será exercida por um representante do Ministério Público, indicado pelo titular da instituição.

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 13.843 DE 29 DE MARÇO DE 2012

Cria o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - CIRA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 105 da Constituição Estadual,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica criado o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - CIRA, com a finalidade de propor medidas para o aprimoramento das ações e busca da efetividade na recuperação de ativos de titularidade do Estado, a serem implementadas pelos órgãos e instituições públicas que o integram.

Art. 2º - O CIRA terá a seguinte composição:

I - o Secretário da Fazenda, que o presidirá;

II - o Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia;

III - o Secretário da Administração;

IV - o Secretário da Segurança Pública;

V - o Procurador-Geral do Estado;

VI - o Procurador-Geral de Justiça Adjunto;

VII - o Assessor Especial da Presidência II - Assuntos Institucionais, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

§ 1º - Os membros titulares serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, pelos seus respectivos suplentes, por eles indicados.

§ 2º - A Secretaria Geral do CIRA será exercida por 01 (um) representante do Ministério Público, indicado pelo Titular da instituição.

Art. 3º - Poderão, ainda, participar das reuniões do CIRA, como membros convidados, ou indicar representantes:

I - o Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, do Ministério da Fazenda;

II - o Chefe do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI, do Ministério da Justiça;

III - o Procurador-Chefe da Regional da República - 1ª Região.

Parágrafo único - Excepcionalmente, o Comitê poderá convidar autoridades públicas e membros da sociedade civil para participarem de suas reuniões.

Art. 4º - Incumbe ao CIRA:

I - propor medidas técnicas, legais e administrativas, visando à recuperação de ativos decorrentes de ilícitos penais, fiscais e administrativos;
II - estabelecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento de ações operacionais integradas entre os órgãos e instituições envolvidas, respeitando o planejamento de cada uma delas;
III - promover e incentivar encontros, seminários e cursos relacionados à atividade do CIRA, visando à valorização e aperfeiçoamento técnico de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública;
IV - realizar discussões sobre questões estratégicas e técnicas que visem ao aprimoramento da legislação aplicável, bem como dos mecanismos administrativos e gerenciais, no âmbito de cada órgão e instituição que o integra.

Art. 5º - O CIRA reunir-se-á, ordinariamente, a cada 03 (três) meses, mediante convocação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - O Presidente do CIRA poderá convocar reuniões extraordinárias com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 6º - Poderá o CIRA constituir Grupos Operacionais, cujos representantes serão indicados pelos órgãos e instituições que o compuser, em razão da especificidade da matéria tratada, das deliberações do Comitê e da necessidade de que estas tenham efetividade.

Parágrafo único - Incumbirá aos Grupos Operacionais o desenvolvimento de ações que visem à realização dos objetivos definidos no ato de sua constituição.

Art. 7º - O CIRA poderá solicitar planos de ação a serem elaborados e implementados pelos órgãos e instituições com representação no Comitê, em suas respectivas áreas de atuação, cujo cumprimento e avaliação de resultados serão por ele acompanhados.

Parágrafo único - Os planos de ação levarão em consideração as incumbências do CIRA e os objetivos a serem observados pelos Grupos Operacionais.

Art. 8º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual prestarão, prioritariamente, a colaboração solicitada pelo CIRA.

Art. 9º - O Presidente do CIRA presidirá as reuniões, com o apoio técnico do Secretário-Geral, competindo a este executar as atividades permanentes e necessárias ao exercício das incumbências do Comitê.

Art. 10 - Para a execução das medidas definidas pelo CIRA, além daquelas já existentes, poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual, ou Municipal, na forma da legislação pertinente.

Art. 11 - A participação efetiva ou eventual no CIRA constitui serviço público relevante, vedada a remuneração de seus membros.

Art. 12 - O Regimento Interno do CIRA, aprovado pelos respectivos membros, fixará as normas do seu funcionamento.

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de março de 2012.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP**

2012

32

JAQUES WAGNER
Governador

Rui Costa

Secretário da Casa Civil

Carlos Martins Marques de Santana

Secretário da Fazenda

Manoel Vitorio da Silva Filho

Secretário da Administração

Maurício Teles Barbosa

Secretário da Segurança Pública

12/04/2012 11:35:21 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Câmara Setorial apresenta mestrado na área de Segurança Pública e discute a criação de um novo grupo de trabalho



Numa reunião que contou com a participação do diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor Celso Luiz de Braga Castro e da coordenadora da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), professora Ivone Freire Costa, a Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes (CSAP) apresentou para seus membros o projeto, já em fase de deliberação na UFBA, da implantação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e

Cidadania. Os participantes do encontro, que aconteceu na tarde de ontem, dia 11, na sala de sessões da sede do Ministério Público no Centro Administrativo da Bahia, debateram ainda a criação de um novo grupo de trabalho para tratar da aplicação de medidas alternativas na área de execução penal.



Outro assunto levantado pelo presidente da Câmara de Articulação, secretário de Relações Institucionais Fernando Schmidt, foi a vontade do Estado de trazer para a Bahia a 'Universidade Mundial de Segurança Pública e Desenvolvimento Social', chancelada pela Organização das Nações Unidas (ONU), proposta já apresentada na câmara pelo coordenador do Centro de Apoio à Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Geder Gomes, que também compôs a mesa, ao lado do secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; do Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça, juiz Ricardo Schmidt; e da chefe da Defensoria Pública do Estado, Célia Padilha.

A importância da intersectorialidade marcou o encontro, no entender do coordenador do Ceosp que expressou o desejo do Ministério Público de ter membros e servidores, com atuação específica na área de segurança pública



participando do mestrado da UFBA, no que foi respaldado pelo professor Celso Castro. "Ao reunir diferentes saberes, teóricos e práticos, o curso pretende pensar um novo modelo de segurança pública, capaz de resgatar o elo de confiança entre a população e o sistema de garantia de direitos na párea de segurança", ressaltou o professor, que descreveu o mestrado como um "grupo pluridisciplinar, conjugando aos saberes jurídicos conhecimentos das áreas de administração, sociologia, antropologia e até música". A professora Ivone Costa, da Renaesp, afirmou que já está em fase de negociação a participação de membros do

Poder Judiciário e de policiais militares na primeira turma do curso, e que está sendo estudada a formação de uma turma especial com a participação de membros e servidores do MP, além de representantes de outras das instituições que compõem a Câmara Setorial, "desde que tenham atuação específica na área de Segurança Pública".

Durante a reunião, foi anunciada a intenção de se criar um novo grupo de trabalho voltado para a área de execução penal, com foco no estudo da sistemática atual para concessão de benefícios

como progressão de regime e adoção de penas alternativas. Atendendo a uma solicitação da Câmara de Prevenção Social, o grupo agendou uma reunião para discutir medidas conjuntas voltadas a auxiliar os moradores das áreas onde hoje funcionam as Bases Comunitárias de Segurança, no que toca à regularização fundiária. O encontro acontecerá durante a próxima reunião da Câmara de Articulação entre os Poderes, marcada para o dia 27 deste mês, no MP.

AÇÃO: Coordenação do Grupo de Trabalho para discussão de procedimentos no fluxo de informações do sistema penitenciário, instituído no âmbito da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes/Pacto Pela Vida, conta com representantes do Poder Judiciário, Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, Setor de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Narcóticos, Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa e Departamento de Inteligência da Polícia Civil, Centro de Apoio Operacional Criminal, Promotores da Execução Penal, Núcleo de Inteligência Criminal e Grupo de Atuação Especial de Combate e Investigação às Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado da Bahia, que se reúne quinzenalmente nas dependências do MP/BA, com resultados expressivos apresentados ao Comitê Executivo do Pacto Pela Vida, com a participação do Governador do Estado, inclusive com apresentação de relatórios circunstanciados feitos com as informações apresentadas na lista com alvos sensível apresentada pela Inteligência da SSP.

26/04/2012 11:28:30 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Câmara Setorial discute situação de presos
perigosos e regularização fundiária**



Estratégias conjuntas para serem adotadas com relação aos presos de maior periculosidade, os que cometem crimes mais graves e com mais frequência, foram debatidas por representantes do Ministério Público estadual, Judiciário, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança Pública ontem, dia 25, durante reunião da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes (CSAP).

O encontro debateu ainda alternativas para promover a regularização fundiária de imóveis localizados nas áreas onde funcionam as bases comunitárias de segurança, com destaque para o Calabar e o Nordeste de Amaralina, onde o número de imóveis em situação irregular é maior.

Coordenador do Centro de Apoio operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), o promotor de Justiça Geder Gomes informou que um grupo de trabalho voltado para os presos considerados mais perigosos está formado e já teve a sua primeira reunião realizada.



“Uma opção estudada é a criação de vagas de segurança máxima na Bahia para a execução da pena desses detentos”, destacou. Representante do Judiciário no grupo, o juiz auxiliar da Corregedoria de Presídios do Tribunal da Justiça da Bahia (TJ-BA), Moacyr Pitta Lima, fez questão de frisar que nenhum preso será julgado de forma diferenciada. “A atenção especial será no sentido de promover articulações estratégicas entre as áreas da Justiça com a Polícia e o MP para que as informações de cada área sejam mais facilmente compartilhadas pelas outras e os processos envolvendo esses detentos sejam apreciados de forma integral”, explicou o magistrado, enfatizando que não haverá qualquer exceção no que toca ao sistema de garantias desses presos. “Direitos e benefícios inerentes à execução da pena, a exemplo da progressão de



regime e da liberdade por bom comportamento, serão integralmente respeitados, conforme determina a lei”, asseverou.

O secretário de Relações Internacionais Fernando Schmidt anunciou uma reunião com a prefeitura, marcada para o dia 02 de maio, para tratar de regularização fundiária. O procurador-geral do Estado, Rui Moraes, disse que o assunto deve entrar na lista de prioridades do Governo. “Precisamos urgentemente regularizar a propriedade dos imóveis que ficam nas áreas de ação das bases comunitárias de segurança”, destacou Rui Moraes. Geder Gomes sugeriu a criação de um novo grupo de trabalho voltado para a regularização fundiária. Aprovada a proposta, uma primeira reunião, para discutir a formatação da equipe e as competências do grupo, ficou marcada para ser realizada no Ceosp, em data ainda a ser definida. Os primeiros resultados devem ser apresentados na próxima reunião da Câmara, que terá na sua pauta ainda a questão do adolescente infrator e a Lei Federal 12.527, que regulamenta o acesso a informações públicas.



AÇÃO: CEOSP presta todo o suporte necessário para o funcionamento do Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária criado no âmbito da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes, coordenado pelo MP, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, o GT tem como integrantes representantes dos poderes Judiciário, Legislativo Municipal, Executivos Municipal e Estadual, além de representantes das comunidades do Calabar, Alto das Pombas, Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Fazenda Coutos.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

11/07/2012 18:26:28 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Grupo de Regularização Fundiária
fará primeira reunião no MP**

Planejar ações integradas para viabilizar a regularização fundiária sustentável nas comunidades onde estão sendo implantadas as Bases Comunitárias de Segurança em Salvador. Com esse objetivo, reúne-se pela primeira vez, às 15h do dia 19 deste mês, na sede do Ministério Público estadual no CAB, o Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária, criado no âmbito da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes do Pacto pela Vida. Coordenado pelo MP, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, o GT tem como integrantes representantes dos poderes Judiciário, Legislativo Municipal, Executivos Municipal e Estadual, além de representantes das comunidades do Calabar, Alto das Pombas, Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Fazenda Coutos.

O evento marca a integração e conjugação de esforços dos órgãos que compõem o Pacto pela Vida com a sociedade civil baiana na busca de soluções para o problema fundiário que atinge Salvador, especialmente nas áreas consideradas de grande índice de criminalidade. Além dos membros do GT, participarão da reunião, como convidados, representantes do Ministério das Cidades e da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde existe uma experiência exitosa em regularização fundiária sustentável.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

20/07/2012 17:44:06 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

**MP discute regularização fundiária
em reunião de grupo de trabalho**

O Ministério Público estadual, por iniciativa do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, realizou na tarde de ontem, dia 19, a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária, criado no âmbito da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes do programa Pacto pela Vida. "Poucas vezes encontramos um cenário tão favorável à implementação da regularização fundiária como agora", pontuou a promotora de Justiça Hortênsia Pinho na abertura

da reunião, que contou com a participação de representantes das comunidades do Alto das Pombas, Calabar, Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas e Fazenda Coutos.

Segundo a promotora de Justiça, a regularização fundiária tem hoje um conceito jurídico expresso no artigo 46 da Lei n 11.977/1999, que foi reformada em 2011, e o grupo de trabalho trabalhará com base nesse conceito, que vai além da ideia de simples entrega de documentos. "A regularização fundiária consiste num conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que visam à



regularização de assentamentos irregulares e a titularização de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado", explicou ela, salientando que a regularização fundiária não é um problema pontual, mas de toda a coletividade. "Ela é um dever jurídico e deve acontecer em paralelo a ações de desenvolvimento social", pontuou Hortênsia Pinho.

Durante a reunião, foram discutidas ações integradas para viabilizar a regularização fundiária sustentável nas comunidades onde estão sendo implantadas as Bases Comunitárias

de Segurança em Salvador. Além dos membros do GT, participaram, como convidados, representantes do Ministério das Cidades e da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde existe uma experiência exitosa em regularização fundiária sustentável.

**SÍNTESE DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO GRUPO DE
TRABALHO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Levantamento técnico fundiário concluído – Definição da dominialidade das áreas inseridas nas poligonais de intervenção do PPV.

Institutos técnicos jurídicos para viabilizar a Regularização Fundiária nos bairros do Calabar, Fazenda Coutos e Nordeste de Amaralina selecionados com a chancela da Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado. Utilização prioritária nos terrenos privados de demarcação urbanística e legitimação de posse, conhecido popularmente como **usucapião extrajudicial**. Nas áreas publicas concessão de direito real de uso para fins de moradia e concessão especial para fins de moradia. **Soluções jurídicas novas, revolucionárias e céleres.**

1ª Fase dos trabalhos do GT está concluída, sendo os PRODUTOS:

Levantamento técnico fundiário já com geoprocessamento e a sobreposição das informações urbanísticas, ambientais. Em condições de responder à todas as dúvidas sobre questões fundiárias das áreas.

Avaliação jurídica dos institutos previstos no ordenamento jurídico nacional, que permite o deslançamento imediato das medidas para regularização fundiária plena nos bairros do Nordeste de Amaralina, Fazenda Coutos e Calabar. Produção do **Manual Baiano de Regularização Fundiária** social de forma a orientar os demais municípios de Estado. Com lançamento previsto para o dia 19/11/2012 tiragem de 1.000 exemplares.

Tudo pronto para desencadear o projeto de Regularização fundiária, social previstos na Lei 11.977/2009 com as alterações trazidas pela 12.424.

São necessários Recursos para o levantamento físico topográfico com o plano de urbanização e gestão participativa. Os órgãos técnicos CONDER, SEDUR e Prefeitura Municipal de Salvador já chegaram a um valor R\$ 18.000.000,00

(Dezoito milhões).

A estratégia proposta pelo GT é iniciar o projeto de Regularização Fundiária Sustentável com o Calabar e/ou Fazenda Coutos, pois o Calabar custa R\$ 2.000.000,00 e a Fazenda Coutos R\$ 3.900.000,00.

Em Fazenda Coutos não há impasses fundiários e o programa pode ser iniciado com a maior brevidade.

No Calabar, em razão do aspecto emblemático, estratégico e a reverberação. Custa apenas dois milhões. Quanto à questão fundiária, a área pertence na maioria à Santa Casa de Misericórdia e a Procuradoria Geral do Estado está entabulando negociações.

Quanto aos problemas com os cartórios para registro dos títulos oriundos desse projeto de regularização fundiária, faz-se necessário contato com a nova corregedora eleita, pois o problema é crônico.

O estado não entrega títulos de propriedade há um ano e meio. Só no cartório do 2º Ofício há 600 escrituras encaminhadas pela CONDER há mais de um ano, sem êxito. O GT encaminhou à Corregedoria modelo de PROVIMENTO, similar ao Rio Grande do Sul para dar flexibilidade e celeridade aos registros oriundos de Regularização Fundiária.

Os trabalhos do GT de Regularização Fundiária foram concluídos com êxito sendo realizadas 05 (cinco) reuniões e estão todos muito empolgados e estimulados com a possibilidade da continuidade do trabalho assim que for providenciado os recursos para os estudos físicos topográficos.

A ideia é que seja feito com recursos próprios do estado as áreas de Fazenda Coutos e/ou Calabar e Nordeste de Amaralina, capitaneando recursos no Ministério das Cidades / Caixa Econômica Federal.

Reuniões do Comitê Executivo do Pacto Pela Vida

AÇÃO: Análise dos índices de criminalidade na capital, com proposição de ações para a prevenção e repressão dos crimes violentos, letais e intencionais.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

22/03/2012 18:36:30 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

"Pacto pela Vida" avalia índices de criminalidade e discute ações preventivas no MP

O Comitê Executivo do programa 'Pacto pela Vida' reuniu-se na manhã desta quinta-feira (22), na sede do Ministério Público estadual, no CAB, para avaliar os índices de criminalidade e as ações de segurança implementadas pelas polícias Civil e Militar para prevenir e combater

a violência nas Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp). No encontro, realizado com o governador Jaques Wagner, diversos secretários de Estado e representantes dos Poderes Judiciário e Legislativo, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva registrou que "o MP está colaborando com esta relevante iniciativa que visa minorar os índices de criminalidade na Bahia".

Segundo o governador da Bahia, o plano tem a expectativa de que, "pelo profissionalismo e vontade de servir cada vez melhor, superando e encontrando novas formas de atuar, a área de segurança possa prestar um serviço de qualidade à sociedade". Avaliando os índices de violência, que registraram 405 vítimas de Crimes Violentos, Letais e Intencionais (CVLI) desde janeiro, e ações empreendidas pela Polícia na primeira quinzena de



março, Jaques Wagner discutiu com as autoridades, diversos delegados e policiais que integram as Aisp algumas estratégias de fortalecimento para que, ao longo de 2012, o Estado possa atingir as metas estabelecidas no 'Pacto pela Vida'. Conforme o secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, o reforço da Polícia, com formação de mais 1.800 homens, e a inauguração de novas Bases de Segurança deverá potencializar as ações nas Aisp.

Destacando que "o MP é um grande parceiro, fundamental para o sucesso de determinadas ações de segurança", Maurício Barbosa ressaltou que as explicações feitas na reunião indicam que diversas intervenções sociais também precisam ser feitas. Atento às

considerações, Wellington César informou que o Ministério Público pode contribuir para a formulação de políticas públicas que subsidiem ações relevantes para a área. De acordo com ele, já foi solicitado ao Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) que realize um levantamento de boas práticas relacionadas a intervenções situacionais, como as dos episódios relatados de problemas com iluminação pública e poluição sonora, a fim de que, com uma estratégia concentrada com a municipalidade, ocorram avanços. O PGJ submeteu ainda à apreciação do Comitê a ideia de que a Secom possa viabilizar a divulgação das boas práticas ocorridas em cada uma das Aisp, para que elas se tornem mais conhecidas. Ele também destacou que, talvez, fosse necessário haver uma caracterização da motivação dos CVLIs em cada uma das áreas para que sejam melhor definidas estratégias de atuação articuladas para cada uma delas.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

41

Também na reunião em que participou a defensora pública-geral, Maria Célia Padilha, o secretário de Relações Internacionais Fernando Schmidt destacou o trabalho da Câmara Setorial de Articulação dos Poderes, que compõe o 'Pacto pela Vida', registrando que, nos próximos dias, o governador assinará o decreto que institui o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) e que a implementação do Núcleo de Prisão em Flagrante está sendo viabilizada.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

12/04/2012 18:50:11 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Em reunião do "Pacto pela Vida", especialista afirma que redução da criminalidade requer tempo



Índices de criminalidade e estratégias de prevenção e combate aos Crimes Violentos, Letais e Intencionais (CVLI) foram debatidos na sede do Ministério Público estadual durante a tarde de hoje, dia 12, por secretários de Estado e integrantes das polícias Militar e Civil, que estiveram acompanhados do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes. Na reunião do Comitê Executivo do 'Programa Pacto pela Vida', o especialista em Segurança Pública Luiz Ratton afirmou que o processo de redução da criminalidade perpassa por duas questões: uma policial e a outra social. Mas a solução, alertou ele, "nunca será imediata porque o

problema da violência é histórico; as raízes são profundas".

O especialista, que é professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), destacou também que o 'Pacto pela Vida' – programa implantado pioneiramente em Pernambuco – traz uma concepção inovadora e muito válida porque articula várias dimensões e tem como centro principal a tutela da vida. Após a implantação do programa em Recife, a taxa de homicídios ao ano caiu de 1.100 para 600, informou ele, destacando que, no Brasil, a área que menos mudou após o processo de democratização de 1988 foi a da segurança pública. "É preciso vencer a concepção convencional de segurança pública", ressaltou Luiz Ratton. De acordo com ele, é extremamente importante definir prioridades de atuação integrada e focada das polícias, Ministério Público e Poder Judiciário, pois programas de prevenção social do crime e da violência só serão bem sucedidos se articulados.

Segundo informou o secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, avanços estão sendo alcançados pelas polícias, que voltaram a fazer operações e estão desenvolvendo trabalhos mais ostensivos. "Acredito que estamos no caminho certo", assinalou ele, solicitando a todos que continuem se empenhando no sentido de diminuir os índices de criminalidade em Salvador.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

26/04/2012 15:30:24 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

**“Pacto pela Vida” reúne os três Poderes e o MP
para analisar índices de criminalidade na capital**



Índices de criminalidade e ações de enfrentamento à violência em Salvador foram debatidos na manhã de hoje, dia 26, durante a reunião do Comitê Executivo do programa ‘Pacto pela Vida’, que aconteceu na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Alguns dados foram apresentados por integrantes das Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps) do Bonfim e do Nordeste de Amaralina e avaliados pelo governador Jaques Wagner, pelo procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva,

diversos secretários de Estado e representantes dos Poderes Judiciário e Legislativo. Para o governador Jaques Wagner, “a aposta no processo até agora desenvolvido é certa”. Aos poucos, assinalou ele, “vamos tendo a vitória que se espera”.

Segundo o secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa, ações de fortalecimento estão sendo desenvolvidas no sentido de que os trabalhos preventivo e repressivo das polícias Militar e Civil sejam reforçados. Ontem, mais 1.200 policiais militares foram formados e novo concurso para a área de segurança pública já foi autorizado, disse ele. Atento às apresentações dos integrantes das Aisps e pontuações do governador e secretários de Estado, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva ressaltou que é preciso investir no método de trabalho. Embora o caminho seja mais difícil, a sugestão é de se fazer uma subsegmentação das iniciativas, assinalou ele, acrescentando que é preciso analisar o padrão das causas e alternativas para objetivar ataques a esses pontos. Também participaram da reunião o secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; de Relações Internacionais, Fernando Schmidt; e a desembargadora Nágila Brito, representando o Tribunal de Justiça da Bahia.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

43

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

11/05/2012 10:37:58 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Índices de violência são debatidos no MP



Uma análise dos índices de Crimes Violentos, Letais e Intencionais (CVLIs) registrados no município de Salvador na segunda quinzena do mês de abril foi realizada na tarde de ontem, dia 9, pelo Comitê Executivo do 'Programa Pacto pela Vida', que se reuniu na sede do Ministério Público estadual no Centro Administrativo. Secretários de estado e integrantes das Polícias Militar e Civil debateram os índices e discutiram melhorias para as ações policiais e sociais que se fazem necessárias à prevenção e combate ao crime na capital. Atento às pontuações, o

coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, registrou que o MP também está preocupado com a questão do aumento da criminalidade no estado e é parceiro do Poder Executivo nessa jornada de redução dos índices de violência.

Segundo ressaltou o secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa, uma iniciativa extremamente importante é a identificação das causas que levam ao aumento dos CVLIs. O que se espera de cada Área Integrada de Segurança Pública (Aisp), disse ele, é que se identifiquem os criminosos mais perigosos para tentar executar a prisão. Também na reunião de ontem, representantes da Câmara Setorial de Prevenção Social apresentaram ações desenvolvidas nas áreas de instalação das Bases Comunitárias de Segurança, ressaltando a importância da participação do Ministério Público nessas áreas para a articulação e desenvolvimento de ações de proteção e promoção social. Na base instalada em Fazenda Coutos, por exemplo, informou a secretária interina de Desenvolvimento Social, Mara Moraes, o MP desenvolveu uma ação "muito forte", com o atendimento de 1.225 pessoas por meio do projeto 'MP Vai às Ruas'.



A ideia de criação de uma Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social, com instalação na Bahia, foi destacada pelo secretário de Relações Internacionais Fernando Schimdt também durante a reunião. De acordo com ele, a proposta será debatida e fundamentada durante o 'Fórum Universitário para Criação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social' da Organização das Nações Unidas (ONU), evento que será sediado pelo Ministério Público baiano. A realização desse evento foi discutida pelo procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, promotor de Justiça Geder Gomes, e Fernando Schimdt na quarta-feira, dia 9, em Brasília, com o ministro das Relações Exteriores, embaixador Antônio de Aguiar Patriota. O chanceler acolheu o pedido de apoio feito pela comitiva baiana e afirmou que enviará representante do Itamaraty para participar do fórum, devido a sua importância para o estado brasileiro.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

23/05/2012 16:41:01 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

**Redução do índice de crimes violentos é anunciada
em reunião do "Pacto pela Vida"**



Com redução de 21% dos casos de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), a primeira semana do mês de maio foi anunciada durante reunião do Comitê Executivo do programa 'Pacto pela Vida' (PPV) como a melhor do início deste ano de 2012. A comparação foi feita em relação ao mesmo período do ano de 2011. Um resultado considerado positivo pelo governador Jaques Wagner. Reunido na sede do Ministério Público estadual com o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, diversos secretários de Estado, representantes do Poder Judiciário e integrantes das polícias Militar e Civil, o governador avaliou os índices de

criminalidade e as ações de segurança implementadas pelas polícias para prevenir e combater a violência nas Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) de Salvador.

Segundo assinalou Wellington César, o trabalho está sendo desenvolvido de forma eficiente pelas polícias, que têm atuado de maneira abnegada. A presença do MP, Judiciário, Defensoria Pública e integrantes do Poder Executivo em reuniões de análise e indicação de rumos como esta, disse ele, só vem agregar e mostrar que esses organismos juntos têm o potencial necessário para modificar o cenário. "A chance de virar o jogo é grande", concluiu o PGJ, reconhecendo a relevância da atuação conjunta. Segundo a desembargadora Nágila Brito, essa também é a visão do Poder Judiciário, que está muito interessado no projeto de fortalecimento das ações na área de segurança pública. Fortalecer e expandir ações nessa área, afirmou o secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa, é o objetivo da SSP, que acredita que já é preciso levar o modelo do PPV para municípios do interior do estado.



Desenvolver um projeto de segurança humana a partir da produção de conhecimento científico e tecnológico é o objetivo da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social da Organização das Nações Unidas (ONU), que poderá ser instalada na Bahia. A sua criação será debatida por autoridades nacionais e internacionais nos próximos dias 28, 29 e 30, durante o "Fórum de Salvador", que será realizado na sede do MP, no Centro Administrativo da Bahia. Segundo o secretário estadual de Relações Internacionais, Fernando Schimidt, o projeto de criação e instalação será apresentado a ONU no próximo mês de agosto, em Nova York. Essa é uma iniciativa que, conforme ressaltou Wellington César, envolve uma questão de Estado e é relevante porque traz para a área da segurança pública a perspectiva de trabalhar a teoria em conjunto com a prática. O modelo, explicou ele, busca agregar experiências nacionais e internacionais para tornar a atuação mais eficiente. Ele é baseado em pesquisa, diferindo-se, assim, dos modelos teóricos que trabalham com dogmas. Uma ação relevante, que tem importante sentido simbólico do esforço que todos estão fazendo para incrementar a segurança pública, concluiu o chefe do MP.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

06/06/2012 17:28:44 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**“Pacto pela Vida” completa um ano
e comemora redução da violência em maio**



Na reunião que marcou o primeiro aniversário do 'Pacto pela Vida', lançado oficialmente em 06 de junho de 2011, o programa comemorou a redução da violência no estado no mês de maio, com destaque para os crimes violentos letais intencionais (CVLI), que caíram quase 20% no último mês em relação ao mesmo período do ano passado. A reunião, que aconteceu na sede do Ministério Público estadual no Centro Administrativo da Bahia, foi presidida pelo secretário de Comunicação do Estado Robinson Almeida, representando o governador Jaques Wagner e contou com a presença dos secretários de Segurança Pública, Maurício Barbosa, e de Relações Internacionais, Fernando Schmidt, bem como do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa

Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, que destacou a atuação do MP junto ao 'Pacto pela Vida'. "Temos abrigado grupos de trabalho importantes para o programa, a exemplo do que analisa a situação de presos perigosos que demandam um acompanhamento mais próximo por parte da Justiça e do que busca a regularização fundiária no estado", ressaltou.



O papel das Bases Comunitárias de Segurança mereceu destaque na exposição do secretário de Segurança Pública. Maurício Barbosa assinalou os locais atendidos pelas bases como os que apresentaram maior redução da criminalidade.

"No Nordeste de Amaralina, os homicídios foram reduzidos em 50% e no Calabar a queda beira os 100%", afirmou o secretário, acrescentando que os resultados de maio refletem a superação de um momento difícil vivido durante a greve da Polícia Militar.

Resultado do 'Fórum Salvador', que reuniu entre os dias 28 e 30 de maio representantes de 19 países no Ministério Público da Bahia, a recomendação de que a Bahia sedie a Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social da Organização das Nações Unidas (ONU) foi destacada pelo secretário de Relações Internacionais Fernando Schmidt. "A instituição deve subsidiar a ONU na formulação de políticas públicas de defesa social, integrando segurança pública e desenvolvimento social", pontuou Schmidt, destacando o ineditismo da iniciativa. "Caso a proposta seja aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, essa será a terceira universidade da ONU no mundo e a primeira com esse foco específico", reforçou

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

21/06/2012 18:51:26 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**“Pacto pela Vida” avalia combate a crimes
violentos e planeja novas ações**



Ações transversais entre os diferentes poderes com o fim de promover segurança pública em todo o Estado. Com essas palavras, o governador Jaques Wagner abriu as discussões da reunião do Comitê Executivo do programa 'Pacto pela Vida', hoje, dia 21, na sede do Ministério Público estadual no CAB, que avaliou os índices de criminalidade e as ações desenvolvidas para combater os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). “Reunir os diferentes poderes em torno do propósito comum de combater a violência produz uma transformação decisiva e sem precedentes”, destacou o



governador. O procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva também ressaltou, na reunião, o papel do engajamento institucional no âmbito das ações de segurança pública no estado como diferencial do programa. “A partir desses encontros, traçamos estratégias ainda mais refinadas. Para o Ministério Público é uma honra sediar as reuniões do programa e oferecer a nossa contribuição para esse momento tão importante pelo qual passa a segurança pública no nosso estado”, reforçou o PGJ.

Participaram do encontro secretários de Estado, representantes do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia (OAB-BA), além dos coordenadores das Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), que apresentaram as estratégias de combate ao crime adotadas em cada região, de acordo com suas especificidades. O encontro foi encerrado com uma exposição do secretário de Administração Penitenciária Nestor Duarte, que apresentou os principais avanços alcançados na área prisional na Bahia, destacando a ampliação do número de vagas no Estado, diminuindo a lotação nas cadeias e liberando os policiais civis para o trabalho investigativo. “Dessa forma, além de aumentarmos a eficiência do sistema, ainda contribuimos para a humanização e a ressocialização do preso, objetivos prioritários do Governo”, pontuou Nestor.

Câmaras Setoriais contam com participação da Prefeitura de Salvador



Na quarta-feira, dia 20, representantes da Prefeitura Municipal, que agora possuem assento permanente nas câmaras setoriais do programa, se reuniram com o secretário estadual de Comunicação Robinson Almeida para conhecer melhor o 'Pacto pela Vida'. “A proposta é aliar políticas públicas estaduais de segurança a serviços públicos municipais”, assegurou o secretário. Representando o prefeito João Henrique, o secretário

municipal de Serviços Públicos, Marcelo Abreu, destacou a importância da integração entre Estado e Município na manutenção da segurança pública. “Muitos dos serviços municipais serão bastante beneficiados com o apoio do Estado na segurança. Essa parceria será fundamental para nós”, afirmou Abreu, recebendo apoio do secretário estadual de Segurança Pública, Maurício Barbosa, que se comprometeu em “estreitar o relacionamento entre Estado e Município”.

Fotos: Humberto Filho / Ascom MP-BA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

47

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

22/08/2012 19:19:33 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA- 2335

Novas Bases Comunitárias devem reforçar atuação na área de segurança

Com instalação prevista para este ano de 2012, sete novas Bases Comunitárias de Segurança (BSC) reforçarão a atuação do Estado na área de segurança. O anúncio foi feito na tarde de hoje, dia 22, em reunião do programa "Pacto pela Vida" (PPV), realizada na sede do Ministério Público do Estado da Bahia. No encontro, o governador Jaques Wagner, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, o juiz assessor da Presidência do Tribunal de Justiça Ricardo Schmitt, a defensora pública-geral Maria Célia Padilha, secretários de Estado e diversos integrantes das polícias Militar e Civil debateram ações para incremento da segurança pública em Salvador e municípios do interior baiano.



A redução dos índices de violência já constatada nos bairros do Calabar, Santa Cruz, Chapada, Nordeste de Amaralina, Fazenda Coutos e Itinga deverá ser verificada em outros três bairros da capital (São Caetano, Bairro da Paz e Rio Sena) e nos municípios de Itabuna, Porto Seguro, Feira de Santana e Camaçari, que receberão as BSC. Outra importante tarefa, que foi foco da atenção do procurador-geral de Justiça Wellington César, é a de utilização da Guarda Municipal de

Salvador nas ações de fiscalização e segurança de escolas e postos de saúde do Município. Ao tomar conhecimento de que, apesar de existir real possibilidade de utilização da guarda nas atividades, isso não está ocorrendo, ele informou que o MP examinará os atos constitutivos do órgão e encaminhará ofício ao Município para que o prefeito tome conhecimento da situação. Também na reunião, o Grupo de Trabalho formado pelo PPV para estudar a viabilidade de recursos do Detran serem repassados para o Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais (Faespol) apresentou suas conclusões, apontando que, a exemplo do que já ocorre em outros estados, a implementação do repasse é



possível. Mais uma vez, o governador Jaques Wagner destacou a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos integrantes das polícias Militar e Civil e conclamou todos a continuarem engajados no projeto de qualificação da atuação na área de segurança.

**Reuniões da Câmara Setorial de Administração Prisional e
Ressocialização do Pacto Pela Vida**

AÇÃO: Com a participação do coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), juiz Moacyr Pitta Lima, e do promotor de Execuções Penais, Edmundo Reis Silva Filho. No encontro, foi aprovada a minuta da portaria que foi editada para regulamentar a revista de visitantes nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia. Elaborada pelo grupo de trabalho criado com este fim pela Câmara Setorial de Administração Prisional, do qual fizeram parte também a promotora de Justiça Márcia Teixeira e o chefe de gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária, Carlos Sodré, a minuta atende a recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que propõe a adoção de procedimentos relativos à revista de visitantes, servidores, prestadores de serviço, ou mesmo dos presos, quando necessário, de modo a preservar-lhes a dignidade pessoal. O texto foi submetido à Câmara Setorial citada e, posteriormente, à apreciação do Secretário de Assuntos Penitenciários, Nestor Duarte, que aprovou e publicou no diário oficial.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

49

CARGO	INSC	NOME	DOCUMENTO	N.FINAL	CLAS.
Cargo: 00069 - ENFERMEIRO	122484	POLLYANNA DOS SANTOS EVANGELISTA	00000940212790	58,51	99
Cargo: 00070 - FARMACÊUTICO	99573	GISELE DA SILVEIRA LEMOS	0000011992095	65,36	4
Cargo: 00072 - FONOAUDIÓLOGO	126462	ERMANIE DANTAS NOVAES	00000907517285	64,14	2
DIRES: 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA					
Cargo: 00086 - ASSISTENTE SOCIAL	87449	ANA PAULA OLIVEIRA MACARIO	0000040639422	58,52	8
Cargo: 00069 - ENFERMEIRO	105180	TAIS DAMASCENO LARANJEIRA CRUZ	0000064495237	59,75	91
Cargo: 00070 - FARMACÊUTICO	106526	NILIA MARIA DE BRITO LIMA PRADO	00000680722440	69,34	4
Cargo: 00071 - FISIOTERAPEUTA	133873	PAULA CRISTINA TANAJURA MEIRA LIMA	00000942890183	57,25	23
Cargo: 00073 - MÉDICO - PEDIATRA	103099	ADALBERTO AMORIM	00000500697862	42,29	5
Cargo: 00339 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	122193	DEISELANE SILVA NOVAIS	00000888125020	50,96	156
	134355	ANDRE ROCHA SOUZA	00000723640416	50,36	165
	129307	ELICIANA OLIVEIRA SILVA AZEVEDO	00000386135216	50,19	170
DIRES: 30 - GUANAMBI					
Cargo: 00085 - PSICÓLOGO	108330	LIDYANE DE CASTRO DOURADO OLIVEIRA	00001000530418	61,18	4
Cargo: 00339 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	82319	LEILA PATRICIA SANTOS DE SENA	00000690268724	45,90	164
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO Secretário da Administração			JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA Secretário da Saúde		

estabelecimentos penais;
 CONSIDERANDO o disposto nos Títulos VIII e IX do Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia;
 CONSIDERANDO o disposto no inciso X, art. 41 da Lei de Execução Penal;
 CONSIDERANDO a necessidade de dotar os estabelecimentos penais de meios e procedimentos adequados à manutenção da ordem e disciplina em seu interior.
RESOLVE:
 Disciplinar a revista dos visitantes nos estabelecimentos Penais do Estado da Bahia, para que atenda aos seguintes requisitos:
Artigo 1º. — A revista é a inspeção que se efetua, com fins de segurança, por meios eletrônicos e/ou manuais, em pessoas que, na qualidade de visitantes ou prestadores de serviço, ingressem nos estabelecimentos penais.
Parágrafo único. - A revista abrange os veículos que conduzem os revidados bem como os objetos por eles portados.
Artigo 2º. — A revista a visitantes, necessária à segurança dos estabelecimentos penais, será realizada com respeito à dignidade humana, sendo vedada qualquer forma de tratamento desumano ou degradante, salientando que pode ser considerado visitante todo aquele que ingressa no estabelecimento penal, exceto os servidores, quando em serviço e isolados no estabelecimento, a respeito dos quais serão editadas regras próprias.
§ 1º. — A revista será feita, preferencialmente, com o uso de equipamentos eletrônicos, como detectores de metais, raios-X e/ou congêneres, no sentido de preservar a integridade física, psicológica e moral da pessoa revista;
§ 2º. — O uso de cães detectores, adequadamente cuidados e sob a condução de pessoa habilitada que exerça posse responsável, poderá ser utilizado em complemento às revistas eletrônica e manual, quando necessário.
Artigo 3º. — Fica vedada, no âmbito dos estabelecimentos penais, qualquer forma de revista íntima em visitantes, considerando como tal, a inspeção corporal que obrigue a pessoa revista a despir-se parcial ou totalmente, observado o disposto no art. 3º, alínea I, da Lei nº 4.898/65 (Lei de Abuso de Autoridade).
Parágrafo único. — A retirada de calçados, casacos, jaquetas e similares, bem como assessórios, não caracteriza o desnudamento a que se refere o caput deste artigo.
Artigo 4º. — Admitir-se-á, excepcionalmente, realização de revista manual, considerada como tal a inspeção realizada mediante contato físico das mãos do agente sobre o corpo e a roupa da pessoa revista, observado o disposto no art. 3º, quando:
 I — o estado de saúde ou integridade física impeça o visitante a ser submetido a equipamentos de revista eletrônica;
 II — o visitante seja portador de qualquer tipo de prótese ou órtese metálica detectada pelos equipamentos eletrônicos;
 III — houver fundada suspeita de que o visitante porte ou tenha a posse de objetos, produtos ou substâncias cuja a entrada seja proibida.
§ 1º. — A fundada suspeita de que trata o inciso III, deverá ter caráter objetivo, diante do fato identificado e de reconhecida procedência, e ser registrada pela Administração em livro próprio e assinado pela pessoa revista.
§ 2º. — A revista manual será realizada por servidor habilitado e sempre do mesmo sexo da pessoa revista, garantindo-se o respeito à dignidade humana, observado o disposto no art. 3º.
Artigo 5º. — A revista em criança, adolescente ou incapaz somente será realizada na presença de seu representante legal.
Artigo 6º. — Após a revista manual, se ainda persistir a suspeita revelada pelo uso do equipamento eletrônico ou uso do cão detector, a visita somente será realizada non paratório ou local semelhante, desde que não haja contato físico entre visitante e visitado, e, neste caso, lavar-se-á a ocorrência em documento próprio, com assinatura do responsável e do visitante, entregando-se a respectiva cópia ao interessado.
Artigo 7º. — A critério da Administração Penitenciária, a revista manual será feita sempre que possível, no preso visitado, logo após a visita, e não no visitante.
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Artigo 8º. — Os estabelecimentos penais terão o prazo máximo de 03 (três) meses para adequar-se à presente portaria, sob pena de responsabilidade.
Artigo 9º. — Os estabelecimentos penais a serem construídos, contemplarão espaço próprio e adequado para realização das visitas em local externo ao pátio das celas.
Parágrafo único. — Os estabelecimentos penais já existentes e não contemplados com área própria e adequada para visita, serão adaptados, sempre que possível, mediante a construção das referidas áreas.
Artigo 10º. — Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NESTOR DUARTE NETO
 Secretário

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

Portaria nº 397 de 26 de julho de 2012

Disciplina a adoção de procedimentos na revista dos visitantes nos estabelecimentos penais e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 01/1995 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP que tem o escopo de viabilizar o processo de permanente aplicação das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, em todos os Estados e no Distrito Federal, em cumprimento à orientação dada pela Resolução nº 2.850, de 20 de dezembro de 1971, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU);
 CONSIDERANDO o disposto no inciso III, art. 1º da nossa Constituição Federal e o disposto no art. XXII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que têm como princípio basilar o respeito à dignidade da pessoa humana;
 CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 09/2006 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, que recomenda adoção de procedimentos quanto à revista nos visitantes, servidores ou prestadores de serviços e/ou nos presos;
 CONSIDERANDO as recomendações encaminhadas pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social - CEOSP, do Ministério Público do Estado da Bahia;
 CONSIDERANDO o disposto no ofício da lavra do Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, por intermédio do Grupo Nacional de Direitos Humanos, que recomenda a instauração de procedimentos administrativos para apurar possíveis violações dos direitos humanos no momento da revista de visitantes nos

SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIAS DO SENHOR SECRETÁRIO:

Portaria nº. 139 /12 de 26 de julho de 2012.
 O SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o art. 1º Inciso II, alínea 1, da Lei complementar nº 64/90 e, o que consta no processo nº 0710120033457. **RESOLVE:**
 Conceder licença pelo prazo de 03(três) meses, a partir de 07.07.2012, ao servidor JOÃO CARLOS ROCHA DIAMANTINO, mat. 10.261.726-0, do quadro de Pessoal desta SEAGRI, para concorrer ao pleito eleitoral.
 Portaria nº. 140 /12 de 28 de julho de 2012.
 O SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP**

2012

50

AÇÃO: O CEOSP encaminhou sugestão de texto para análise e posterior deliberação do Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia, de minuta de portaria para disciplinar o porte e a utilização de aparelhos de comunicação nos estabelecimentos penais.

MINUTA DE PORTARIA Nº XXX/2012

Disciplina o porte e a utilização de aparelhos de comunicação nos estabelecimentos penais e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 22 de 28 de fevereiro de 2007 do Departamento Penitenciário Nacional, que proíbe a entrada, permanência ou uso de aparelho de telefonia celular nas Penitenciárias Federais;

CONSIDERANDO o quanto capitulado no art. 319-A do Código Penal Brasileiro que criminaliza a conduta do Diretor de Penitenciária e/ou agente público que deixar de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo;

CONSIDERANDO o regramento do art. 349-A do Código Penal Brasileiro, que capitula como crime o ingresso, a promoção, a intermediação, o auxílio ou a facilitação de entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional;

CONSIDERANDO a grande quantidade de crimes planejados com a utilização de aparelhos celulares dentro dos estabelecimentos penais;

CONSIDERANDO que o porte e/ou a utilização desses aparelhos de telefonia móvel celular no interior dos estabelecimentos penais constituem elevado risco à disciplina e à segurança dos mesmos;

CONSIDERANDO a necessidade de dotar os estabelecimentos penais de meios e procedimentos adequados à manutenção da ordem e disciplina em seu interior.

RESOLVE:

Disciplinar a utilização de aparelhos de comunicação nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia, para que atenda aos seguintes requisitos:

Art. 1º. Fica proibida a entrada, a permanência ou uso de aparelho de telefonia móvel celular, bem como seus acessórios, e de qualquer outro equipamento ou dispositivo eletrônico de comunicação, capaz de transmitir ou receber sinais eletromagnéticos, no interior de todos os estabelecimentos penais do Estado da Bahia

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

51

Parágrafo único – Excetuam-se da proibição os equipamentos de radiocomunicação disponibilizados pela SEAP, utilizados dentro dos estabelecimentos penais.

Art. 2º. A administração do estabelecimento penal deve disponibilizar um local especialmente destinado à guarda dos aparelhos de telefonia móvel celular para todos aqueles que ingressem no mesmo, devendo lá permanecerem recolhidos, enquanto perdurar a permanência de seus portadores no interior dos estabelecimentos penais, sem prejuízo da revista eletrônica ou manual realizada antes do ingresso em área restrita.

Parágrafo único – Os objetos recolhidos serão restituídos aos seu portadores, por ocasião da saída dos mesmos das dependências dos estabelecimentos penais.

Art. 3º. Cabe ao Diretor dos estabelecimentos penais, a fiscalização do cumprimento das disposições contidas nesta Portaria, sujeitando os seus autores, às sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 4º. Os estabelecimentos penais terão o prazo máximo de 01 (um) mês para adequar-se à presente portaria, sob pena de responsabilidade.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, xx.xx.2012

Secretário de Administração Penitenciária e
Ressocialização do Estado da Bahia

DEMANDA: Formação e Gestão do Conhecimento.

Ação: Realização de estudos, pesquisas e eventos relacionados à área de segurança pública e defesa social;

Ação: Articulação e apoio para realização em Salvador, nas dependências do Ministério Público do Estado da Bahia do 'Fórum Universitário Mundial para Criação da Universidade de Segurança e Desenvolvimento Social' da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede na Bahia;

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

28/03/2012 19:59:33 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

**MP apoia realização de
fórum da ONU na Bahia**

O Ministério Público da Bahia, por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), vem desenvolvendo ações de apoio para realização em Salvador do 'Fórum Universitário Mundial para Criação da Universidade de Segurança e Desenvolvimento Social' da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva reuniu-se ontem, dia 27, em seu gabinete, com os representantes da ONU responsáveis pela organização do evento, professores Emilio Viano e Edmundo Oliveira. Acompanhados



Foto: Humberto Filho/Ascom-MPBA

do coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Geder Gomes, os dois conversaram com o chefe do MP e conheceram as instalações da instituição.

O principal objetivo do Fórum Universitário Mundial é a implantação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social, com sede central estabelecida no Brasil, que funcionará como um foro da comunidade internacional para disseminação do conhecimento científico e tecnológico em benefício da segurança humana. A proposta de criação da universidade no país foi aprovada em 2011 durante o Fórum de Bellagio, na Itália, e estudos estão sendo feitos para que ela possa ser sediada na Bahia. Durante o próximo fórum, serão planejados a estrutura e o modelo acadêmico da universidade; definidas linhas de estudos e pesquisas; e proposto o planejamento de políticas públicas de resolução de conflitos, prevenção do crime, controle da violência e defesa dos direitos humanos. O evento deverá contar com a participação de personalidades internacionais como o ex-secretário da ONU e prêmio nobel da paz Kofi Annan, o diretor executivo da ONU para prevenção do terrorismo Mike Smith e ministros de Cortes Supremas.

A ideia é que o Fórum Universitário Mundial ocorra na Bahia de 28 a 30 de maio desse ano. "A ONU não possui uma sede de grande porte no Brasil e essa seria a oportunidade para que o

estado brasileiro se inserisse em um contexto internacional mais privilegiado”, observa o promotor de Justiça Geder Gomes sobre a realização do fórum e posterior criação da universidade.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

09/05/2012 21:16:20 Redatora: Aline D'Eça (MTB-Ba 2594)

Itamaraty apoiará realização de fórum da ONU na Bahia

Para dar continuidade às tratativas sobre a realização na Bahia do 'Fórum Universitário para Criação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social' da Organização das Nações Unidas (ONU), evento que será sediado pelo Ministério Público baiano, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, e o secretário

de Relações Internacionais, Fernando Schimdt, reuniram-se nessa quarta-feira, dia 9, em Brasília, com o ministro das Relações Exteriores, embaixador Antônio de Aguiar Patriota. O chanceler acolheu o pedido de apoio feito pela comitiva baiana e afirmou que enviará representante do Itamaraty para participar do fórum, devido a sua importância para o estado brasileiro.



O 'Fórum Universitário para Criação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social' deverá trazer a Salvador diversas personalidades internacionais da área de defesa social, dentre elas o prêmio Nobel da Paz Kofi



Annan, além de outras autoridades e ministros de Cortes Supremas. Os representantes da ONU responsáveis pela organização do evento são os professores Emílio Viano e Edmundo Oliveira.

O principal objetivo do fórum é a implantação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social, com sede estabelecida no Brasil, que funcionará como um foro da comunidade internacional para disseminação do conhecimento científico e tecnológico em benefício da segurança humana. A proposta de criação da universidade no país foi aprovada em 2011 durante o Fórum de Bellagio, na Itália, e estudos estão

sendo feitos para que ela possa ser sediada na Bahia. Durante o evento, serão planejados a estrutura e

o modelo acadêmico da universidade; definidas linhas de estudos e pesquisas; e proposto o planejamento de políticas públicas de resolução de conflitos, prevenção do crime, controle da violência e defesa dos direitos humanos. Fotos: Gustavo Ferreira/ MRE

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

22/05/2012 18:01:21 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

**Criação de Universidade Mundial de
Segurança será discutida em fórum no MP**

A criação e instalação, na Bahia, da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social da Organização das Nações Unidas (ONU) serão discutidas por autoridades nacionais e internacionais nos próximos dias 28, 29 e 30, durante o "Fórum de Salvador", que será realizado na sede do Ministério Público do Estado, no Centro Administrativo da Bahia. Personalidades com atuação na área de defesa social de 14 países participarão do evento, que é promovido pelo Ministério Público, por meio do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), e pelo Governo da Bahia, através da Secretaria para Assuntos Internacionais (Serinter). O evento terá início no dia 28, às 9h30, no auditório do MP, em solenidade para 300 convidados, e as demais atividades serão reservadas às autoridades integrantes do fórum.

A proposta de criação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social no Brasil foi aprovada em 2011 durante o "Fórum de Bellagio", na Itália, e estudos estão sendo feitos para que ela possa ser sediada na Bahia. A universidade funcionará como um foro da comunidade internacional para disseminação do conhecimento científico e tecnológico em benefício da segurança humana. Durante o "Fórum de Salvador", serão planejados a estrutura e o modelo acadêmico da universidade; definidas linhas de estudos e pesquisas; e proposto o planejamento de políticas públicas de resolução de conflitos, prevenção do crime, controle da violência e defesa dos direitos humanos.

Participarão do evento o subsecretário-geral da ONU para Coordenação de Políticas e Agências de Negócios, Thomas Stelzer; o representante da União Europeia, juiz da Suprema Corte de Justiça da França, Jean Paul Laborde; o professor da Universidade Americana de Washington e diretor do "Fórum de Bellagio", Emilio Viano; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Brito; a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon; o representante do Brasil na Fundação Internacional Penal e Penitenciária da ONU, professor Edmundo Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva; o secretário de Assuntos Internacionais, Fernando Schimdt; dentre outros.



Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia:**
Segurança Pública

28/05/2012 Redatora: Maiama
18:37:10 Cardoso MTb/BA - 2335

**Autoridades nacionais e internacionais
discutem
criação da Universidade Mundial de
Segurança na Bahia**

Povos de diferentes países, de realidades sócio-culturais bastante diversas e que vivem sob marcante disparidade econômica. Países desenvolvidos,

subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento. Entre eles, algo em comum: a necessidade de aperfeiçoamento do sistema de segurança pública. Um problema que ultrapassou fronteiras e que começa a ser discutido muito além delas. Na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, em Salvador, acontece de hoje (28) até a próxima quarta-feira (30) um encontro de nações. Diversas autoridades e experts de 14 países estão reunidos no 'Fórum de Salvador' para, juntos, discutirem a criação e instalação da 'Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social', na Bahia. Para o procurador-geral de Justiça baiano, Wellington César Lima e Silva, um momento ímpar, de articulação extremamente importante entre os diversos níveis de governo e Estados no sentido de que, aqui, possa-se produzir um modelo de segurança pública compatível com o desenvolvimento social. Vice-presidente do Fórum, ele destacou a satisfação do MP em colaborar com a iniciativa, que já se mostra exitosa.



Também na abertura do evento, o secretário de Relações Internacionais do Estado da Bahia, Fernando Schmidt, informou que a ideia de estabelecer uma universidade mundial para o desenvolvimento de pesquisas e estudos na área de segurança e desenvolvimento social, que fosse capaz de obter o apoio e a validação das Nações Unidas, surgiu durante o 12º Congresso sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado em Salvador, no ano de 2010. O nosso propósito, registrou o secretário que preside o Fórum, "é o de que a universidade funcione como órgão de

estudos e pesquisas úteis à apresentação de fórmulas capazes de subsidiar decisões governamentais na prevenção e controle das várias formas de crimes, conflitos e violência". Isso, explicou ele, no sentido de impulsionar o crescimento com justiça social e estimular a geração de oportunidades para a população, de modo a dar sustentação às metas de desenvolvimento do milênio estabelecidas pela ONU, que deverão ser alcançadas até 2015. São tantas as crises e tantos os problemas atuais que, às vezes, parece que não conseguiremos resolvê-los, sinalizou o professor da Universidade de Washington, Emilio Viano, ressaltando que este é um momento importante da vida mundial, em que diversas nações estão unidas para pensar a criação da universidade, que pode responder aos desafios, dificuldades e conflitos que hoje existem. "Ela terá soluções práticas para problemas difíceis que podem desestabilizar a paz mundial" concluiu ele.

Coordenador-geral do Fórum, o representante no Brasil da Fundação Internacional Penal e Penitenciária da ONU, Edmundo Oliveira, ressaltou que a área da segurança é extremamente sensível à convivência humana e indispensável ao progresso de qualquer nação. "Estamos todos aqui para inaugurar um novo



ciclo em prol da qualidade sustentável de vida, em harmonia com a dimensão dos direitos humanos", registrou Edmundo, sinalizando que isso ocorre exatamente no momento em que o crime se transforma, pois passa a acontecer no ambiente cibernético. Para ele, as Nações Unidas e a Bahia estão fazendo destino "porque firmam uma aliança para cultivar a união dos povos". Poder perceber que o mundo começou a se preocupar com o crime organizado e ver que algo que era combatido por cada país passou a ser problema pensado por organismos internacionais é muito importante, salientou a corregedora-geral do Conselho Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. Diretora científica do Fórum, ela frisou que, como brasileira e baiana, sente-se orgulhosa com a possibilidade concreta de instalação da

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

56

universidade neste estado. A partir da universidade, a visão global de combate será estudada com visão multidisciplinar, explicou a ministra, assinalando que “é preciso haver um planejamento estratégico internacional para combate a esta mazela”.

Representando o governador Jaques Wagner, o vice-governador da Bahia Otto Alencar destacou que o ‘Fórum de Salvador’ é um passo importante para a segurança pública, desenvolvido com o apoio fundamental do Ministério Público. Ele pontuou que a condição de pacificação e harmonização devida requer um esforço coletivo, mundial. Este passo agora está sendo dado e trará a todos bons resultados, concluiu o vice-governador, que recebeu do coordenador do Departamento Internacional do Instituto de Segurança Pública de Lake, em Orlando (EUA), Charles Saba, uma carta que estabelece total apoio do prefeito à implementação da universidade mundial. O juiz da Suprema Corte de Justiça da França, que representa a União Europeia no evento, Jean Paul Laborde, destacou que o combate à criminalidade é fundamental para o futuro da humanidade. Esse trabalho precisa, de fato, ser desenvolvido pela comunidade internacional, disse ele, registrando que o combate requer profissionalismo dos órgãos do sistema de justiça e segurança. “O nosso trabalho não estará completo se não conseguirmos promover o combate à ameaça, que é o crime, e estabelecer o estado de direito”, sinalizou Laborde, dizendo que “a proposta de criação da universidade é magnífica e cabe exatamente nesse contexto”.

A ideia de criação da universidade foi ventilada na Bahia e reforçada, em 2011, no ‘Fórum de Bellagio’ (Itália), lembrou o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, ressaltando que a aspiração se robustece mais ainda com a realização deste evento acolhido pelo



MP e o Estado da Bahia. Para o subsecretário-geral da ONU para Coordenação de Políticas e das Agências de Negócios da ONU, Thomas Stelzer, o estabelecimento da universidade reflete um elo para garantir oportunidade para todos e proporcionar proteção e segurança para a sociedade. É preciso criar oportunidades para todos participarem integralmente da sociedade produtiva, disse ele, frisando que os tomadores de decisão precisam criar políticas e programas para gerar uma sociedade onde todos tenham direitos, responsabilidades e possibilidade de inclusão. Três eixos básicos precisam ser trabalhados, disse o subsecretário,

elencando a erradicação da miséria, o acesso ao emprego e a integração social como fundamentais. Ele afirmou estar “ansioso pelas discussões do Fórum e pela cooperação frutífera entre a universidade e a ONU nos anos que virão”. Representando o Ministério das Relações Exteriores, o coordenador-geral de Combate Ilícitos e Transnacionais, ministro Everton Lucero, afirmou que o órgão empreenderá todos os esforços para apresentar o pleito de implantação da universidade no Brasil à corte internacional. “É muito importante ter o engajamento e apoio de instituições como o Ministério Público, Poder Judiciário e forças policiais para um projeto como este”, resumiu ele.

Os trabalhos foram iniciados no turno vespertino com a apresentação dos integrantes do Fórum e com a explanação da metodologia de trabalho feita por Geder Gomes.

Após o encerramento da solenidade de abertura, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva recebeu as autoridades no seu gabinete .

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP**

2012

57



Thomas Stelzer



Jean Paul Laborde



Emilio Viano



Otto Alencar e Fernando Schmidt



Geder Gomes



Everton Lucero



Mesa



Elias Carranza e PGJ



Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

30/05/2012 20:46:44 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

**"Declaração de Salvador" defende instalação
de universidade das Nações Unidas na Bahia**

A implantação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, com sede na Bahia, foi defendida em dois documentos conclusivos do 'Fórum de Salvador', encontro que reuniu nos últimos três dias, na

sede do Ministério Público do Estado da Bahia, especialistas de 19 países membros das Nações Unidas. A 'Declaração de Salvador' e o 'Projeto da Carta da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social das Nações Unidas' foram entregues no final da tarde de hoje, dia 30, pelos participantes do fórum ao governador da Bahia, Jaques Wagner, que os encaminhará à presidente da República, Dilma Rousseff, e ao secretário-geral da ONU. No projeto da carta, que será posteriormente submetido à apreciação da Assembleia Geral das Nações Unidas, os integrantes do fórum justificam que a criação da universidade "abre um novo caminho ao empenho das Nações Unidas para dar

substância às ideias e esforços direcionados ao



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

59

exercício da cidadania com pleno respeito aos direitos humanos e particular referência à problemática econômica para superação dos obstáculos do crime, da violência e de outras formas de expressão de riscos cotidianos que alimentam sentimentos de medo e vulnerabilidade”.

O supervisor internacional do Fórum e professor da Universidade Americana de Washington, Emilio Viano, agradeceu em nome dos participantes o apoio dado pelo Governo da Bahia e pelo Ministério Público à criação da universidade e afirmou que apoiarão a candidatura do Estado para sediá-la. “Estamos orgulhosos de fazer parte de um projeto tão inovador e de ter tido a oportunidade de fazer parte da sua história, para estar entre os criadores intelectuais dessa universidade. Creio que seremos algum dia lembrados



como as mentes, os corações e os inovadores que tiveram a visão e a

compreensão para enfrentar, de forma criativa, um dos problemas mundiais mais graves”, afirmou. O procurador-geral de Justiça Wellington César destacou a foram afirmou que confia todo esforço berço do Brasil, desenvolvimento



afinidade e o entusiasmo com que os trabalhos desenvolvidos durante os três dias do fórum, e na concretização da proposta. Pontuando que possível vem sendo feito para construir, na Bahia, um centro de excelência em segurança e social, o chefe do MP observou que “uma iniciativa como essa indica com clareza a preocupação que não só o governo, como todo aparelho de estado deve ter com assuntos dessa natureza. E essa preocupação não deve simplesmente dormir na retórica, mas deve, antes de tudo, ser exercitada diuturnamente com o compromisso de construir um sonho, que certamente frutificará”. Ele concluiu lembrando que “sem o desenvolvimento social não existe segurança, muito menos segurança cidadã”.

Participando da conclusão dos trabalhos, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon, falou da importância da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social ser instalada no Brasil, uma vez que o país pode servir como um excelente laboratório, tendo em vista a enorme diversidade da população, a grande concentração de renda e os índices significativos de pobreza. “Todo longo percurso começa com um primeiro passo, e saímos daqui com a certeza de que demos esse primeiro e tão significativo passo no caminho que leva ao nosso objetivo”. Com os documentos em mãos, o governador Jaques Wagner assegurou que trabalhará junto com a presidente Dilma Rousseff para tornar realidade a instalação da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social em Salvador e agradeceu o empenho de todos no projeto.

Assinam a carta e a declaração: Adriana Georgescu (Romênia), Arvind Gupta (Índia), Augusto Balloni (Itália), Bo Mathiasen (Viena, Áustria), Carlos Eduardo Japiassú (Brasil), Charles Saba (Estados Unidos), Dan Kuwali (Malawi, África), Douglas Duran (Costa Rica), Edmundo Oliveira (Brasil), Eduardo Cesar Leite (Uruguai, Mercosul), Elaine Crawley (Inglaterra), Eliana Calmon (Brasil), Elias Carranza (Costa Rica) Emilio Viano (Estados Unidos), Eugenio Raúl Zaffaroni (Argentina), Everton Frask Lucero (Brasil), Fernando Roth Schmidt (Brasil), Francisco Costa Matias de Carvalho (Brasil), Geder Luiz Rocha Gomes (Brasil), Imtiaz Gul (Paquistão), Jean Paul Laborde (França), Maurício Teles Barbosa (Brasil), Natalya Hutorskaya (Rússia), Patrícia Faraldo Cabana (Espanha), Rima Fawaz Merhi (Líbano), Wellington Cesar Lima e Silva (Brasil) e Yves Roucaute (França).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

60



Fotos: Humberto Filho/Ascom-MPBA

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

14/08/2012 17:34:52 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Missão baiana apresenta em Nova Iorque proposta de Universidade de Segurança na Bahia

Dar visibilidade internacional ao projeto de implantação da Universidade Mundial de Segurança e apresentar o Programa Pacto pela Vida. Com esse objetivo, uma comitiva formada pelo diretor executivo do Fórum Salvador, promotor de Justiça Geder Gomes, representando o procurador-geral de Justiça do Ministério Público estadual Wellington César Lima e Silva; pelos secretários de Segurança Pública, Maurício Barbosa, e de Relações

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

61

Internacionais, Fernando Schmidt; e pelo procurador jurídico da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), Graciliano Bonfim, participou do 'Simpósio em Desenvolvimento Econômico, Violência Armada e Segurança Pública' realizado entre os dias 5 e 10 de agosto, pela International Police Executive Symposium (Ipes), com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque.



Com o tema 'Uma Proposta de Universidade Mundial em Segurança Pública e Desenvolvimento Social', a comitiva participou do painel 'Segurança Sustentável em Nações Desenvolvidas e em Desenvolvimento', expondo proposta da Universidade Mundial, defendendo a sua importância e as credenciais da Bahia para sediá-la. A academia foi defendida como uma ferramenta de desenvolvimento social inclusivo, ressaltando-se a sua atuação intersectorial, transversal a todos os órgãos do governo, nos moldes de uma política de Estado, como a que já vem sendo desenvolvida através do Pacto Pela Vida. Essa publicidade internacional é considerada decisiva para o êxito do projeto, destacou Geder Gomes. "As

ações expostas aqui, a exemplo do Pacto pela Vida e do Agenda Bahia, permitiram a maximização da aproximação entre os diversos poderes e instituições, criando no estado um ambiente ideal para implantar esse projeto", ressaltou o promotor, acrescentando que "a sintonia fina proporcionada entre todos os envolvidos ganhou as feições de uma verdadeira política de Estado".



Ainda como parte da agenda em Nova Iorque, a missão participou de três reuniões em defesa do projeto da Universidade. No primeiro encontro, Andrei Abramov, chefe do setor de Organizações Não Governamentais (ONGs) do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, declarou apoio à iniciativa da Bahia e sugeriu a constituição de um grupo de trabalho intergovernamental, no âmbito das Nações Unidas, formado por especialistas, para definir o formato da universidade. Abramov levantou a possibilidade de que a Bahia sedie, em 2013, uma reunião preparatória com a participação de ONGs do mundo inteiro para amadurecer a ideia, informou Geder Gomes. Uma segunda reunião foi realizada com Piero Bonadeo e Wanda Henning. Ele, diretor em exercício, e ela, assessora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em Nova Iorque, que também expressaram apoio à ideia da universidade, sugerindo a implantação via memorando de entendimento, procedimento já utilizado pela Academia Internacional Anticorrupção (Iaca), que funciona na Áustria com a chancela da ONU. O último encontro foi com a embaixadora Regina Dunlop, da Missão Brasileira nas Nações Unidas, que, além de expressar seu apoio integral à universidade, ficou responsável por conduzir a troca de informações no sentido de orientar e identificar as melhores estratégias para encaminhar o assunto aos representantes da ONU. De acordo com o promotor Geder Gomes, a partir de agora, a meta é difundir a ideia junto ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) e outros blocos regionais, mas, sobretudo levar a questão à próxima Assembleia-Geral das Nações Unidas, que será realizada em setembro deste ano em Nova Iorque.

Ação: Realização em parceria com o CNPCP de Seminário Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

20/03/2012 17:42:05 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

CNPCP reúne MP, defensoria e judiciário em seminário nacional de política criminal e penitenciária

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

62

Presidido pelo promotor de Justiça baiano Geder Gomes, representante também do Ministério Público estadual no encontro, foi realizado nesta terça-feira, dia 20, no Hotel Matiz, no Bairro do Costa Azul, o '2º Seminário Nacional de Política Criminal e Penitenciária - Região Nordeste'. O evento, o sexto regional realizado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e o segundo no nordeste, deu enfoque à atuação da Defensoria Pública na política penitenciária da



região, objetivando mapear os principais problemas do sistema, trocar experiências em boas práticas e sugerir novas diretrizes para as políticas nacionais traçadas pelo CNPCP, que é o órgão do Ministério da Justiça responsável por elaborá-las. O evento apresentou um diagnóstico da situação carcerária na Bahia, através da exposição de três defensoras. Fabíola Pacheco falou modelo de atuação da defensoria no sistema prisional; Bethânia Ferreira fez uma explanação sobre a necessidade de proteção especial para a mulher encarcerada; e Cynara Peixoto expôs o projeto de assistência integral ao preso usuário de substâncias psicoativas, atendendo à resolução 01/2012 do CNPCP. "Essas ações apresentadas são resultado de um esforço conjunto que congrega os órgãos de execução penal, a exemplo do Ministério Público, Magistratura, Defensoria Pública, conselhos penitenciários e conselhos de comunidade", ressaltou Geder Gomes, que além de presidir o CNPCP é coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP-BA (Ceosp).

Composta por representantes de todos os órgãos e instituições que integram o sistema de execução penal, a mesa do evento contou com a vice-presidente do CNPCP Valdirene Daufemback; o presidente do Conselho Penitenciário do Piauí, Raunário Mourão; a titular da Vara de Execuções Penais, juíza Andremara dos Santos; o presidente do conselho da comunidade da Capital, Pastor Barbosa, além da defensora pública geral Célia Padilha.



A chefe da defensoria destacou a forma com a qual o CNPCP tem reforçado o papel da Defensoria na política criminal e na execução penal, chamando atenção para a importância da parceria estabelecida através de números. "Hoje, 80% dos presos do sistema penitenciário na Bahia são representados por defensores públicos. O índice se repete quando se trata de processos que tramitam nas varas de execução penal", pontuou, sendo congratulada pela titular da Vara, Andremara dos Santos. "O momento vivido pela Defensoria, pelo CNPCP e por todo o sistema carcerário deve ser celebrado, no que toca à integração de ações. Há uma visão institucional continuada no sistema que se reflete na sincronicidade entre as ações dos diversos órgãos que o compõem" asseverou a magistrada, destacando a implantação, por parte do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) do 'Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário'.



A criação do grupo de execução penal pela defensoria pública em 2011 foi o destaque da apresentação da defensora Fabíola Pacheco. O núcleo conta com seis defensores que trabalham exclusivamente na área, o que, conforme Fabíola Pacheco, expandiu o trabalho extrajudicial da instituição. "Mais do que representar o detento, o trabalho do grupo visa a um atendimento integral, que passa pela assistência ao preso e à sua família em áreas que não dizem respeito propriamente ao crime", reforça. Nesse sentido, foi elaborada a '1ª Cartilha de Execução Penal', contemplando, de forma simples e didática, os direitos e deveres do preso, com a finalidade de garantir ao detento o conhecimento dos seus direitos constitucionais.



"O que estamos realizando agora é mais do que um simples conjunto de ações. Trata-se de uma forma diferente de atuar por parte da Defensoria, que reconhece, de forma cada vez mais integral, a cidadania do preso", concluiu. Na mesma linha, a defensora pública Bethânia Ferreira falou do projeto de proteção integral às mulheres encarceradas, que contempla assistência para a mulher presa em áreas que vão da regularização da situação fundiária à garantia do cadastro das detentas em programas sociais como o 'Minha casa minha vida'. "A política prisional voltada para a mulher tem que levar em conta o gênero. A punição para a detenta parece ser mais severa, inclusive por parte da sociedade, que espera um comportamento dócil e submisso da mulher. Ao cometer um crime, a presa é punida por ele e por ter quebrado essa expectativa", ressalta a defensora, lembrando que 95% das mulheres presas foram vítimas de violência por parte do companheiro, do pai ou da polícia e 30% delas sofreram os três tipos de agressão. Com foco na ressocialização das egressas do sistema, a Defensoria firmará convênios com instituições de ensino e profissionalizantes, outorgando, como forma de estímulo, um selo de responsabilidade para as empresas parceiras no processo de ressocialização.



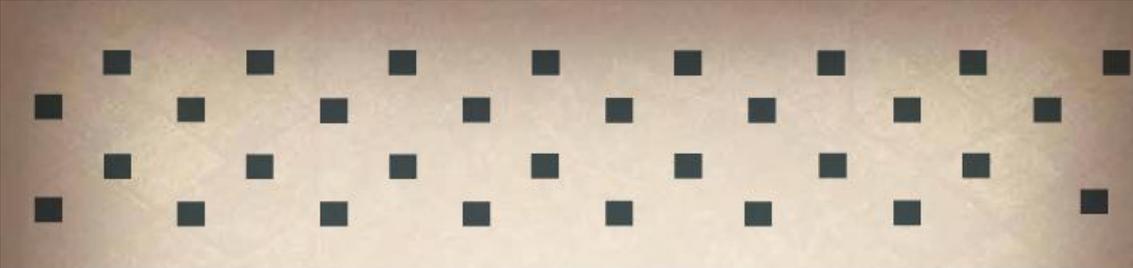
Reconstruir a central médica do complexo penitenciário da Mata Escura e implementar um anexo multidisciplinar para o tratamento de dependentes químicos no próprio sistema carcerário. Esse é um dos objetivos centrais do projeto de 'assistência integral ao preso usuário de substâncias psicoativas', apresentado pela defensora pública Cynara Peixoto. "A ideia nasceu da constatação, através de declarações dos próprios detentos, de que a maioria deles é composta por usuários", explica a defensora. O mesmo levantamento revelou que as drogas exercem um "papel preponderante em crimes como furtos, cometidos muitas vezes com o único objetivo de conseguir dinheiro para sustentar o vício", afirma Cynara Peixoto, ressaltando que o foco do programa, que atende à Resolução 01/2012 do CNPCP, é "atacar a questão de fundo". Outra vantagem de trabalhar dentro do sistema prisional é facultar o atendimento ao

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP**

2012

64

AÇÃO: Realização do IV Ciclo de debates sobre Segurança Pública e Defesa Social em 27/04/2012, com a temática: drogas e segurança pública.



IV CICLO DE DEBATES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PÚBLICO-ALVO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JUIZES DE DIREITO, DEFENSORES PÚBLICOS, DELEGADOS DE POLÍCIA, OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR, ADVOGADOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, SERVIDORES QUE ATUAM NA ÁREA CRIMINAL, ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA INSTITUIÇÃO E DEMAIS INTERESSADOS NO TEMA.

27
de abril de
2012

Auditório do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF
Rua Pedro Américo, 13, Jardim Baiano.

14h – Credenciamento

14h30 – Abertura
Wellington César Lima e Silva
Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia

Geder Luiz Rocha Gomes
Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
de Segurança Pública e Defesa Social - CEOSP

15h – Paineis: Drogas e Segurança Pública
Robson Robin da Silva
Coordenador Geral de Políticas de Redução da Oferta
da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas -
Ministério da Justiça

Sérgio Salomão Shecaira
Livre Docente em Direito Penal, Professor Titular da USP,
Membro do Conselho de Direção da Associação
internacional de Direito Penal - AIDP - e do Comitê de
redação do Cahiers de Defense Sociale (Société
Internationale de défense sociale)

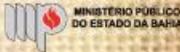
18h – Encerramento

Inscrições e mais informações:
www.mp.ba.gov.br
71 3321.9848
71 3322.4731/1871 ramais 236/230

Realização:



CEAF CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

66

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

23/04/2012 15:07:39 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Relação entre drogas e segurança pública será debatida no Ministério Público

O Ministério Público do Estado da Bahia promoverá na próxima sexta-feira, dia 27, das 14h às 18h, o "IV Ciclo de Debates sobre Segurança Pública e Defesa Social", que abordará a temática "Drogas e Segurança Pública", em painel apresentado pelo coordenador-geral de Políticas de Redução da Oferta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Robson Robin da Silva, e pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) e livre docente em Direito Penal, Sérgio Salomão Shecaira. O evento, promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), será realizado no auditório do Ceaf, localizado na Rua Pedro Américo, nº 13, Jardim Baiano, no bairro de Nazaré, e reunirá membros do MP, juízes, defensores públicos, delegados, oficiais da Polícia Militar, advogados, professores universitários, servidores que atuam na área criminal e estagiários de Direito. O objetivo do ciclo de debates é incentivar uma articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública e promover o intercâmbio de conhecimentos e atualização jurídica sobre o tema.

2012

67

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

27/04/2012 20:46:11 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**“Drogas e Segurança Pública” foi tema de debate
entre especialistas no MP**

Um período de esforço intenso e concentrado, com uma ação sistemática e integrada entre o Ministério Público e os demais órgãos da área de segurança pública. Assim, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva descreveu o momento pelo qual passa o Estado da Bahia, durante a abertura do “IV Ciclo de Debates Sobre Segurança Pública e Defesa Social – Drogas e Segurança Pública”, realizado hoje, dia 27, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), no Jardim Baiano, em Salvador. O chefe do MP baiano destacou a criação do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp) e do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP (Ceosp), iniciativa pioneira no Brasil entre os Ministérios Públicos estaduais. “Com método e planejamento, esses núcleos, marcados pela intersectorialidade, vêm produzindo diagnósticos que



demonstram, dentre outras constatações, o papel decisivo que as drogas exercem”, explicou Wellington César, chamando atenção para escolha do tema e para a “qualidade técnica e intelectual” dos debatedores convidados: o professor titular de Direito Penal da USP e membro do conselho de direção da Associação de Direito Penal (AIDP), Sérgio Salomão Schecaira; e o coordenador-geral de Política de Redução da Oferta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Robson Robin da Silva.



Compuseram a mesa, ao lado do PGJ, o coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Geder Gomes; e a chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, delegada Emília Blanco, representando o governador do Estado Jaques Wagner.

O professor Schecaira defendeu a necessidade de mudar o foco da punição, pura e simples, para uma política de redução de danos. “A proibição faz os usuários serem criminalizados, o que dificulta a adesão dos dependentes ao tratamento. E nossa meta não deve ser punir mais e sim tratar mais”, afirmou o conselheiro da AIDP, acrescentando que as políticas devem ser integrais, de forma a beneficiar a família, a segurança e a sociedade. O professor acrescentou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já estuda um pedido apresentado pela Defensoria Pública de São Paulo que, calcada no princípio da privacidade, pretende descriminalizar o uso de pequenas quantidades de drogas mais leves. “Essa linha vem sendo adotada com sucesso por vários países do mundo e o Brasil não deveria ficar para trás”, concluiu.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

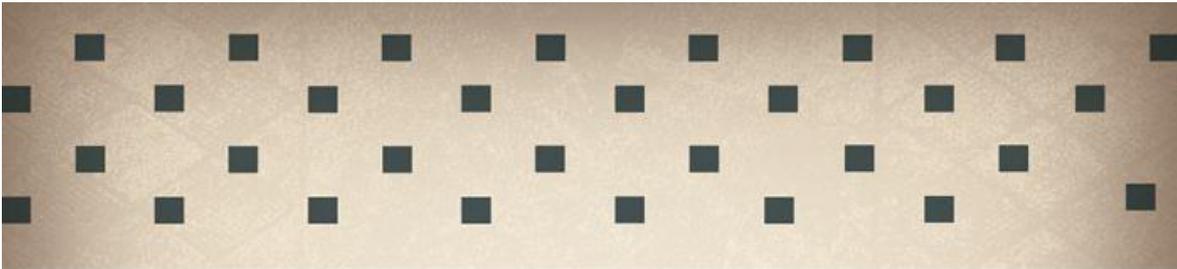
68



Abordando a Política Nacional sobre Drogas, Robson Robin da Silva disse que o Brasil tem por foco interromper o ciclo de reincidência dos usuários, seja no sistema prisional, seja no sistema de saúde. Para isso, o Governo Federal adota três eixos: cuidado, mais voltado para o usuário e sua família; prevenção, com vistas a fortalecer a rede de proteção; e autoridade, centrada no enfrentamento ao tráfico. "Nossas principais estratégias passam pela capacitação técnica dos atores sociais, pela elaboração de diagnósticos cada vez mais detalhados e da adoção de boas práticas, tanto na área de repressão quanto na da saúde. Toda a nossa política é inspirada em diagnósticos. Com eles, o Governo busca entender melhor o momento de esclarecer,

através de campanhas, e de adotar sanções, quando as circunstâncias assim exigirem", concluiu Robin.

AÇÃO: Realização do V Ciclo de debates sobre Segurança Pública e Defesa Social em 17/08/2012, com a temática: o Adolescente em conflito com a lei.



V CICLO DE DEBATES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PÚBLICO-ALVO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JUÍZES DE DIREITO, DEFENSORES PÚBLICOS, DELEGADOS DE POLÍCIA, OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR, ADVOGADOS, PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, SERVIDORES QUE ATUAM NA ÁREA CRIMINAL, ESTAGIÁRIOS DA INSTITUIÇÃO.

17
de agosto de
2012

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - Sala de sessões, nº 317, 3º andar
5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia-CAB.

14h – Abertura
Geder Luiz Rocha Gomes
Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
de Segurança Pública e Defesa Social - CEOSP

Eliana Elena Portela Bloizi
Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da
Criança e do Adolescente - CAOCA

Painel: “O Adolescente em conflito com a lei”

14h30 – Karyna Sposato
Pesquisadora do Núcleo de Pós-Graduação da
UNIT e Consultora da UNICEF no Brasil

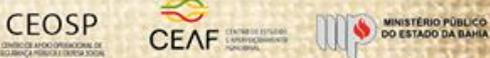
15h30 – Marcos Antonio Santos Bandeira
Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude
de Itabuna

16h30 – Ariselma Pereira
Diretora-Geral da Fundação da Criança e do
Adolescente – FUNDAC

17h30 – Encerramento

Inscrições e mais informações:
www.mp.ba.gov.br
71 3321.9848
71 3322.4731/1871 ramais 236/230

Realização:



17/08/2012 17:35:09 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**'O Adolescente em Conflito com a Lei'
foi tema de debate no MP**



Ampliação das políticas públicas e revisão do direito penal voltado para a criança e o adolescente. As questões foram abordadas no 'V Ciclo de Debates Sobre Segurança Pública e Defesa Social', realizado hoje, dia 17, na sede do Ministério Público no Centro Administrativo da Bahia. Organizado pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), o evento, que reuniu procuradores e promotores de Justiça, juízes de Direito, defensores públicos, professores,

oficiais da Polícia Militar, delegados de Polícia Civil, advogados e servidores do MP, promoveu uma maior articulação entre os órgãos responsáveis pela segurança pública, através do debate e do intercâmbio de conhecimentos.



"O tema, sugerido em reunião do Comitê Interinstitucional em



Segurança Pública do Estado da Bahia (Cisp), que já trata do assunto em um Grupo de Trabalho específico, também está inserido na Agenda Bahia e no Pacto Pela Vida, dada a sua importância estratégica em termos de Segurança Pública", informou o promotor Geder Gomes, coordenador do Ceosp. Coordenadora do Centro de Apoio da Criança e do Adolescente (Caoca), a promotora Eliana Bloizi classificou a questão do adolescente em conflito com a lei como uma das mais "aflictivas" na área da infância e da juventude. "A Bahia tem índices assustadores de violência entre jovens. Precisamos pensar o que nos espera num horizonte de vinte anos. Ainda há poucas políticas públicas e, se agirmos agora, através de iniciativas como a de hoje, podemos construir uma realidade melhor para os próximos 15 anos", concluiu.

A professora Karina Sposato, doutora em Direito Penal e Consultora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, falou sobre 'Direito Penal no Brasil: Desafios e Perspectivas'. Ela afirmou que o tema ainda é cercado por mitos e preconceitos no país. "Trabalha-se com o adolescente numa perspectiva de irrecuperabilidade. O adolescente é visto como alguém cada vez mais perigoso, que não seria devidamente punido e, por isso, seria um problema sem solução", resumiu Sposato, afirmando discordar dessa visão. "Muitas vezes, o adolescente em conflito com a lei é, inclusive, punido com mais rigor que o adulto que comete o mesmo crime que ele e tem, por exemplo, acesso a uma liberdade provisória, direito que é negado ao adolescente", pontuou, salientando a importância de se instaurar no país um "direito penal juvenil, em que o adolescente pague pelo que fez, naturalmente, mas seja mais educado, a fim de conseguir se libertar do ciclo do crime antes de atingir a idade adulta", concluiu.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

71

Apresentando seu ponto de vista, o juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Itabuna, Marcos Antônio Santos Bandeira, defendeu que as medidas socioeducativas aplicadas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "não podem ser confundidas com pena". Ao tratar do tema 'O Adolescente em Conflito com a Lei: Alguns Aspectos do Sistema Socioeducativo na Bahia', o magistrado ressaltou o papel pedagógico das medidas impostas pelo ECA, acrescentando que o estatuto trabalha sobre as bases de uma doutrina de proteção integral. Mas há falhas, pontuou o juiz. "Muitos adolescentes ainda ficam detidos em delegacias, até mesmo porque na Bahia só há unidades de internamento para adolescente em Salvador e em Feira de Santana e elas estão sempre lotadas", destacou, frisando que, diante do quadro atual, mesmo após mais de 20 anos de ECA, ainda é difícil avaliar a efetividade do estatuto, "vez que este nunca foi integralmente cumprido".



Encerrando o encontro, a diretora-geral da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), Arselma Pereira, afirmou que, apesar dos problemas, "a Bahia vive um bom momento no que toca a políticas públicas voltadas para o adolescente infrator". Na sua exposição sobre 'A Situação do Atendimento Socioeducativo na Bahia', ela reconheceu os problemas apontados pelos demais palestrantes, e buscou remontar às causas da violência entre os jovens. "Há problemas sociais anteriores. Um dado triste, por exemplo, revela que 60% de todos os nossos internos nunca tiveram qualquer contato com a educação. Como cobrar algo de um jovem desses?", questionou, destacando o papel das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas no Brasil e na Bahia com base na intersetorialidade, envolvendo segurança, assistência, saúde, moradia e educação. "O quadro que se apresenta atualmente ainda é ruim, mas o momento é positivo. Encontros como o de hoje mostram que os atores do sistema estão integrados e que uma solução já se desenha para o adolescente em conflito com a lei na Bahia", concluiu.



2012

72

AÇÃO: Apoio financeiro do CEOSP para realização em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, do 'Curso de Persecução Penal do Crime de Homicídio'.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

06/07/2012 17:42:09 Redatora: anbar - MTbBa 690

**A atuação conjunta é fundamental para
a otimização da apuração de homicídios**

A interlocução entre os agentes do sistema de justiça criminal significa o diferencial na queda da impunidade e dos índices de criminalidade no entender da promotora de Justiça Ana Rita Nascimento, coordenadora do 'Curso de Persecução Penal do Crime de Homicídio' encerrado no final da tarde de hoje, dia 06, no auditório do Ministério Público estadual, bairro de Nazaré. Segundo ela, o êxito obtido pelo curso que teve duração de dois dias e manteve uma plateia atenta é um incentivo a que outros venham a ser realizados com o objetivo de proporcionar mais agilidade e otimização no trabalho desses agentes.

Para ela, que integra o MP da Bahia e é membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o curso que é desenvolvido pelo Grupo de Persecução Penal da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), não se presta a ensinar a condenar, mas a dar qualidade à persecução penal. Satisfeita com os resultados obtidos pela 'Meta 2' estabelecida pelo Enasp para concluir todos os inquéritos sobre homicídios que, instaurados até 2007, ela elogiou os colegas Luciano Assis e Nivaldo Aquino, da Bahia. Informou, ainda, que foram movimentados seis mil inquéritos e finalizados 2.994, havendo 8.200 denúncias oferecidas, o que acha que não aconteceria se não houvesse a meta traçada.

Durante o encerramento, Ana Rita também agradeceu ao procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva por ter aberto as portas do MP para a realização do curso que reuniu membros da Instituição e também juízes, delegados, policiais civis e militares, além de peritos criminais. O 'Curso de Capacitação na Persecução Penal dos Crimes de Homicídio – Módulo I' tratou de maneira prática temas envolvendo a "Atuação dos agentes que chegam em primeiro lugar no local do crime", "A perícia criminal de genética forense e o banco de perfis genéticos", as "Ferramentas periciais aplicadas ao local do crime e ao corpo de delito", "A estrutura da investigação e suas técnicas", os "Princípios constitucionais aplicados ao inquérito policial", e as "Medidas cautelares aplicadas à investigação."

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Criminal

05/07/2012 17:34:58 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

**Promotores de Justiça, juízes, delegados e policiais
qualificam-se para aprimorar persecução
penal**



Reunidos na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, integrantes de instituições que compõem o sistema de justiça criminal iniciaram na manhã de hoje, dia 5, o 'Curso de Capacitação na Persecução Penal dos Crimes de Homicídio - Módulo I'. Uma qualificação "extremamente relevante", que, segundo a coordenadora do Curso de Persecução Penal do Crime de Homicídio, Ana Rita Nascimento, agregará mais eficiência à investigação criminal e à constituição de provas de crimes. Foi nesse sentido, frisou o coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP (Ceaf), promotor de Justiça José Renato Oliva, que chegamos à conclusão de que o curso deveria envolver, além dos membros do MP, todas as instituições que atuam na área. "Não

se pode combater a criminalidade com ações isoladas", sinalizou ele, destacando que "é preciso agir em parceria, ciente de que a luta não requer protagonismo". "Precisamos andar lado a lado", conclamou Oliva.

Segundo ressaltou Ana Rita Nascimento, o objetivo principal do curso é acrescentar melhoria à qualidade da persecução. "Vamos falar de prática, de boas práticas, que nos acrescentem e nos estimulem", disse ela, que é membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e promotora de Justiça da Bahia. De acordo com a coordenadora do curso, que é desenvolvido pelo Grupo de Persecução Penal da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), o crime de homicídio foi escolhido como ponto primordial de atuação por ferir o bem mais caro, que é a vida humana. Os índices de homicídio no Brasil são muito altos, destacou ela, registrando que, em 2010, constatou-se um índice de 66 mortes a cada 100 mil habitantes no país. Foi por isso que a Enasp estabeleceu a 'Meta 2' - concluir todos os inquéritos sobre homicídios que, instaurados até 2007, ainda encontravam-se em aberto -, disse a promotora de Justiça, assinalando que a Bahia está entre os cinco estados que, em números absolutos, finalizou os inquéritos. O apoio do procurador-geral de Justiça baiano Wellington César Lima e Silva e o empenho dos promotores Antônio Luciano Assis e Nivaldo Aquino para cumprimento da meta foram ressaltados por Ana Rita, que os agradeceu, dizendo que "a Bahia mostrou que tem fôlego".

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), o promotor de Justiça Geder Gomes informou que diversas providências têm sido implementadas no estado da Bahia na área de segurança pública. O próprio PGJ da Bahia tem priorizado a área e, nesse sentido, criou o primeiro centro de apoio em segurança pública no país. O MP também está dando apoio significativo à implantação da Universidade Mundial de Segurança na Bahia e já firmou convênio, juntamente com a Uneb, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança Pública, com a Universidade de Pádua para desenvolvimento do curso de pós-graduação master internacional na área de segurança pública, registrou Geder. Segundo o secretário de Segurança Pública, Maurício Teles, o Estado da Bahia está melhorando a sua atuação após a implantação de uma política mais completa, que envolve diversas instituições, para enfrentar as causas de violência.

Ministrando a primeira palestra do módulo I, a primeiro-tenente da Polícia Militar do Estado do Paraná, Débora Cristina Scremin, falou no fim da manhã sobre a 'Atuação dos agentes que chegam em primeiro lugar ao local do crime'. Ela destacou que, desde o ano de 2009, a Polícia do Paraná criou diretrizes para atuação dos policiais militares no local do crime, "o que vem garantindo melhores resultados às investigações". Um grande problema que precisa ser evitado, disse Débora Scremin, é a ânsia dos policiais militares em dar resposta rápida e eficaz, pois, muitas vezes, eles acabam alterando o local e, assim, prejudicam o trabalho da Polícia Judiciária.

- **AÇÃO:** A equipe técnica do CEOSP realizou reuniões com a professora Maria Simone Brandão Souza, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), para identificar possibilidades de parceria entre a instituição formadora e o Ministério Público, por meio do CeEOSP, no sentido de realizar estudos e pesquisas voltados às formulação das políticas institucionais, na área de segurança pública e defesa social. As possibilidades foram discutidas com a professora, que é integrante do "Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência, Gênero, Raça/Etnia Maria Quitéria" e coordenadora de duas linhas de pesquisa: Violência e Direitos Humanos e Diversidade Sexual, Violência e Direitos Humanos,
- **AÇÃO:** A equipe técnica do CEOSP realizou reuniões com os professores Luiz Claudio Lourenço e Ceci de Alencar Noronha do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade (Lassos) <http://www.lassos.ffch.ufba.br/equipe.php>, vinculados à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba. Dos encontros, surgiu a proposta de se firmar um Acordo de Cooperação entre o MP e as universidades, que foi submetida à análise da coordenação do Ceosp, o que viabilizou a parceria para realização de Seminário promovido pelo LASSOS -Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade <http://www.lassos.ffch.ufba.br> e reuniu pesquisadores, autoridades, profissionais e estudantes da Bahia e de outros estados da Federação.

III Seminário de Estudos Prisionais, Controle Social e Violência

03 e 04 de maio

Auditório da Escola Politécnica da UFBA

Salvador - Bahia

Sejam bem-vindos!

Hoje a população prisional brasileira é uma das maiores do mundo e discutir e aprofundar o estado da arte dos estudos nesta área passa a ser uma tarefa incontornável, tanto para a academia, quanto para os operadores de segurança pública. A partir de uma perspectiva transdisciplinar sobre o tema prisão, com a colaboração de estudiosos de várias formações e de todo o país e também de operadores do sistema de segurança pública este evento visa se constituir um espaço de discussão sobre castigo e prisão, controle social e violência na sociedade brasileira contemporânea. O evento também está aberto para a discussão de temas correlatos, tanto em relação ao sistema da justiça criminal quanto às diferentes formas de violência e de controle social presentes na contemporaneidade.

PROGRAMAÇÃO

03 de maio

08h30 - 09h00 - Mesa de Abertura

09h00 - 12h00 - Mesa 1 – Justiça e gestão prisional

Panorama da gestão prisional na Bahia - Paulo César Oliveira Reis - Superintendente de Gestão Prisional da SEAP

Accountability in prison services: Where are our principals? Sandro Cabral - Professor Adjunto de Estratégia e Operações da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA-UFBA), Maria de Fatima Santos - Fulbright Foundation

Justiça penal brasileira: discurso democrático — práxis autoritária - Debora Regina Pastana - Professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Direito Público da UFU.

Superlotação do cárcere – um problema para o Estado? - Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo - Faculdade de Direito da UFBA

A Criação dos Presídios Femininos no Brasil – os “primeiros tempos” (1937 a 1955) - Bruna Angotti -

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

76

Mestre em Antropologia Social pela USP

13h30 - 17h30 - Mesa 2 - Os malefícios do encarceramento: trajetórias, vitimização, delinquência e adoecimento mental

A realidade do Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia - Paulo Barreto Guimarães – Psiquiatra, Diretor do HCT - Hospital de custódia e Tratamento da Bahia.

A Saúde Mental de Presos: um estudo de caso - Thereza Coelho - Thereza Coelho - Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC-UFBA) e líder do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade – SAVIS

Trajetoórias de Vida: o antes e o depois da prisão - Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC-UFBA) e vice-líder do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade – SAVIS

Encarceramento, trabalho e ressocialização nos Centros de Ressocialização femininos paulistas - Camilla Marcondes Massaro - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia UNESP/Araraquara-SP.

O papel e a função da prisão na (des)continuidade do comportamento delituoso - Odilza Lines Almeida - Professora da UESB e Pesquisadora do Laboratório de Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade – LASSOS-UFBA

Para além da ordem: o cotidiano prisional da Bahia oitocentista a partir da correspondência de presos - Claudia Trindade - Professora substituta do Departamento de História da UFBA, doutoranda do PPGH/UFBA

A vida em Bubu - Tatiana Daré Araújo – Pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo

17h30 - 19h00

Coquetel de Abertura e Lançamento de Livro 'Prisões numa abordagem interdisciplinar'

04 de maio

08h00 - 10h00 - Mesa 3- Controle Social e Violência – um olhar sobre a Segurança Pública e a Justiça Penal

Mediação – Eduardo Paes-Machado – Professor do Departamento de Sociologia e Coordenador do Laboratório de Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade – LASSOS (UFBA)

Militarização da segurança pública no Brasil: respostas recentes a um problema antigo - Luis Antonio Francisco de Souza - Professor Assistente da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Marília e Coordenador Científico do Observatório de Segurança Pública da UNESP – OSP

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

77

A cumplicidade entre o trabalho policial e da justiça criminal nos casos de tráfico de drogas em São Paulo - Maria Gorete Marques de Jesus - Doutoranda do Departamento de Sociologia da USP, Amanda Hildebrand Oi - Pós-graduada em Segurança Pública pela PUC/SP, bacharel em Direito, Thiago Thadeu da Rocha - Graduado em Ciências Sociais pela USP, Pedro Lagatta - Graduado em psicologia pela USP

As percepções dos policiais militares sobre a violência em Salvador: a emblemática transição da polícia-força a polícia-serviço - Regina Lopes - Doutoranda em Sociologia – CFCH/UFPE

Violência Urbana: a rua nas fronteiras do medo e dos fluxos - Maria Vânia Abreu Pontes - Professora Tutora do Curso de Administração em Gestão Pública da Universidade Federal do Ceará-UFC e professora da Faculdade Luciano Feijão-FLF, Luiz Felipe Araújo Dias - Escrivão da Polícia Civil do Ceará e bacharelado em Direito pela Faculdade Luciano Feijão-FLF

10h00 – 12h00 - Mesa 4 – Políticas Penitenciárias no Brasil: desafios e perspectivas

Penas e Medidas Alternativas: uma visão contemporânea - Geder Luiz Rocha Gomes – Promotor de Justiça, Coordenador do CEOSP - Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social

Estado penal e encarceramento em massa no Brasil - Carlos Henrique Aguiar Serra - Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF

A interiorização penitenciária em São Paulo: percursos de uma pesquisa em andamento -

Rafael Godoi - Doutorando em Sociologia da USP

“Maneiras de pensar” o controle social e a justiça penal: uma análise dos discursos parlamentares sobre a redução da maioria penal - Riccardo Cappi - Doutor em Criminologia (Universidade Católica de Louvain – Bélgica), Professor na UEFS, na UNEB e Professor colaborador no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA)

O que há de errado com a Sociologia da Punição? Marcos César Alvarez - Professor Adjunto do Departamento de Sociologia (USP) e pesquisador sênior no Núcleo de Estudos da Violência da USP

13h30 - 17h00 - Mesa 5 – Crime, Instituições e Sociedade

Mediação – Hebert Toledo de Souza – Professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)

Comentário da Profa. Alessandra Prado (UFBA)- Superintendente de Ressocialização Sustentável do estado da Bahia.

Papel e Inserção das IES na Política Prisional -

Fábio Félix Ferreira - Professor Adjunto UESB

A regulação dos conflitos pelo PCC no interior das prisões paulistas: redução da violência física, interdependência e controle social - Camila Caldeira Nunes Dias - Doutora em Sociologia pela USP e Professora Substituta do Departamento de Ciências Sociais da UFPR

Gangues prisionais e dinâmicas violentas: poder e força dentro e fora do cárcere - Luiz Claudio Lourenço - Professor do Departamento de Sociologia (UFBA) e vice-coordenador do Laboratório de

Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade – LASSOS-UFBA, Odilza Lines Almeida - Professora Adjunta da UESB e Pesquisadora do Laboratório de Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade – LASSOS-UFBA

A experiência da Penitenciária Juiz Plácido de Souza: um ponto cego na cultura do controle do crime - Letícia Núñez Almeida - Doutoranda em Sociologia USP

A experiência das APACs – Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Herbert José Almeida Carneiro – Desembargador do TJ-MG, Presidente do CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

III Seminário de Estudos Prisionais, Controle Social e Violência
03 e 04 de maio de 2012
Salvador, Bahia



Apoio



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



UFBA
Editora da Universidade
Federal da Bahia



MP
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Realização

LASSOS

Laboratório de Estudos em
Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade



Universidade Federal da Bahia

Programação Retificada

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

79



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP**

2012

80

– DEMANDA: Projeto Comunidade Legal do CEOSP-MP;

AÇÕES/ INICIATIVAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Atuação do Ministério Público nas Bases Comunitárias de Segurança	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover e participar de programas e ações relativos à inclusão social nas bases comunitárias de segurança.▪ Prestar atendimento à população nas temáticas que envolvam a defesa de interesses sociais, a garantia do direito à segurança e à vida, prevenção da violência e da criminalidade, a defesa da ordem e da democracia e funções jurisdicionais▪ Incentivar a mobilização, articulação e participação popular, por meio de ONG's, movimentos populares, conselhos e associações comunitárias, dentre outros, de modo a criar canais de participação e controle das políticas públicas, com ênfase na segurança pública.▪ Realizar incursões de proximidade em defesa de grupos sociais vitimizados, especialmente envolvendo crianças e adolescentes, com vistas a defesa e prevenção da violência e criminalidade.
Projeto Comunidade Legal	<ul style="list-style-type: none">▪ Ampliar a atividade ministerial relacionadas a execução e acompanhamento de medidas judiciais e extrajudiciais de proteção às crianças e adolescentes vitimizados;▪ Articular a rede de prestação de serviços públicos, visando o desenvolvimento biológico, psicológico e social das crianças em más condições de vida, expostas a privações afetivas, econômicas, sociais e culturais;▪ Contribuir no monitoramento e controle setoriais das ações na comunidade alvo, em apoio ao processo de gestão estratégica.▪ Reduzir as situações de risco das crianças e adolescentes vitimizados;▪ Reduzir as ocorrências relacionadas a participação de crianças e adolescentes em atividades ilícitas, como prostituição e tráfico de drogas, dentre outras situações de risco;

2012

81

**AÇÃO: Mutirão social nas bases comunitárias
do Nordeste de Amaralina.**

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

07/03/2012 14:38:17 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**MP participa de mutirão social nas bases comunitárias
do Nordeste de Amaralina**

Parte do programa Pacto pela Vida, um mutirão social promovido pela Câmara Setorial de Prevenção Social (CSPS) nas bases comunitárias localizadas na Rua Nova República, no Nordeste de Amaralina, e na Escola Dionísio Cerqueira, na Santa Cruz, ofereceu para a comunidade acesso aos serviços e às principais campanhas realizadas pelo Ministério Público. Representado no mutirão pela equipe técnica do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), que integram a CSPS, o MP divulgou o trabalho que realiza junto à comunidade nas diversas áreas temáticas contempladas pela Instituição. Cerca de 1.500 pessoas da região do Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho participaram do evento, que contou ainda com a presença de secretários de estado e líderes comunitários.

No mutirão, que aconteceu no último sábado, dia 3, o MP ressaltou o papel do projeto "Comunidade Legal". Desenvolvido no Ceosp, sob a coordenação do promotor de Justiça Geder Gomes, o projeto visa garantir a transversalidade das ações do MP através da prestação dos serviços ministeriais nas comunidades em situação de vulnerabilidade. A exemplo desses serviços, foram destacados os trabalhos nas áreas de infância e adolescência, proteção ao idoso, defesa do consumidor, direitos da mulher e garantia à educação. Na oportunidade, a Instituição distribuiu material informativo sobre os assuntos. Além do trabalho do MP, a comunidade teve acesso a diversos serviços sociais, a exemplo de atendimento oftalmológico, programas de segurança alimentar e nutricional, bem como oficinas, atividades de lazer para crianças e apresentações culturais.

- **AÇÃO:** A equipe técnica do CEOSP participou da 1ª Oficina de Avaliação e Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica - Oficina da Mulher, promovida pelo comando da Base Comunitária de Segurança do Calabar (BCS), com apoio do Grupo de Mulheres do Calabar e a Sociedade Recreativa e Beneficente do Calabar. O evento teve a participação de moradores das comunidades do Calabar, Alto das Pombas e contou com a presença de outros representantes da rede de proteção à mulher: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Superintendência de Políticas para às Mulheres (SPM) e Instituto Loreta Valadares.
- **AÇÃO:** A equipe técnica do CEOSP participou da inauguração da Unidade de Inclusão Socioproductiva (UNIS) do Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho, Calabar e Alto das Pombas. A instalação da unidade é uma atividade do "Programa Vida Melhor Urbano", do Governo do Estado, e do "Programa Brasil sem Miséria", do Governo Federal. Essa é uma ação transversal do "Pacto Pela Vida" que proporciona trabalho, renda e profissionalização aos moradores das comunidades atendidas pelas Bases Comunitárias de Segurança.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

83

PROPOSTA DE CALENDÁRIO DE ATENDIMENTOS TEMÁTICOS NO NORDESTE DE AMARALINA, VALE DA PEDRINHAS, SANTA CRUZ E CHAPADA DO RIO VERMELHO					
ÁREA TEMÁTICA	RESPONSÁVEL	DATA	EVENTO	HORÁRIO	LOCAL
Criminal	Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial - Promotor de Justiça José Emanuel	16/05/2012	Atendimento à comunidade	manhã	Salão Nobre da Paróquia Santo André - Vale das Pedrinhas
Cidadania	Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - GEDEF - Promotora de Justiça Nidalva Brito	24/05/2012	Atendimento à comunidade	manhã	Escola Municipal Teodoro Sampaio - Santa Cruz
Infância e Juventude	Promotora de Justiça Cintia Crusóé Guanaes	12/06/2012	Atendimento à comunidade	manhã	AESA - Santa Cruz
Cidadania	Atendimento Grupo de Atuação Especial de Defesa da Mulher - GEDEM - Promotora Sara Gama	21/06/2012	Atendimento à comunidade	manhã	Colégio Carlos Santana I - Nordeste de Amaralina
Habitação e Urbanismo	Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo- Hortênsia Pinho	28/06/2012	Atendimento à comunidade	manhã	Base Comunitária de Segurança do Nordeste de Amaralina
Cidadania	Grupo de Atuação Especial de Combate à Discriminação - GEDIS - Promotor de Justiça Cícero Ornelas	27/07/2012	Atendimento à comunidade	manhã	Paróquia Santo André - Vale das Pedrinhas
GEPAM	Grupo de Atuação Especial de Defesa da Moralidade Administrativa - Promotora de Justiça Heliete Viana	21/08/2012	Palestra: "O que você tem a ver com a corrupção?"	manhã	Centro Social Urbano do Nordeste de Amaralina

2012

84

AÇÃO: Atividade policial foi objeto de atendimento temático do MP no Nordeste de Amaralina/Santa Cruz/ Vale das Pedrinhas realizado em 16/05/2012.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

14/05/2012 18:48:22 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

**Atividade policial é tema do primeiro atendimento
temático do MP no Nordeste de Amaralina**

Os moradores do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho são os convidados do Ministério Público estadual para o primeiro atendimento temático do "Projeto Comunidade Legal", que será realizado na próxima quarta-feira, dia 16, das 9h às 12h, na Paróquia de Santo André, situada no fim de linha do Vale das Pedrinhas (Rua 26 de Abril, nº 61). A atuação da polícia será o tema do atendimento, que será feito pelo promotor de Justiça José Emmanuel Lemos, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep). No dia 25 de maio, será a vez da comunidade abordar as questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência com a promotora de Justiça Nidalva Brito, do Grupo de Atuação Especial em Defesa das Pessoas com Deficiência (Gedef). Os atendimentos são precedidos por entrevistas dos promotores de Justiça a rádios comunitárias da região.

O "Projeto Comunidade Legal" é uma iniciativa do Centro de Apoio Operacional da Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), coordenado pelo promotor de Justiça Geder Gomes, e foi criado para planejar e organizar a atuação do Ministério Público nas regiões onde são instaladas as Bases Comunitárias de Segurança (BCS). Por meio do programa, são implementadas ações que contribuam para o fortalecimento da cidadania, a formulação de políticas públicas, a cooperação intra e interinstitucional e a interação com a sociedade. Os atendimentos têm como foco questões relacionadas às áreas da infância e juventude, meio ambiente, defesa da saúde, controle externo da atividade policial, defesa da mulher, paternidade responsável, dentre outros. Em 2011, o projeto realizou atendimentos no bairro do Calabar.



**ATENDIMENTO
PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do **Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP**, convida a comunidade para atendimento temático com o Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP.

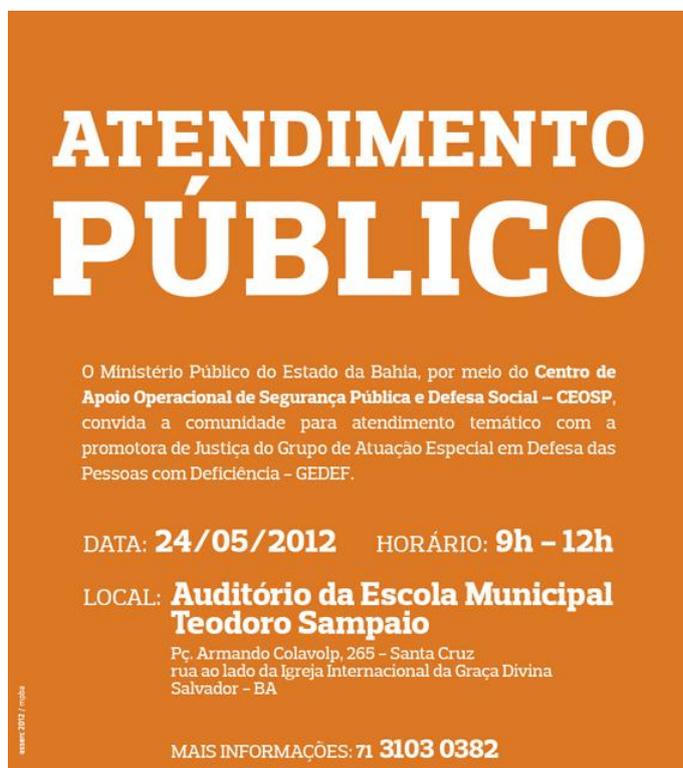
DATA: 16/05/2012 **HORÁRIO: 9h**

LOCAL: Paróquia de Santo André
Rua 26 de Abril, nº 61 - fim de linha do Vale das Pedrinhas

MAIS INFORMAÇÕES: 71 3103 0382



AÇÃO: Segundo atendimento temático do MP no Nordeste de Amaralina/Santa Cruz/ Vale das Pedrinhas foi do Grupo de Atuação Especial de Defesa das Pessoas com Deficiência – GEDEF realizado em 24/05/2012.



**ATENDIMENTO
PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do **Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP**, convida a comunidade para atendimento temático com a promotora de Justiça do Grupo de Atuação Especial em Defesa das Pessoas com Deficiência – GEDEF.

DATA: **24/05/2012** HORÁRIO: **9h – 12h**

LOCAL: **Auditório da Escola Municipal Teodoro Sampaio**
Pç. Armando Colavolo, 265 – Santa Cruz
rua ao lado da Igreja Internacional da Graça Divina
Salvador – BA

MAIS INFORMAÇÕES: 71 **3103 0382**



AÇÃO: Terceiro atendimento temático do MP no Nordeste de Amaralina/Santa Cruz/ Vale das Pedrinhas foi na área da Infância e Adolescência realizado em 12/06/2012.

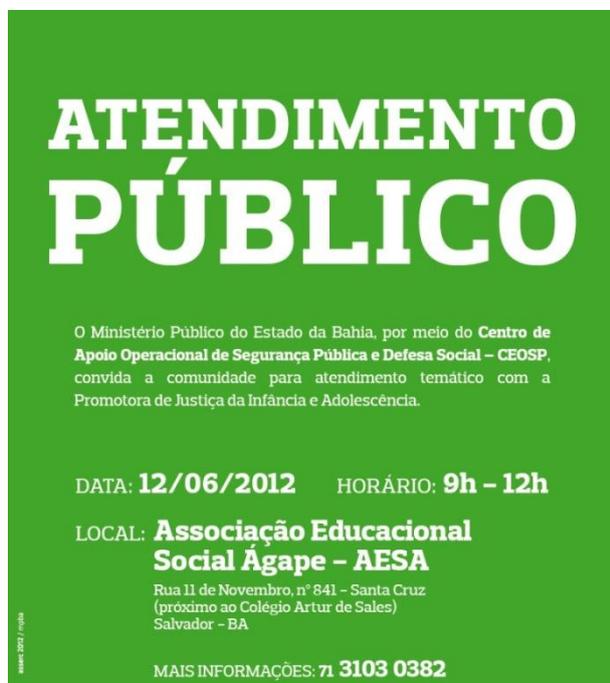
Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

06/06/2012 18:28:31 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**"Infância e Adolescência" é o tema do próximo
atendimento público do MP**

Na próxima terça-feira, dia 12, o Ministério Público vai até o bairro de Santa Cruz para atender os moradores da localidade, Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho que tenham questões na área da Infância e Adolescência. Parte do 'Projeto Comunidade Legal', o atendimento público será realizado pela promotora de Justiça Cíntia Guanaes, titular da 6ª Promotoria da Infância e da Adolescência, das 9h às 12h, na Associação Educacional Social Ágape (Aesa), situada na rua 11 de Novembro, nº 841, Santa Cruz.

Criado pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), sob a coordenação do promotor de Justiça Geder Gomes, o 'Comunidade Legal' realizou audiências prévias nos bairros onde estão instaladas as Bases Comunitárias de Segurança. Os diagnósticos produzidos a partir desses encontros serviram de base para a escolha das áreas temáticas. Os próximos atendimentos públicos irão contemplar "defesa da mulher", "Habitação e Urbanismo", "Combate à Discriminação" e "Educação" e serão realizados, respectivamente, pelos promotores de Justiça Sara Gama, Hortência Pinho, Cícero Ornellas e Maria Helena Xavier.



**ATENDIMENTO
PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do **Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP**, convida a comunidade para atendimento temático com a Promotora de Justiça da Infância e Adolescência.

DATA: **12/06/2012** HORÁRIO: **9h – 12h**

LOCAL: **Associação Educacional Social Ágape – AESA**
Rua 11 de Novembro, nº 841 – Santa Cruz
(próximo ao Colégio Artur de Sales)
Salvador – BA

MAIS INFORMAÇÕES: 71 **3103 0382**



Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

13/06/2012 11:58:42 Redator Cristiano Manaia sob supervisão de Aline D'Eça MTB-BA 2594

MP realiza atendimento público sobre "Infância e Adolescência" na Santa Cruz



O Ministério Público presente nas comunidades, promovendo cidadania e participação popular. Esta é a perspectiva do "Comunidade Legal", programa criado pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), que levou ao bairro de Santa Cruz, em Salvador, na manhã desta terça feira, dia 12, atendimento público para os moradores dos bairros do Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho. Na ocasião, a promotora de Justiça Cíntia Guanaes, titular da 6ª Promotoria da Infância e da Adolescência, realizou diversas consultas referentes à área. O atendimento foi feito na Associação Educacional Social Ágape (Aesa), localizada na Rua 11 de Novembro, nº

841, Santa Cruz. O Ceosp é coordenado pelo promotor de Justiça Geder Gomes.

Grávida de oito meses, a dona de casa Taís Silva, de 24 anos, recebeu orientações sobre como proceder no processo de reconhecimento de paternidade. Ciara Fonseca, 38 anos, tem dois filhos, mas nunca recebeu ajuda por parte do pai das crianças. "O atendimento foi muito bom, agora já sei qual o órgão que devo procurar e como proceder diante dos termos burocráticos, principalmente com a atenção no momento das assinaturas dos documentos". Já Ednélia Pires do Carmo, 42 anos, foi buscar orientação para o encaminhamento de um termo de audiência para o pedido de alimentação dos dois filhos, que também não recebem contribuição do pai. Ednélia disse que a comunidade precisa deste tipo de atendimento por conta da dificuldade de locomoção e da falta de conhecimento por parte dos moradores. "Agora é só esperar que a promotora faça o encaminhamento do documento e aguardar a audiência", completou.



De acordo com a assistente social do Ceosp, Adoniza Dias Gomes, a iniciativa é importante porque comunidades como o bairro de Santa Cruz são carentes de políticas públicas ligadas a áreas dos direitos da criança e do adolescente. A promotora de Justiça Cíntia Guanaes explicou que o atendimento "é uma forma de aproximar o MP das comunidades carentes, uma vez que, quando se trata de problemas envolvendo menores, as pessoas ficam com receio de buscar ajuda". A promotora afirmou ainda que o

projeto deixa os pais mais seguros e encorajados para buscar orientação em seus próprios bairros, já que as crianças são as principais vítimas em muitos dos casos.



Além dos atendimentos, foram disponibilizados materiais informativos do MP, como cartilhas educativas e informativas dos projetos desenvolvidos pela instituição. O final do atendimento temático foi marcado pelo encontro entre a promotora de Justiça e os líderes comunitários da região, que falaram sobre os problemas que têm atingido a população local. Os líderes reivindicaram um atendimento mais criterioso

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

88

das escolas em relação aos alunos, buscando uma integração com os pais, no que diz respeito a educação; e o espaços de lazer, como praças, que, segundo os líderes, não existem na região, bem como cursos profissionalizantes para afastar os jovens da criminalidade. As demandas levantadas serão direcionadas pela promotora de Justiça para os órgãos competentes.

Segundo a psicóloga do Ceosp, Carla Pinheiro França, o local do atendimento foi escolhido por meio de audiências prévias, realizadas, em novembro de 2011, nos bairros onde estão instaladas as bases comunitárias, de modo a buscar diagnósticos necessários para a escolha das áreas que serão objeto das orientações. O próximo atendimento temático será realizado pelo Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (Gedem), no próximo dia 21, às 9h, no Auditório do Colégio Estadual Professor Carlos Santana I, localizado na Rua Alto dos Coqueiros, S/N, Beco da Cultura, no bairro do Nordeste de Amaralina.

AÇÃO: Quarto atendimento temático do MP no Nordeste de Amaralina/Santa Cruz/ Vale das Pedrinhas foi do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Mulher– GEDEM realizado em 21/06/2012.

**ATENDIMENTO
PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do **Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP**, convida a comunidade para atendimento temático com a Promotora de Justiça de Defesa da Mulher.

DATA: 21/06/2012 HORÁRIO: 9h – 12h

LOCAL: Auditório do Colégio Estadual Professor Carlos Santana I
Alto dos Coqueiros, s/n – Beco da Cultura
Nordeste de Amaralina
Salvador – BA

MAIS INFORMAÇÕES: 71 3103 0382

18/06/2012 / mp/ba



AÇÃO: Quinto atendimento temático do MP no Nordeste de Amaralina/Santa Cruz/ Vale das Pedrinhas foi da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo realizado em 28/06/2012.

**ATENDIMENTO
PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do **Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP**, convida a comunidade para atendimento temático com a Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo.

DATA: **28/06/2012** HORÁRIO: **15h – 18h**

LOCAL: **Base Comunitária de Segurança do Nordeste de Amaralina**
Beco da Cultura, s/n – CSU – Nordeste de Amaralina
Salvador – BA

MAIS INFORMAÇÕES: 71 **3103 0382**

11/06/2012 / mp/ba



AÇÃO: Sexto atendimento temático do MP no Nordeste de Amaralina/Santa Cruz/Vale das Pedrinhas foi do Grupo de Atuação Especial de Combate à Discriminação – GEDIS realizado em 27/07/2012.



**ATENDIMENTO
PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do **Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP**, convida a comunidade para atendimento temático com o promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate à Discriminação – GEDIS.

DATA: 27/07/2012 **HORÁRIO: 9h – 12h**

LOCAL: Paróquia de Santo André
Rua 26 de Abril, n° 61 – fim de linha do Vale das Pedrinhas
Salvador – BA

MAIS INFORMAÇÕES: 71 3103 0382

junho 2012 / mgba



2012

92

DEMANDA: Atuação do MP na “Semana do Tribunal do Júri” nos municípios de Salvador, Barreiras, Brumado, Candeias, Esplanada, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista.

AÇÃO: Articulação conjunta com o Núcleo do Júri do MP/BA e com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça da Bahia de reunião com os Promotores das Comarcas para o planejamento das ações durante a realização da “Semana do Júri”.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

19/04/2012 17:04:00 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Atuação do MP na “Semana do Tribunal do Júri”
será debatida por promotores de Justiça**

Os promotores de Justiça com atribuição na área do Tribunal do Júri da Capital e de Promotorias de Justiça do interior do estado foram convocados para participar de reunião conjunta com os coordenadores do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Geder Gomes, e do Núcleo do Júri (NUJ), Antônio Luciano Assis, para tratar de assuntos relativos à “Semana do Tribunal do Júri”. A reunião está marcada para o próximo dia 27 de abril, às 9h, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (Ceaf), no Jardim Baiano, em Salvador. Já a “Semana do Tribunal do Júri” acontecerá entre os dias 21 e 25 de maio nas comarcas de Salvador, Barreiras, Brumado, Candeias, Esplanada, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista.

O assunto foi discutido em reunião no Ceosp, que ocorreu ontem, 18, com a participação do seu coordenador, promotor de Justiça Geder Gomes; do coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), juiz Moacyr Pitta Lima, e do promotor de Execuções Penais, Edmundo Reis Silva Filho. No encontro, foi aprovada a minuta da portaria que será editada para regulamentar a revista de visitantes nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia. Elaborada pelo grupo de trabalho criado com este fim pela Câmara Setorial do Sistema Penitenciário, do qual fazem parte também a promotora de Justiça Márcia Teixeira e o chefe de gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária, Carlos Sodré, a minuta atende a recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que propõe a adoção de procedimentos relativos à revista de visitantes, servidores, prestadores de serviço, ou mesmo dos presos, quando necessário, de modo a preservar-lhes a dignidade pessoal. O texto será submetido à Câmara Setorial do Sistema Penitenciário e, posteriormente, à apreciação do Secretário de Assuntos Penitenciários, Nestor Duarte, que pode aprová-la.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

27/04/2012 20:00:08 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Promotores de 25 comarcas do MP-BA
participarão da "Semana do Tribunal do Júri"**



Entre os dias 21 e 25 de maio, promotores de Justiça de Salvador, Barreiras, Brumado, Candeias, Esplanada, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista, participarão da 'Semana do Tribunal do Júri', que tem por meta o cumprimento da Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) do Ministério da Justiça. A

forma de atuação dos promotores foi definida em reunião no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (Ceaf), em Salvador, coordenada pelos promotores de Justiça Luciano Assis e Geder Gomes, coordenadores, respectivamente, do Núcleo do Júri (NUJ) e do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), ao lado do responsável pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), juiz Moacyr Pitta Lima.

A orientação é que cada comarca realize, pelo menos, cinco júris no período, ressaltou Luciano Assis, reforçando que a ideia é usar a 'Semana' como um ponto de partida para um processo que priorize, de forma definitiva, a solução dos casos de homicídio. Geder Gomes reforçou que, na Bahia, as metas do Enasp são reforçadas por uma política de segurança pública centrada no 'Programa Pacto Pela Vida'. "O MP está engajado nessa estratégia, eleita como prioridade absoluta pelo procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva", destacou o coordenador do Ceosp. Coordenador da Meta 4 na Bahia, Moacyr Pitta Lima ressaltou a importância de focar os julgamentos nos crimes cometidos até dezembro de 2007, lembrando ainda que o prazo para o cumprimento da meta é o mês de outubro. "Não obstante, é importante deixarmos claro que a Justiça continuará funcionando normalmente, independente do mutirão. Além dos júris que terão por fim o cumprimento da Meta 4, juízes, promotores e defensores atenderão, como sempre, à população de suas comarcas", concluiu o magistrado.

Foto: HF Fotografia/Ascom-MPBA

AÇÃO: Participação no Mutirão Carcerário no município de Jequié, em parceria com o Poder Judiciário.

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

04/09/2012 11:18:16 Redatora: Anbar - MTbBA 690

Superlotação carcerária de Jequié tem redução de 90 detentos após mutirão carcerário

Promotores de Justiça titulares das comarcas da Regional de Jequié tiveram papel fundamental no Mutirão Carcerário 2012, realizado no município (distante 358km de Salvador) pelo Tribunal de Justiça. Durante três semanas, eles analisaram pleitos e pareceres e chegaram à concessão de 169 benefícios dentre indultos, progressões de regime e livramento condicional e, após a realização de uma audiência admonitória coletiva, foram liberados 90 presos. Com capacidade para 416 pessoas, o conjunto prisional de Jequié mantinha 846 detentos, sendo que 517 em prisão definitiva e 329 em prisão provisória.

O mutirão teve a finalidade de analisar todos os processos da Vara de Execuções Penais de Jequié, explicou a promotora de Justiça Dila Mara Freire Neves, que atuou ao lado dos colegas Carlos André Milton Pereira, Carlos Alberto Ramacciotti Gusmão, Francisco Melo Mascarenhas e Laise de Araújo Carneiro. Para ela, "iniciativas como esta, embora não solucionem os problemas que afligem o sistema carcerário brasileiro, contribuem significativamente para dar aplicação à Lei de Execução Penal, concedendo-se benefícios àqueles detentos que ostentam bom comportamento e possibilidade de melhor se reinserir no seio da sociedade."

Segundo Dila, assim como todo o sistema prisional brasileiro, o de Jequié também sofre com o grave problema da superlotação. "É sabido que muitos detentos já cumpriram os requisitos objetivos e possuem requisitos subjetivos necessários para consecução de benefícios previstos na Lei de Execução Penal", destacou a promotora, informando que o mutirão, que se deteve aos processos dos presos definitivos, aqueles com sentença condenatória transitada em julgado ou com pendência na análise de recursos, a seu ver, vem amenizar tal situação. Na primeira semana, servidores do TJ foram a Jequié e analisaram aproximadamente 550 processos, realizando cálculo de pena a cumprir, juntando o atestado de conduta carcerária emitido pelo diretor do presídio. Na semana seguinte, coube ao MP e à Defensoria Pública formularem requerimentos e pareceres, estes sentenciados, tarefa concluída no dia 31 de agosto, sendo realizada em seguida a audiência que culminou na soltura dos 90 detentos.

O mutirão carcerário foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e desenvolvido nacionalmente em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e o juiz designado para atuar no mutirão foi Moacyr Pitta Lima Filho. A Comarca de Jequié foi eleita para dar início ao mutirão devido ao excesso populacional encontrado em seu Conjunto Penal, possuindo 846 detentos de ambos os sexos, cumprindo penas privativas de liberdade, em regime fechado, semi-aberto ou aberto. Além dos detentos que receberam benefícios de liberdade condicional ou liberdade por indulto, que é concedido pela Presidência da República, outros 60 presos receberam o direito a saídas temporárias, enquanto 59 foram beneficiados com autorização para realizar trabalho externo, segundo informação do TJ.

Os presos que não obtiveram benefício receberam atestados de pena a cumprir, no qual consta a data em que terão direito à progressão de regime, livramento condicional e o termo final da pena. Após a "maratona processual", também foram distribuídos exemplares da "Cartilha da pessoa presa", que dá orientações quanto aos direitos e deveres do apenados. Em sua terceira edição, o mutirão aumenta a celeridade processual em processos de execução penal.

AÇÃO: Articulação com o Poder Judiciário para o cumprimento das metas da ENASP – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

28/06/2012 17:58:47 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Bahia se destaca no cumprimento da Meta 2 da Enasp
e MP será homenageado**

O Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio do promotor de Justiça Nivaldo Aquino, coordenador do Núcleo do Júri (Nuj), será homenageado na próxima segunda-feira, 02 de julho, no Ministério Público Militar, em Brasília, pelo trabalho desenvolvido pela Instituição na gestão da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). "O sucesso da Bahia é resultado da conjugação de esforços entre o MP e a Polícia, que estão trabalhando de forma integrada no nosso estado", ressaltou o coordenador do Nuj.

A Bahia será um dos cinco estados brasileiros homenageados na reunião do Grupo de Persecução Penal da Enasp, por ter concluído mais inquéritos em números absolutos ao lado de Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Também serão contemplados os cinco estados com os maiores índices proporcionais de elucidação de crimes: Pará, Minas Gerais, Amapá, Acre e Piauí. A meta 2, inicialmente projetada com o objetivo de finalizar todos os inquéritos de homicídios instaurados até dezembro de 2007 e ainda não solucionados, teve seu prazo ampliado, contemplando agora também os inquéritos de 2008.

2012

96

DEMANDA: Necessidade da instrumentalização dos órgãos envolvidos na segurança pública e defesa social, para possibilitar um maior enfrentamento ao crime organizado.

AÇÃO: Aquisição de equipamentos de última tecnologia em investigação criminal com verba doada pelos conselhos comunitários de Segurança Pública de diversos municípios baianos para o Departamento de Narcóticos da Polícia Civil.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

20/04/2012 19:31:41 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**Em solenidade no MP, Denarc recebe novos
equipamentos para investigação**

Equipamentos de última tecnologia em investigação criminal foram entregues hoje, dia 20, na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo, para o Departamento de Narcóticos da Polícia Civil da Bahia (Denarc). Em solenidade presidida pelo assessor especial da Procuradoria-Geral de Justiça, promotor de Justiça Valmiro Macedo, representando no evento o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, o material, que será voltado à produção de provas mais consistentes, foi entregue ao delegado-chefe da Polícia Civil Hélio Jorge. Os equipamentos, compatíveis com os utilizados pelas mais bem aparelhadas polícias investigativas do mundo, a exemplo da norte americana, foram adquiridos com verba doada pelos conselhos comunitários de Segurança Pública dos municípios de Irecê, Alagoinhas, Ipirá, Mata de São João, Sapeaçu, Cachoeira, João Dourado e Ribeira do Pombal.

O recurso foi angariado durante a realização da Semana de Conciliação, promovida nessas comarcas, resultando da intervenção do Ministério Público nas transações penais, conforme explicou a promotora de Justiça do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) Mônica Barroso, que destacou a necessidade da modernização para que seja mais fácil produzir provas hábeis para a instrução processual. O coordenador do Ceosp, Geder Gomes, ressaltou que o êxito da experiência demonstra o bom funcionamento do Centro. "A missão do Ceosp, atendendo a um anseio do PGJ, é articular, seja dentro do próprio MP, seja com os demais órgãos públicos e a sociedade civil, sempre em busca dessa transversalidade capaz de produzir mudanças positivas na Segurança Pública", destacou Geder Gomes, afirmando ainda que o Ceosp está à disposição da Polícia Civil para outras parcerias. A iniciativa foi fruto de um longo trabalho realizado pelos promotores de Justiça João Paulo Schoucair, Paola Stefan, Luiza Amoedo,

Fernando Lucas, Fabricio Patury, Aroldo Almeida, Leila Adriana Vieira Seijo de



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

97

Figueiredo, Rodolfo La Fuente, Andre Garcia, Gilber de Oliveira, e contou com o apoio dos juízes Marcos Ledo (Irecê) e Paulo Henrique Santana (Ribeira do Pombal) e articulação da promotora Mônica Barroso.

Para o delegado-chefe Hélio Jorge, a iniciativa garante ao Denarc melhores condições de trabalho. "Ganhamos um novo fôlego para atuar numa área tão sensível como é o narcotráfico. Ao robustecer as provas, impedimos, por exemplo, que o bandido use de subterfúgios como a ameaça de testemunhas. Os ganhos sociais de um investimento dessa natureza são imensuráveis", asseverou o chefe da Polícia Civil.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

10/08/2012 17:31:45

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Denarc recebe, no MP, novos equipamentos para combater o tráfico

Resultado de uma ação fomentada pelo Ministério Público da Bahia, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (Gaeco), coordenado pela promotora de Justiça Mônica Barroso, ao lado de promotores de Justiça locais, o Departamento de Narcóticos da Polícia Civil (Denarc) recebeu hoje, dia 10, na sede do MP, 81 novos equipamentos com tecnologia de ponta, voltados ao combate do crime organizado no estado.



Representaram o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva na reunião, os promotores de Justiça Luís Cláudio Nogueira, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), e Antônio Villas Boas, assessor especial do PGJ.



A entrega conclui a segunda etapa do projeto de doação de equipamentos, por meio de transação penal, criado pelo Grupo de Trabalho do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia (Cisp), e adotada pelo MP, pelo Judiciário e pela sociedade civil, representada pelos Conselhos Comunitários de Segurança Pública. "O que estamos conseguindo fazer com esse trabalho, que conclui com sucesso a sua segunda etapa, é reverter o prejuízo do crime para combater o próprio crime", comemorou Mônica Barroso.

Participam do projeto os promotores de Justiça João Paulo Schoucair, Paola Roberta de Souza Estefam, Leila Adriana Vieira Seijo de Figueiredo, Fernando Lucas Carvalho Villar de Souza, Fabrício Rabelo Patury, Aroldo Almeida Pereira, Rodolfo Ribeiro de La Fuente, Gilber Santos de Oliveira, André Luís Lavigne Mota, André Luís Silva Fetal, Mônica Teresa Gonçalves da Silva de Nascimento, Theresa Cristina Pinto Rebouças, Moacir Silva Nascimento Júnior, Renata Soares Talarico, Luiza Gomes Amoedo, Fábio Ribeiro Velloso, Pedro Maia Souza Marques e Sumaya Queiroz Gomes de Oliveira.

AÇÃO: Articulação do CEOSP acerca do combate ao transporte clandestino de passageiros no Aeroporto de Salvador.

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

21/06/2012 11:29:56 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

**Coordenador do Ceosp participa de audiência
que discute falta de segurança para taxistas**

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), o promotor de Justiça Geder Gomes participou de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa para discutir a questão da "Segurança pública e os taxistas de Salvador". Como resultado das discussões, ocorridas na manhã do dia 19, ficou definido que o convênio existente entre a Polícia Militar, Infraero e Transalvador para fiscalização do serviço de táxi e combate à atuação de clandestinos no Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães será reativado. O Ministério Público estadual, informou Geder Gomes, será um interveniente do convênio.

Como o tema discutido é ligado à área de segurança pública, o promotor de Justiça convidou o representante da Cooperativa Metropolitana de Táxis Especiais (Coometas), Vicente Barreto, para, no próximo dia 29, fazer uma exposição dos problemas enfrentados por conta da atuação dos táxis clandestinos no Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp). O Comitê é integrado por 23 instituições e certamente pode contribuir indicando algumas soluções, destacou Geder Gomes. Também participaram da audiência na Assembleia Legislativa os deputados Yulo Oiticica e capitão Tadeu; a chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública, Emilia Blanco; e diversos taxistas que atuam no aeroporto, terminal rodoviário e porto de Salvador. Na oportunidade, os taxistas frisaram que, atualmente, existem dois grandes problemas a serem enfrentados em Salvador: a atuação dos clandestinos e os casos de violência, como assaltos, furtos e agressões, praticados contra eles.

AÇÃO: Com a realização de Audiências Públicas e reuniões, o CEOSP, em articulação com a 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor de titularidade do Promotor de Justiça Solon Dias da Rocha Filho e em parceria com a Secretaria de Segurança Pública vislumbraram duas linhas de atuação frente à problemática do transporte clandestino de passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães, uma na esfera criminal, já com requisição e instauração de inquérito policial, com as investigações já em andamento e outra de teor político-administrativo, oportunidade em que foi construído o termo de cooperação técnica para o planejamento das ações.

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

03/08/2012 18:59:55 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA- 2335

**MP articula ações para combate ao
transporte clandestino de passageiros**

Perspectivas de solução para o problema do transporte clandestino de passageiros no aeroporto, rodoviária,

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

99

terminal marítimo e estações de transbordo de Salvador foram discutidas ontem, dia 2, na sede do Ministério Público estadual. Durante reunião realizada pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, com os promotores Heliete Viana e Solon Dias, chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública, Emília Blanco, e representantes da Transalvador e Guarda Municipal, foram levantadas duas possibilidades para resolução da questão na área do aeroporto: a de providências no âmbito criminal e a de utilização da Guarda Municipal nas ações de fiscalização.

Segundo Geder Gomes, a possível atuação na seara criminal será melhor delineada em reunião que acontecerá no próximo dia 13. O encontro ocorrerá com a participação da SSP, Promotoria de Justiça do Consumidor e Delegacia do Consumidor e a ideia, explicou o coordenador do Ceosp, é dar início a um procedimento apuratório, com vistas à análise do possível enquadramento do transporte clandestino nos crimes de estelionato, formação de quadrilha e contra a relação de consumo, previsto na Lei 8.137/90. Como resultado, disse ele, "poderíamos indicar a provável instauração de uma investigação criminal, com colaboração do MP, para identificar os envolvidos na atitude irregular, e consequente deflagração de ação penal contra eles, ventilando-se inclusive a possibilidade de pedido de prisão preventiva e medida cautelar para evitar que essas pessoas e veículos transitem na área do aeroporto". Além disso, o grupo está estudando ainda uma outra possibilidade, que se refere à colaboração da Guarda Municipal nas ações de fiscalização ou o estabelecimento de convênio entre Polícia Militar e Transalvador para operações conjuntas.

De acordo com o coordenador do Ceosp, o intuito do MP é articular diversas instituições de Estado, que, de forma transversal, integrada e sistêmica, podem contribuir com a solução do problema. O Ministério Público, ressaltou Geder Gomes, está atento ao fato do aeroporto ser uma das principais portas de entrada da Bahia e à questão de que grandes eventos internacionais estão para acontecer aqui. Por isso, registrou ele, "problemas ligados à questão de segurança pública, nesse cenário, devem ser enfrentados pelo Estado de forma organizada e efetiva".

AÇÃO: Após reuniões para decidir as estratégias de enfrentamento ao transporte clandestino de passageiros, foi decidido que ocorrerá uma ação integrada e sistêmica de órgãos do Município, com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), por meio da Polícia Militar, deve começar a ser delineada para combate à prática do transporte clandestino de passageiros no aeroporto de Salvador. O Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), do Ministério Público estadual, com a participação do DETRAN, AGERBA, Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência, Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal na Bahia, Secretaria Municipal dos Transportes Urbanos e Infraestrutura, Superintendência de Trânsito e Transporte do Salvador, Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e INFRAERO, que viabilizará a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com a Interveniência do Ministério Público e da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

28/08/2012 17:46:22 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA 2335

**Ceosp articulará ação para combater o
transporte clandestino no aeroporto
de Salvador**



Um ação integrada e sistêmica de órgãos do Município, com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), por meio da Polícia Militar, deve começar a ser delineada para combate à prática do transporte clandestino de passageiros no aeroporto de Salvador. Já no próximo mês de setembro, o Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), do Ministério Público estadual, articulará uma reunião com as secretarias municipais de Transporte (Setin) e de Serviços Públicos

(Sesp), Superintendência da Transalvador e Procuradoria da Infraero para tentar viabilizar a assinatura de um Termo de Cooperação. Segundo o coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Geder Gomes, "é totalmente possível estabelecer uma articulação entre órgãos do Estado e do Município para desenvolvimento de uma atuação conjunta de enfrentamento à problemática".

A conclusão do coordenador do Ceosp foi apresentada em reunião realizada na tarde de ontem, dia 27, na sede do Ministério Público estadual. Também durante o encontro, a coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa (Gepam), promotora de Justiça Heliete Viana, esclareceu que, em relação à possibilidade de fiscalização do serviço de transporte de passageiros pela Guarda Municipal, foi constatado que a Lei Orgânica do Município prevê a possibilidade de atuação da Guarda em caráter subsidiário para área de trânsito. Além disso, informou ela, não existe nenhuma norma que impeça a Transalvador de atuar promovendo a fiscalização.

A possível constituição de crime diante das ações clandestinas também está sendo verificada pelo MP. Dando andamento ao procedimento para acompanhamento e suporte às ações das áreas finalísticas encaminhado pelo Ceosp, o promotor de Justiça Solon Dias já requisitou a abertura de Inquérito Policial à Delegacia de Defesa do Consumidor. Ela irá apurar a constituição do delito, levando-se em conta as notícias de agressões físicas, fraudes em autorizações para transporte de passageiros e crimes contras as relações de consumo.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

14/09/2012 17:38:22 Redatora: Maiama Cardoso MTb/Ba - 2335

**Ação sistêmica deverá garantir combate ao
transporte clandestino de passageiros em
Salvador**

Uma parceria está sendo ajustada entre o Estado e o Município de Salvador para combate ao transporte clandestino de passageiros na cidade. Articulada pelo Ministério Público estadual, por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), uma ação estratégica e sistêmica de fiscalização deverá congrega diversos órgãos. Ela será formalizada por meio de Termo de Cooperação Técnica que começa a ser delineado pelo MP, Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), secretarias municipais de Transportes e Infraestrutura (Setin) e Serviços Públicos (Sesp), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agerba, Infraero, dentre outros órgãos. Chefes e representantes dessas instituições reuniram-se no MP esta semana para debater o assunto.



Já na próxima quarta-feira, dia 19, a minuta do Termo de Cooperação será discutida pelos órgãos parceiros. Segundo deliberações da última reunião, o objetivo será articular uma ação concreta de enfrentamento ao problema verificado principalmente no aeroporto de Salvador. Por meio do termo, o Estado buscará atuar de forma sistêmica no combate à problemática. De forma preliminar, já se verificou a possibilidade da Transalvador, com o apoio da Guarda Municipal (atuação subsidiária), realizar a fiscalização do transporte.

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº XX/2012

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DETRAN-BA, AGERBA, SESP, PRF, SETIN,
TRANSALVADOR, SSP e INFRAERO, COM A INTERVENIÊNCIA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DA BAHIA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA-MP/BA, com sede na 5ª Avenida, n.º 750, Centro Administrativo, Salvador-Ba, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça Wellington

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

102

César Lima e Silva, e, por intermédio do **CENTRO APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CEOSP** e **1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Coordenador do CEOSP, Geder Luiz Rocha Gomes e pelo Promotor de Justiça Solon Dias da Rocha Filho, a **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na Praça Azpicueta Navarro, s/nº, Largo dos Aflitos, Campo Grande, Salvador-Ba, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Cel Alfredo Braga de Castro, como **Intervenientes**, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN**, com sede na Av. Antônio Carlos Magalhães, 7744 – Iguatemi, Salvador-Ba, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, João Maurício Botelho de Queiroz, a **AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA – AGERBA**, com sede, 4ª Avenida, nº 435, Centro Administrativo da Bahia, Salvador-Ba, neste ato representada pelo seu Diretor-Executivo, Eduardo Harold Mesquita Pessoa, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA-SESP**, com sede na Rua 28 de setembro, s/n - Baixa dos Sapateiros, Salvador-Ba, neste ato representada pelo seu Secretário, Marcelo Abreu, a **POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-PRF**, com sede na Av. Frederico Pontes, nº 151, Comércio, Salvador-Ba, neste ato representada pelo seu Superintendente Regional, George Silva Paim, a **SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES URBANOS E INFRAESTRUTURA-SETIN**, com sede na Rua Agnelo de Brito nº 201, Federação, Salvador-Ba, neste ato representada pelo seu Secretário, José Luiz Santos Costa, a **SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO SALVADOR – TRANSALVADOR**, com sede na Av. Vale dos Barris, nº 501, Salvador-Ba, neste ato representada pelo seu Superintendente, Renato Jorge Figueredo Araújo, a **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA-SSP**, com sede na 4ª Avenida, nº 430, Centro Administrativo da Bahia, Salvador-Ba, neste ato representada pelo seu Secretário, Maurício Teles Barbosa, a **EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO**, com sede no Aeroporto Internacional de Salvador, Dep. Luis Eduardo Magalhães, Salvador-Ba, neste ato representada pelo seu Superintendente, Manoel Henrique Bandeira, **RESOLVEM** firmar **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com observância da Lei nº 8.666/1993, no que couber e, ainda, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A cooperação entre os partícipes objetiva, prioritariamente, a conjugação de esforços para o enfrentamento ao transporte clandestino de passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador, Deputado Luis Eduardo Magalhães, com as seguintes diretrizes e orientações:

I – mobilização dos diversos segmentos da União, Estado e Município, compartilhamento de responsabilidades, estabelecimento de estratégias que possibilitem a efetividade das ações de enfrentamento ao transporte clandestino de passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador, Deputado Luis Eduardo Magalhães;

II – elo de diálogo e parcerias com as diversas instituições públicas, buscando a intersetorialidade necessária ao enfrentamento ao transporte clandestino de passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador, Deputado Luis Eduardo Magalhães;

DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

CLÁUSULA SEGUNDA – Para a consecução do objeto deste Acordo de Cooperação, os partícipes comprometem-se,

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

103

conjuntamente, a:

I - adotar ações com vistas a concretizar as medidas de controle, orientação, ordenamento e a fiscalização do trânsito e transporte de passageiros no sistema viário de circulação pública sob o domínio federal no Aeroporto Internacional de Salvador, Deputado Luis Eduardo Magalhães;

II - intercambiar informações, documentos, estruturas de apoio técnico-institucional e equipamentos necessários ao cumprimento da execução das ações de monitoramento e fiscalização mencionadas;

III - dar publicidade às ações advindas deste Ajuste;

IV – realizar ações conjuntas com atuação e apoio da Polícia Militar do Estado da Bahia, Polícia Rodoviária Federal, AGERBA, TRANSALVADOR, INFRAERO e o DETRAN, recebendo auxílio da SESP, por intermédio de prepostos da Guarda Municipal, que atuarão subsidiariamente no apoio à fiscalização do trânsito e transporte de passageiros no sistema viário de circulação pública no Aeroporto Internacional de Salvador, Deputado Luis Eduardo Magalhães;

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA – Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo, por meio de um plano de trabalho que discutido e aprovado integra o presente termo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

CLÁUSULA QUARTA – O presente Acordo não envolve a transferência de recursos. As ações dele resultantes que implicarem transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA – Este Acordo terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de doze meses, podendo ser prorrogado automaticamente, exceto se houver manifestação expressa em contrário, nos termos da lei.

DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

CLÁUSULA SEXTA– É facultado aos partícipes promover o distrato do presente Acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão-somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

104

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA – Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os celebrantes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

DA AÇÃO PROMOCIONAL

CLÁUSULA OITAVA – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Acordo será, obrigatoriamente, destacada a colaboração dos celebrantes, observado o disposto no § 1º, do artigo 37, da Constituição Federal.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA NONA – Aplicam-se à execução deste Acordo a Lei n.º 8.666/93, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DEZ – O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, do Estado Bahia, da Justiça Eletrônico, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

DO FORO

CLÁUSULA ONZE – Não haverá estabelecimento de foro. Eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas deste instrumento serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam os celebrantes o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Salvador - BA, XX de setembro de 2012.

João Maurício Botelho de Queiroz

Diretor-Geral do DETRAN

Eduardo Harold Mesquita Pessoa

Diretor-Executivo da AGERBA

Marcelo Abreu

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP**

2012

105

George Silva Paim

Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal na Bahia

José Luiz Santos Costa

Secretário Municipal dos Transportes Urbanos e Infraestrutura

Renato Jorge Figueredo Araújo
Superintendente de Trânsito e Transporte do Salvador

Maurício Teles Barbosa

Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia

Manoel Henrique Bandeira

Superintendente do Aeroporto de Salvador

Intervenientes:

Wellington Cesar Lima e Silva

Procurador-Geral de Justiça

Geder Luiz Rocha Gomes

Promotor de Justiça Coordenador do CEOSP

Solon Dias da Rocha Filho

Promotor de Justiça do Consumidor

Cel Alfredo Braga de Castro

Comandante Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

15/10/2012 13:39:06 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

**Assinado acordo para combate ao
transporte clandestino no aeroporto**

Com o objetivo de conjugar esforços para o enfrentamento ao transporte clandestino de passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador, o Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e da 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor, firmou hoje, dia 15, um acordo de cooperação técnica com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), a



Agerba, a Transalvador, a Infraero, a Secretaria de Segurança Pública (SSP), por meio das Polícias Civil e Militar, a Polícia Rodoviária Federal e as secretarias municipais de Serviços Públicos (Sesp) e dos Transportes Urbanos e Infraestrutura (Setin). O documento foi assinado no gabinete do procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva e prevê a mobilização de diversos segmentos da União, do Estado e do

Município no compartilhamento de responsabilidades e estabelecimento de estratégias e ações para o combate ao transporte clandestino. Assinaram o acordo o diretor-geral do Detran, João Botelho de Queiroz; o diretor executivo da Agerba, Eduardo Harold Pessoa; os secretários municipais da Sesp, Marcelo Abreu, e da Setin, José Luiz Costa; o superintendente regional da PRF, George Paim; o superintendente de Trânsito de Salvador, Renato Jorge Araújo; o secretário da Segurança, Maurício Barbosa; o comandante geral da PM, Cel. Alfredo Castro; o superintendente do aeroporto, Manuel Henrique Bandeira; e como intervenientes o procurador-geral de Justiça Wellington Cesar e os promotores de Justiça Geder Gomes, coordenador do Ceosp, e Solon Dias.

"Esta iniciativa possui o mérito de propiciar que ataquemos as questões em função dos problemas, fazendo com que todos os órgãos que tenham alguma contribuição a dar nessa prevenção atuem", destacou o procurador-geral de Justiça Wellington César, ressaltando o papel dialógico assumido pelo Ministério Público na construção do acordo, formalizado após várias reuniões realizadas pelo Ceosp. "Aqui temos um acordo de cooperação técnica que visa equacionar a cronicidade dessa problemática do transporte clandestino de passageiros. Esta é a primeira de outras iniciativas em prol da segurança pública e da coletividade, através da aproximação de diversos atores". "O trabalho integrado faz a diferença", completou o secretário Maurício Barbosa, ressaltando a parceria com o MP e frisando que a responsabilidade da segurança não se restringe a apenas um ou outro órgão, mas é de todos aqueles que podem de algum modo contribuir. O coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Geder Gomes, por sua vez, agradeceu a todos os signatários pelo empenho e interesse na construção do acordo. "A segunda etapa é retirá-lo do papel, e esperamos que o resultado efetivo aconteça o mais rápido possível", afirmou ele, informando que após as reuniões realizadas pelo MP já houve uma diminuição sensível do transporte clandestino.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

2012

107

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

24/10/2012 19:51:14 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Três presos em operação contra transporte clandestino no aeroporto

Três pessoas foram presas e três veículos apreendidos na noite de ontem, dia 23, durante uma operação deflagrada para combater o transporte clandestino de passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador. Estelina Nunes Pimentel, Pedro Jorge Santos Cintra e Marcos de Oliveira Silva, de acordo com informações da Polícia Civil, aliciavam passageiros no desembarque, oferecendo transporte para bairros da capital e para cidades do interior e da Região Metropolitana de Salvador. A ação foi fruto de um acordo de cooperação firmado no último dia 15 pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e da 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor, com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Agerba, Transalvador, Infraero, Polícia Rodoviária Federal e as secretarias municipais de Serviços Públicos (Sesp) e dos Transportes Urbanos e Infraestrutura (Setin).

De acordo com a Delegacia do Consumidor (Decon), investigações revelaram que carros roubados vinham sendo utilizados no transporte ilegal de passageiros e que os envolvidos no esquema estariam utilizando armas de fogo, ameaçando taxistas cooperativados e motoristas e representantes dos órgãos de fiscalização que tentavam impedir a permanência deles no local. Os veículos apreendidos durante a operação serão encaminhados para perícia e os presos foram autuados em flagrante, com base no artigo 265 do Código Penal, por atentado contra segurança e serviço de utilidade pública. Nove viaturas e 27 policiais, entre delegados, escrivães e investigadores da Decon e do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) participaram da ação, que deverá ter continuidade nas próximas semanas.

Segundo o coordenador do Ceosp, promotor de Justiça Geder Gomes, esses são os primeiros resultados concretos do trabalho de articulação que o Ministério Público empreendeu nos últimos meses, através da articulação com outros órgãos. "Felizmente, mais uma iniciativa do MP, conjugada com inúmeros parceiros, produz resultados que atendem ao interesse da coletividade", afirmou o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva.

Com informações da Ascom/PC